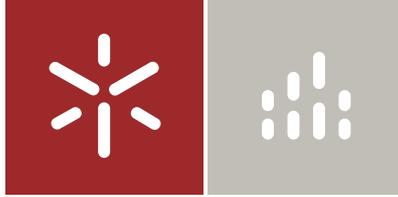


Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Ana Catarina Torres da Silva

Segregação Social, Racial e Espacial nas
Antigas colónias portuguesas em África



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Ana Catarina Torres da Silva

Segregação Social, Racial e Espacial nas
Antigas colónias portuguesas em África

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura
Cultura Arquitectónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Elisiário Miranda

julho de 2018

Nome: Ana Catarina Torres da Silva

Endereço electrónico: anacatarinatsilva@gmail.com

Telefone: 915932134

Número do Cartão de Cidadão: 14406420

Título: Segregação social, racial e espacial nas antigas colónias portuguesas em África

Orientador: Professor Doutor Elisiário Miranda

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Cultura Arquitetónica

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, 12/07/2019

Assinatura: Ana Catarina Silva

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho marca o fim de uma etapa importante no meu percurso. O contínuo apoio e incentivo dos que me são mais próximos foi essencial. Quero agradecer:

Ao meu orientador, o Professor Elisiário Miranda, por me ter proporcionado a descoberta deste tema e pela transmissão de conhecimentos, disponibilidade e incentivo ao longo do desenvolvimento da dissertação.

À minha família por todo o apoio e compreensão ao longo destes anos. À minha mãe pela companhia, carinho e motivação. Ao meu pai que sempre se disponibilizou para tudo o que fosse necessário. Ao meu namorado pelas noitadas a terminar maquetes. Ao meu irmão pelas revisões do inglês. E à minha tia que está presente em todos os momentos.

Aos meus colegas e amigos de curso que tornaram este percurso mais interessante e cheio de boas recordações.

Aos meus amigos por compreenderem a minha ausência em alturas em que o trabalho era mais intenso e pelos momentos de abstração que me enchiam de energia.

Muito obrigada!

RESUMO

Durante o período de vigência do regime ditatorial português uma nova geração de arquitetos encontrou nas colônias africanas, afastadas do poder centralizado, a liberdade necessária para desenvolver arquitetura segundo os cânones do Movimento Moderno. Contudo, os ventos democratizantes deste movimento não contemplaram os povos nativos, que continuavam distanciados dos direitos dos cidadãos portugueses, ou seja, da classe de cidadãos não-indígenas.

A presente dissertação procura interpretar a influência da estratificação da sociedade colonial nos planos de urbanismo e nos projetos de arquitetura realizados para as antigas colônias, entre os anos de 1944 e 1961. Terá como base a análise da organização funcional de infraestruturas habitacionais e de planos urbanísticos desenvolvidos durante o período em estudo, selecionados de acordo com a sua representatividade urbana e social.

A partir destas interpretações foi possível observar a existência de um princípio de zoneamento funcional, imposto por entidades representativas do poder estatal, que orientava a distribuição espacial e programática das construções. Constatou-se ainda que a segregação espacial era realizada tendo em conta não só questões racionais mas também, de uma forma menos evidente, questões económicas e sociais.

ABSTRACT

During the period of validity of the Portuguese dictatorial regime, a new generation of architects found in African colonies, away from the centralized power, the necessary freedom to develop architecture according to the principles of Modern Movement. Although, the democratizing winds of this movement do not contemplate the native people, that remain distant from the Portuguese citizens' rights, in other words, the non-native people.

This dissertation seeks to interpret the influence of the stratification of colonial society on urban planning and architecture projects realized for the colonies, between 1944 and 1961. It will be based on the analysis of functional organization of housing infrastructures and urban planning developed during the period in study, selected according to their urban and social representativeness.

From these interpretations it was possible to observe the existence of a functional zonation principle, imposed by entities representing the state, that guides the spatial and programmatic distribution of constructions. It was also found that spatial segregation was having in consideration not only racial issues but also, in a less obvious way, economic and social issues.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
Objetivo	3
Metodologia	5
Estrutura	5
Documentos importantes	6
O INDÍGENA AFRICANO E O COLONO EUROPEU	9
Abolição da escravatura	9
A divisão formal	10
A conquista da igualdade	11
PLANOS DE URBANIZAÇÃO	15
Teorização da ocupação do território	15
Viragem para África	15
Conferência de Berlim	15
Urbanização do interior	17
Planos de malha ortogonal	17
Gabinete de Urbanização Colonial	17
L 'Habitation dans les pays tropicaux	19
Lourenço Marques	23
Antecedentes	23
Elevação a vila	23
Elevação a cidade/Plano de Araújo (1887)	23

VIII

Elevação a cidade/Plano de Araújo (1887)	25
Primeiro quartel de Novecentos	25
Plano Geral de Urbanização (1947)	27
Outras cidades moçambicanas	31
INFRAESTRUTURAS HABITACIONAIS	33
Teorização das tipologias habitacionais	33
Gabinete de Urbanização Colonial	33
Habitação para indígenas	35
Habitação para colonos	37
Habitação para funcionários estatais	37
Exemplos em estudo	41
Complexo comercial, turístico e habitacional Monteiro&Giro	41
Banco Nacional Ultramarino, Vila Pery	55
CONCLUSÃO	65
BIBLIOGRAFIA	69
ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura e tem como tema a segregação social, racial e espacial na arquitetura desenvolvida nas antigas colónias portuguesas em África, durante o período de vigência do regime do Estado Novo.

Nessa época, a estratificação social constituía a base organizacional da sociedade portuguesa. Na África Lusófona, o ideal supremacista da comunidade europeia concentrava nos colonos, como indivíduos pertencentes a uma civilização avançada, o dever de transmitir aos povos autóctones o seu conhecimento. A cultura europeia era considerada uma cultura universal¹ e como tal, ignorava a existência de outras culturas, nomeadamente a existência de uma cultura africana. Esta posição ideológica eurocêntrica justificou uma categorização social mais detalhada nos territórios africanos com base em princípios racionais e de desenvolvimento social.

Durante o período de vigência do regime ditatorial português foi imposta uma arquitetura nacionalista, influenciada pela tradição e pelo desejo de monumentalidade. Após a Segunda Grande Guerra, as restantes potências europeias construíam segundo os ideais internacionais da arquitetura do Movimento Moderno, no entanto, em Portugal o Estado Novo continuava a defender a arquitetura nacionalista, criando grandes obstáculos à introdução dos ideais modernos. O panorama arquitetónico português alterou-se consideravelmente com a realização do Primeiro Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948, no qual os jovens arquitetos contestaram a arquitetura tradicionalista do Estado Novo e expressaram a vontade de realizar “Arquitetura Moderna”. Daí que os territórios ultramarinos, principalmente Angola e Moçambi-

1 TOSTÕES, A. – Arquitetura Moderna em África. 2013: 69

que, longe do poder centralizado, se tornaram bastante apelativos a estes jovens pela maior liberdade na aplicação dos conceitos modernos.

Contudo, construir segundo os cânones da arquitetura do Movimento Moderno ia muito além da implementação de pressupostos formais, implicava um compromisso com a igualdade e a liberdade sociais. Segundo os ideais modernos, a arquitetura era um meio de progresso social. É esta relação entre os ideais da arquitetura moderna e a organização social imposta pelo regime do Estado Novo que motiva a presente dissertação. Tem como objetivo compreender a implementação de um movimento com valores liberais num território marcado pela opressão e pela discriminação. Importa averiguar as possíveis representações deste paradoxo na arquitetura e no urbanismo desenvolvidos durante este período.

Das antigas províncias ultramarinas em África - Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e S. Tomé e Príncipe - destacam-se Angola e Moçambique que, devido à posição estratégica, à dimensão territorial e à riqueza de matérias-primas, motivaram o investimento metropolitano que contribuiu para a criação deste legado arquitetónico abundante na quantidade e na qualidade dos exemplares. Para o grau de aprofundamento exigido pelo estudo desta temática, os dois territórios constituíam um objeto de estudo demasiado vasto. Para a presente dissertação Moçambique foi o território escolhido, sendo que o território angolano poderá ser o objeto de estudo em futuras investigações.

Numa fase inicial da investigação, estavam estipulados como balizas cronológicas os anos de 1933 e de 1974 ou seja, o período em que Portugal esteve sobre a influência do regime do Estado Novo. No entanto, com o decorrer da investigação, o período até 1944, ano da criação do Gabinete de Urbanização Colonial/do Ultramar, mostrou-se menos relevante para o estudo uma vez que o investimento nas colónias era menor e os projetos realizados para as mesmas seguiam a lógica do arquiteto-urbanista itinerante, em que o arquiteto auxiliava os projetos urbanísticos e arquitetónicos pelos locais onde viajava². A criação deste órgão de apoio ao desenvolvimento colonial, apesar de continuar a funcionar de modo centralizado, marcou um momento de elevada produção arquitetónica e de alguma produção teórica a partir das quais foi possível compreender as ideologias da época.

O período que medeia entre a criação do Gabinete de Urbanização Colonial e o fim do regime do Estado Novo revelava-se ainda assim bastante extenso. Foi uma época de grandes acontecimentos em que se detetam facilmente dois momentos distintos da evolução social e política, com o conseqüente reflexo na arquitetura. O primeiro momento, até ao início da década de sessenta, caracteriza-se por um grande impulso desenvolvimentista. Assistiu-se à criação e posterior encerramento do Gabinete de Urbanização Colonial/do Ultramar (1944-

2 Moçambique 1875: 9

1957) e foi um período de grande afluência emigratória de jovens arquitetos portugueses influenciados pelos conceitos do Movimento Moderno debatido no Congresso de 1948. O segundo momento corresponde à época dos feitos revolucionários. Foi abolido o estatuto discriminatório entre indígenas e não-indígenas em 1961 e houve a eclosão da Guerra Colonial/de Libertação, primeiramente em Angola, em Março de 1961, e posteriormente em Moçambique, em Setembro de 1964. O ano de 1961 representa a charneira entre estes dois momentos e, como tal, foi escolhido para a delimitação temporal da investigação.

A teorização apresentada resulta da análise cruzada entre a informação recolhida nas várias fontes documentais encontradas e os documentos originais das obras em análise, sejam eles desenhos técnicos ou memórias descritivas. A pesquisa para a realização da presente dissertação contemplou numa primeira fase de enquadramento, a procura de fontes documentais que permitissem compreender o panorama da arquitetura portuguesa durante o período em análise. A recolha informativa foi realizada fisicamente nas bibliotecas da Universidade do Minho e na Biblioteca Pública Municipal do Porto e online através do Arquivo Científico Tropical³, do Portal das Memórias de África e do Oriente⁴ e do HPIP – Património de Influência Portuguesa⁵.

A segunda fase de pesquisa foi direcionada à análise do património urbano e edificado descoberto na fase anterior. Foram indispensáveis a consulta do espólio pessoal do Professor Elisiário Miranda, orientador na presente investigação, e do Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Após este segundo momento de pesquisa foram escolhidos os casos de estudo, foi realizado um aprofundamento temático para a compreensão do contexto histórico-espacial dos edifícios complementado pelo redesenho informático de plantas e cortes dos desenhos técnicos. Interessa explicar que a decisão de redesenho adveio da necessidade de compreensão dos edifícios numa fase inicial do processo de análise do espaço e da distribuição programática que, numa fase mais adiantada, mostrou ser uma mais-valia para a representação da problemática em estudo.

A presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos:

O primeiro capítulo, intitulado “O Indígena Africano e o Colono Europeu”, contextualiza as diferenças de estatuto entre Europeus e Indígenas. São abordadas as alterações políticas e administrativas mais relevantes dos séculos XIX e XX que, após a abolição da escravatura, conseguiram por meio legal continuar a negar aos indígenas os mesmos direitos dos cidadãos portugueses não-indígenas.

3 <http://actd.iict.pt/>

4 <http://memoria-africa.ua.pt/>

5 <http://www.hpip.org/>

O segundo capítulo, “Planos de Urbanização”, encontra-se dividido em duas partes: na primeira parte está representada uma visão geral sobre a evolução territorial de Moçambique e, com base em documentos teóricos desenvolvidos pelo Gabinete de Urbanização Colonial, estão sintetizadas as principais normas que orientavam o desenvolvimento dos planos urbanísticos realizados por esta instituição; na segunda parte é analisada a cidade de Lourenço Marques e o respetivo Plano Geral de Urbanização (1947) – a descrição exaustiva presente na memória descritiva que acompanha o plano permite confirmar os princípios abordados anteriormente e compreender melhor a relação entre indígenas e civilizados.

O terceiro capítulo, “Infraestruturas”, analisa os dois casos de estudo: o Conjunto Monteiro & Giro, em Quelimane, e a Delegação do Banco Nacional Ultramarino de Vila Pery. A análise compreende a relação do conjunto com a envolvente, a organização hierárquica entre os vários elementos do conjunto e a distribuição programática dos mesmos. Os edifícios escolhidos foram projetados por arquitetos de destaque no que respeita à Arquitetura Moderna Tropical e, para uma completa compreensão do tema em estudo, foram apresentados os princípios básicos defendidos pelo Gabinete de Urbanização neste contexto programático.

A intrínseca relação entre a arquitetura produzida em Portugal durante o Movimento Moderno e a arquitetura desenvolvida nas colónias africanas no mesmo período tem, nos últimos anos, incentivado a investigação desta temática. Apesar do objeto de estudo se encontrar numa fase embrionária, os levantamentos realizados e os estudos desenvolvidos permitem obter uma visão global sobre a Arquitetura Moderna nas antigas colónias, assim como a sua interpretação e comparação com a arquitetura realizada na Metrópole. Para o desenvolvimento da presente dissertação o trabalho de alguns investigadores do Movimento Moderno no Portugal Ultramarino foi imprescindível para a completa compreensão da temática, quer num contexto mais geral como o enquadramento histórico e político, quer na análise direcionada aos objetos de estudo.

Para a compreensão do panorama arquitetónico em Portugal Continental após a Segunda Guerra Mundial foi particularmente relevante o livro “Os verdes anos na arquitetura Portuguesa dos anos 50” (1997), de Ana Tostões. No âmbito da contextualização arquitetónica e urbanística do período moderno colonial destacam-se “Geração Africana: arquitetura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975” (2002), de José Manuel Fernandes e “Moderno Tropical: Arquitetura em Angola e Moçambique, 1948-1975” (2009), de Ana Magalhães com fotografias de Inês Gonçalves, que permite visualizar através de um fantástico trabalho fotográfico as melhores produções arquitetónicas deste período, no seu estado atual.

Na compreensão do território moçambicano destacam-se as monografias, de José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro e Olga Iglésias Neves, “Moçambique 1875/1975:

Cidades, Território e Arquitetura” e, de Sandro Brushi e Luís Lage, “O desenho das cidades: Moçambique até ao século XXI” (2005), nas quais é explicada a evolução urbana de Moçambique desde a sua descoberta até à Independência, em 1975. Esta abordagem explica o desenvolvimento tendencialmente costeiro, assim como a criação dos dois maiores núcleos citadinos – Maputo e Beira – e a respetiva matriz urbana.

No que respeita à produção arquitetónica em Moçambique foram essenciais: “Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique (1951-1964)”, tese de doutoramento de Elisiário Miranda, concluída em 2013, e “Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique” (2013) editado por Ana Tostões com a colaboração de outros investigadores importantes. Nesta obra os objetos de estudo foram criteriosamente escolhidos o que permitiu, apesar da transversalidade entre os territórios de Angola e Moçambique, obter análises detalhadas dos edifícios ao mesmo tempo que era caracterizado o panorama arquitetural africano.

Numa abordagem direta à cidade de Maputo destacam-se as obras de João Sousa Morais “Maputo: Património da estrutura e forma urbana” (2001) e “Maputo: Património arquitetónico” (2012), que compôs com a colaboração de Luís Lage e Joana Malheiro.

Para a análise concreta dos casos de estudo os documentos que datam do mesmo período foram de maior relevância, porque permitiram a interpretação do objeto no contexto temporal e ideológico da época da sua conceção. O livro “L’Habitation dans les pays tropicaux” (1952) escrito por João António de Aguiar foi essencial enquanto suporte teórico das introduções aos capítulos respeitantes ao urbanismo e à arquitetura. Relativamente aos casos de estudo temos a memória descritiva e justificativa do Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, do ano de 1955, por João António de Aguiar; as memórias descritivas e justificativas do projeto e do anteprojecto da Delegação do Banco Nacional Ultramarino de Vila Pery, do ano de 1955 e 1956 respetivamente, redigidas por Paulo de Melo Sampaio; e, sobre o conjunto Monteiro & Giro, as memórias descritivas do anteprojecto em Março de 1955, do projeto em Março de 1956 e do corpo do hotel em Janeiro de 1962, pelos arquitetos Arménio Losa e Cassiano Barbosa.

Também com relevância para o processo de investigação foram as conferências a que a autora teve a oportunidade de assistir: “Seminário Internacional: Representações do Poder de Estado (1950-1975)” que decorreu entre 2 e 3 de Dezembro de 2016 na Escola de Arquitetura na Universidade do Minho no qual foram abordados temas de interesse, com destaque para os temas apresentados: por Maria Manuel Oliveira “Arquiteturas de Estado na Alfabetização: os casos de Moçambique e da Metrópole em meados do século XX (1959-1964)” e por Elisiário Miranda “O Banco Nacional Ultramarino em Moçambique: Representação e modernidade II”; e “II International Conference: African Urban Planning” que decorreu entre 7 e 8 de Setem-

bro de 2017 no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, na qual a autora apresentou, em coautoria com Elisiário Miranda a comunicação “Estado Novo and Modern Movement: Spatial Segregation in Mozambique at the end of colonialism”.

A segregação social, racial e espacial está presente, de uma forma mais ou menos direta, em todas as realizações arquitetónicas do período do Movimento Moderno na antiga África portuguesa. Nos vários estudos caracterizadores deste movimento arquitetónico a temática da segregação é constantemente abordada como mais uma particularidade deste estilo. No entanto, como ainda não existem investigações específicas sobre o tema, considera-se pertinente a presente investigação.

O INDÍGENA AFRICANO E O COLONO EUROPEU

A segregação social, racial e espacial que teve lugar na arquitetura desenvolvida nas ex-colónias africanas, durante o período em estudo, só foi possível porque a própria legislação reconhecia a supremacia do povo europeu face aos indígenas africanos. Várias alterações políticas e administrativas sucederam durante os séculos XIX e XX por forma a afastar os indígenas dos direitos dos cidadãos portugueses, ou seja, da classe de cidadãos não-indígenas, e a contrariar as tendências abolicionistas e independentistas que ganharam força no século XX.

Após a Revolução Liberal de 1820 e com a implementação da Primeira Constituição Portuguesa, em 1822, vigoravam os princípios liberais da revolução Francesa que defendiam a igualdade de todos perante a lei⁶. Segundo esta conceção, todos os portugueses, quer fossem oriundos da metrópole quer das províncias ultramarinas, eram considerados cidadãos, incluindo os escravos alforriados⁷. Contudo, os colonos insistiam nas diferenças culturais, superiorizando a cultura portuguesa, como forma de negar o acesso dos mesmos direitos aos indígenas.

Em 1858, decretou-se a abolição da escravatura para o ano de 1878, período durante o qual os antigos escravos eram obrigados a trabalhar para o antigo dono⁸. A 25 de Fevereiro de 1869 foi criada a lei para a abolição da escravatura, mas, na realidade existe apenas uma mudança terminológica de escravo para liberto uma vez que o trabalho para o antigo dono continua obrigatório até 1878⁹.

6 MARTINEZ, E. – Do geral ao particular, 2016: 8

7 Ibidem: 9

8 NEWIT, M. – História de Moçambique, 2012: 340

9 MARTINEZ – Do geral ao particular, 2016: 16

No ano de 1878, ano da abolição efetiva da escravatura¹⁰, foi criado o regulamento para os contratos de serviçais e colonos nas províncias da África Portuguesa que, na teoria, defendia a liberdade de trabalho e contemplava algumas medidas de proteção dos trabalhadores indígenas¹¹, descritos como seres inferiores incapazes de “promoverem, por si próprios, a manutenção dos seus direitos de cidadãos livres”¹². Declarava ainda que “ninguém pode ser obrigado a celebrar contrato para prestação de serviços, exceto aqueles indivíduos que sejam considerados vagabundos”¹³ o que cria uma exceção que permite a reintrodução do trabalho forçado em caso de necessidade.

A agricultura de plantação era uma das maiores fontes de rendimento moçambicanas e a perda da força de trabalho proveniente do escravagismo e o consequente aumento do preço de mão-de-obra tornava impossível manter preços competitivos. Para contornar este problema, foram redigidas sucessivas leis com o intuito de clarificar a figura do indígena dificultando a assimilação como cidadão português, o que iria permitir a aplicação diferenciada das leis.

No ano de 1890, foi implementada a lei dos prazos que ditava a obrigatoriedade de os africanos pagarem com trabalho a sua parte dos impostos¹⁴. Anos depois, em 1894, outra lei estipulava que em caso de infração das normas estipuladas os indígenas seriam obrigados a cumprir a pena com trabalho, inserindo o trabalho correcional que se manteve no código penal português por muito tempo.

A divisão formal entre indígenas e não-indígenas acontece em 1899 com a implementação do regulamento do trabalho dos indígenas. Deste modo, enquanto os não-indígenas ou civilizados viviam segundo as leis da metrópole, os indígenas tinham de cumprir este novo regulamento que, na realidade, era a relegitimação do trabalho forçado¹⁵.

Anos mais tarde, com a Implantação da República em 1910, o sistema centralizador defendido pela monarquia foi substituído pelas ideologias descentralizadoras republicanas. Defendiam que as colónias deveriam dispor de leis próprias redigidas de acordo com o seu estado de desenvolvimento – Lei Orgânica – e adquirir autonomia financeira¹⁶. Contudo, a máxima de “liberdade, igualdade e dignidade”¹⁷ republicana era falaciosa, a hegemonia da classe branca continuava e a população nativa das colónias continuava sujeita ao trabalho forçado.

A 28 de Maio de 1926 houve o golpe militar que marcou o termo da Primeira República e a implantação da Ditadura Militar. António de Oliveira Salazar é convidado para Ministro das

10 Diário do Governo n°45, 1869: 58

11 MARTINEZ – Do geral ao particular, 2016: 18

12 Diário do Governo n°237, 1878: 380

13 CUNHA, J. – O trabalho indígena: 148. Apud. NEWIT – História de Moçambique, 2012: 341

14 NEWIT – História de Moçambique, 2012: 358

15 “Artigo 1.º Todos os indígenas das províncias Ultramarinas Portuguesas são sujeitos obrigação, moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltarem, de subsistir e de melhorar a própria condição social.

Têm plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação; mas, se a não cumprem do modo algum, a autoridade pública pode impor-lhes o seu cumprimento.” in Diário do Governo n°202, 1899: 647

16 NEWIT – História de Moçambique, 2012: 347

17 MENESES, M. - O “indígena” africano e o colono “europeu”, 2009: 74

Finanças em 1928, o sucesso alcançado irá contribuir para que, em 1930, acumule a pasta das Colónias promovendo, no mesmo ano, a implementação do Ato Colonial. No ano de 1932 Salazar assume a chefia do Governo e, em Abril do ano seguinte, é aprovada a Constituição que integra o Ato Colonial, consumando a criação do regime do Estado Novo e do Império Colonial Português¹⁸. O Ato Colonial refere a extensão da Constituição Política da República a todas as colónias¹⁹, substituindo a política descentralizadora republicana por uma “política imperial nacionalista e centralizadora”²⁰.

Assente na superioridade da cultura europeia, a difusão dos ideais metropolitanos fazia parte da política desenvolvimentista do regime. Vigorava o Estatuto do Indigenato de 1929 no qual era claramente definido o indígena, assim como as condições de acesso à categoria de assimilado, necessitavam de saber falar português, exercer uma profissão e demonstrar um certo nível de educação²¹. Enquanto os indígenas não dispunham das condições necessárias à assimilação eram sujeitos ao trabalho forçado, juridicamente abolido no código laboral de 1928, como forma de melhoria das condições de vida²².

A partir do Segundo Pós-guerra (1939-1945) os valores democráticos estavam cada vez mais enraizados internacionalmente. Com a fundação da Organização das Nações Unidas, a 24 de Outubro de 1945, na sequência da Carta das Nações Unidas assinada a 26 de Junho de 1945, e mais tarde com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a 10 de Dezembro de 1948, as várias estruturas políticas europeias foram obrigadas a sofrer alterações. As Nações Unidas defendiam a diversidade cultural, o direito dos povos à independência e, ainda, a obrigatoriedade de auxílio no desenvolvimento dos vários territórios tutelados por estas potências²³. Caminhava-se a passos largos para o fim da colonização.

Durante as décadas de 50 e 60 o movimento descolonizador em África intensificou-se²⁴. Portugal, no entanto, continuava a engessar discursos para manter o seu Império Colonial, constituído por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Estado Português da Índia, Macau e Timor. Salazar consciente do conflito ideológico, alegou que o Estado Português formava “uma só e indivisível Nação”²⁵. Para corroborar esta afirmação foi realizada a Revisão Constitucional no ano de 1951 que, para além da alteração da nomenclatura colonial, garantia, no texto, o apoio aos indígenas com vista à sua verdadeira integração²⁶. Os termos referentes às colónias e ao império foram substituídos por “províncias ultramari-

18 MIRANDA, E. – *Liberdade & Ortodoxia*, 2013: 28

19 Art. 1º e 3º, Decreto-lei nº22:465, 1933

20 ROSAS, F. – *O Estado Novo*. In MATTOSO, 1994: 284

21 NEWIT – *História de Moçambique*, 2012: 385

22 MENESES - O “indígena” africano e o colono “europeu”, 2009: 75

23 Charter of the United Nations, ONU. Capítulo: XI

24 MIRANDA – *Liberdade & Ortodoxia*, 2013: 29

25 ANTUNES, J. – *O império com pés de barro*: 54-55. Apud. MIRANDA – *Liberdade & Ortodoxia*, 2013: 30

26 PEREIRA, C.; PARDAL, F. – *A construção e a crise do “Estado Novo”*, 2015: 2

nas” e por “ultramar”, respetivamente. Por conseguinte, o Ministério das Colónias passou a denominar-se Ministério do Ultramar, assim como a denominação das suas dependências como a Agência Geral das Colónias e o Gabinete de Urbanização Colonial se alteram para Agência Geral do Ultramar e Gabinete de Urbanização do Ultramar, respetivamente²⁷. Estas alterações, ainda que superficiais, indiciavam a diminuição do poder do regime nos próximos anos.

No ano de 1953 foi publicada a Lei Orgânica do Ultramar Português (em substituição da Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1933) e no ano seguinte foi revisto o Estatuto dos Indígenas que continuava a negar o direito de cidadania aos indígenas²⁸. Contudo, o governo português não sentia, internamente, uma forte oposição às suas políticas coloniais. As pressões maiores provinham do exterior e intensificaram-se quando, em 1955, Portugal entrou para as Nações Unidas. A Comissão para a Descolonização começava a descobrir o discurso de eufemismos Salazaristas que escondia, na verdade, uma posição hegemónica da cultura do Portugal europeu²⁹.

Em 1961 eclodiu a revolta em Angola, com os inúmeros massacres da UPA (União de Povos de Angola), que marcaram a 15 de Março desse ano o início da Guerra Colonial/de Libertação e, em Abril, com a nomeação de Adriano Moreira como Ministro do Ultramar conseguiram a abolição do Estatuto dos Indígenas, marcando o fim legal da discriminação e da exclusão sociais³⁰.

A metrópole tentou filtrar a informação que chegava a Moçambique para evitar que a onda de revolta angolana se estendesse também a esta colónia. O baixo nível de educação e conhecimento da sociedade moçambicana e a consequente desorganização social, facilitaram o objetivo do governo. Os movimentos nacionalistas em Moçambique foram iniciados por jovens moçambicanos residentes no estrangeiro com livre acesso à informação. Fora de Moçambique formaram-se os primeiros movimentos descolonizadores que mais tarde se uniram, por sugestão de Kwane Nkhrumba do Gana e de Julius Nyerere da Tanzânia, para criar a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) chefiada por Eduardo Mondlane³¹. A 25 de Setembro de 1964 inicia-se oficialmente a Guerra de Libertação em Moçambique com o ataque ao posto português em Chai, no norte do país³². Contudo, os múltiplos conflitos ideológicos entre grandes ativistas da Frelimo enfraqueciam-na.

No ano de 1968, Salazar sofre um acidente vascular cerebral e Marcelo Caetano assume a presidência. Convencido pelos seus conselheiros de que era possível vencer em absoluto a

27 MIRANDA – Liberdade & Ortodoxia, 2013: 31

28 Ibidem: 31

29 NEWIT – História de Moçambique, 2012: 447

30 MIRANDA – Liberdade & Ortodoxia, 2013: 31

31 NEWIT – História de Moçambique, 2012: 450-451

32 Ibidem: 456

guerra Colonial elege Kaúlza de Arriaga para comandante das forças terrestres em Moçambique. A política salazarista de contenção da revolta através da desestruturação dos movimentos nacionalistas, foi substituída pela intensificação da guerra com vista à destruição das bases da Frelimo³³.

A 3 de Fevereiro de 1969 Mondlane é assassinado, pelo que consta, por encomenda de Lazaro Nkavandame, um dos seus mais diretos opositores, realizada por outros dissidentes do partido auxiliados por agentes da PIDE³⁴. Sucede-lhe Samora Machel em Maio de 1970.

Em Junho do mesmo ano, Portugal obteve o estatuto de associado da CEE (Comunidade Económica Europeia), com a condição de se separar economicamente das colónias. O Estado Português começava a desintegrar-se e as colónias tornavam-se cada vez mais autónomas. Moçambique, em 1972, deixa de ser considerada uma província ultramarina e passa a ser um estado³⁵.

Depois do golpe de 25 de Abril de 1974 realizado pelo MFA (Movimento das Forças Armadas), cujo termo da guerra nas colónias africanas era um dos valores proclamados, iniciaram-se as negociações entre Portugal e a Frelimo. A 7 de Setembro de 1974 foi assinado o acordo de Lusaca no qual constava a transferência de poderes para a Frelimo e a proclamação da independência a 25 de Junho de 1975³⁶.

33 Ibidem: 456-457

34 Ibidem: 454

35 Ibidem: 459

36 A luta pela independência, disp. <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/A-Luta-pela-Independencia>

PLANOS DE URBANIZAÇÃO

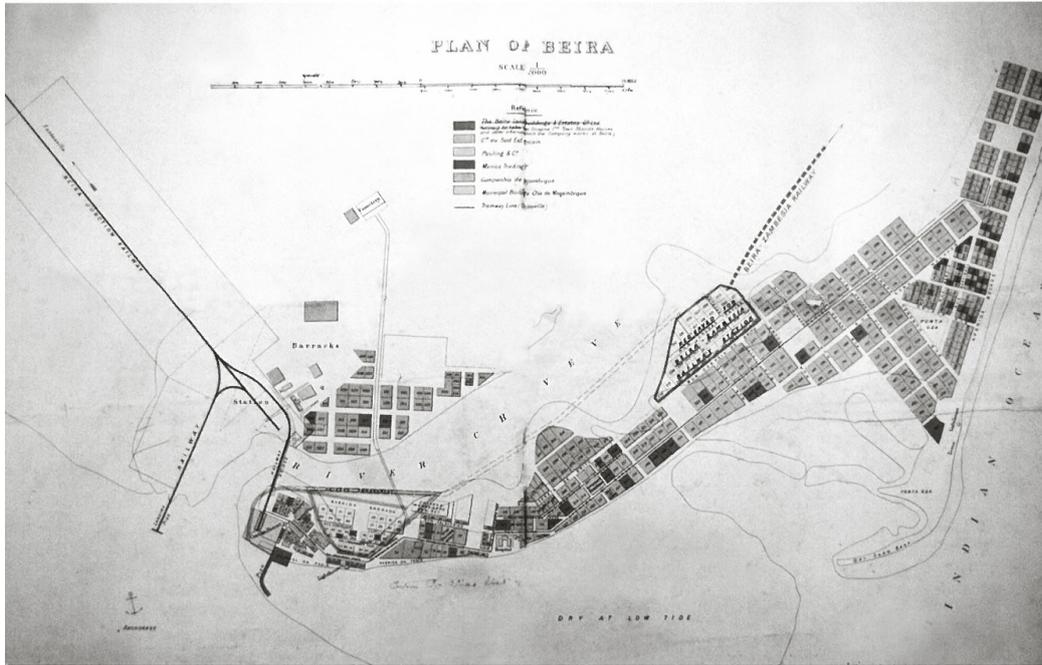
No último quartel do século XIX, já ultrapassada a independência do Brasil, a 7 de Setembro de 1822, inicia-se um novo momento na política colonial portuguesa com a “viragem para África”. O domínio português sobre os territórios africanos era essencialmente costeiro, iniciando-se nesta fase as campanhas expedicionárias com vista à exploração do interior.

O crescimento industrial e financeiro das potências europeias, despertou o interesse das mesmas nos territórios africanos com vista à exploração de recursos humanos e materiais e, também, à criação de novos mercados para escoamento dos produtos excedentes. Este conflito de interesses motivou a realização da Conferência de Berlim, decorrida entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885. Na conferência foi realizada a redistribuição das colónias e instituído o fim do direito histórico, ou seja, uma potência só poderia justificar a posse de um território com a sua ocupação efetiva.³⁷

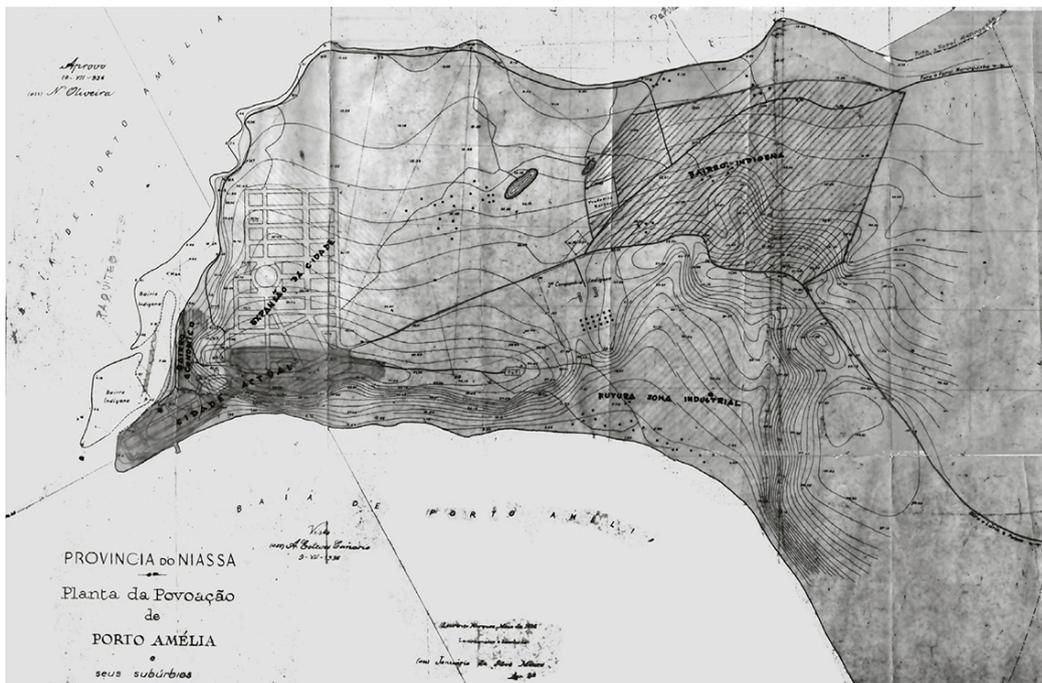
Com o império colonial Português seriamente ameaçado, os projetos de expansão e exploração do interior intensificam-se. É nessa altura que surge o Mapa cor-de-rosa, no qual estavam representadas as intenções portuguesas de unir a Costa Ocidental de África (Angola) à Costa Oriental (Moçambique). Intenções essas que não eram compatíveis com as pretensões da Inglaterra, de ligar o Cabo, na África do Sul, ao Cairo, no Egipto, através da construção de uma via férrea. Como consequência, no ano de 1890, a Inglaterra fez um ultimato exigindo a retirada imediata das forças militares dos territórios entre Angola e Moçambique e como Portugal não conseguiu justificar a sua prévia ocupação daquela zona, foi obrigado a ceder.³⁸

37 PINTO, P. – Os dias da História. In ensina.rtp.pt/artigo/a-conferencia-de-berlim/

38 Conferência de Berlim. In https://pt.wikipedia.org/wiki/Conferência_de_Berlim



PLANTA DA CIDADE DA BEIRA
(sem data, autor desconhecido)
FERNANDES; JANEIRO; NEVES
- Moçambique 1875/1975: 88



PLANTA DE EXPANSÃO DA
CIDADE DE PORTO AMÉLIA,
1936
(autor desconhecido)
BRUSCHI; CARRILHO; LAGE
- Pemba: as duas cidades,
2005: 22

Apesar do insucesso da ideologia transcontinental do império africano, é de salientar o forte desenvolvimento colonial que daí adveio. Forçados pelo princípio da ocupação efetiva, ganhou ênfase o processo de urbanização do interior das colónias, que se tornou exequível com a construção dos sistemas ferroviários³⁹. O desenvolvimento urbanístico torna-se mais formal com a implementação, pela primeira vez nas colónias, dos planos de urbanização⁴⁰. Eram baseados no uso da grelha geométrica ortogonal com a ambição de tornar mais simples e célere o processo de implantação, um modelo ainda visível em cidades como Vila Pery (Chimoio), Porto Amélia (Pemba) e na zona antiga de Lourenço Marques (Maputo) e Beira⁴¹.

Nos finais do século XIX as cidades Lourenço Marques e Beira destacavam-se já como principais núcleos urbanos da colónia Moçambicana. Com a Instauração da República, nos primórdios de Novecentos, e pelo facto das suas ideologias políticas defenderem a descentralização do poder colonial, existe uma quebra no desenvolvimento urbanístico e arquitetónico, que só com a implantação do regime ditatorial do Estado Novo se volta a intensificar. África, essencialmente os territórios de Angola e Moçambique, ganha o estatuto de nova “terra prometida”⁴² atraindo avultados investimentos, públicos e privados, que vão marcar os territórios indelevelmente.

O regime ambicionava a criação de um “Espaço Colonial” regido pelas mesmas normas arquitetónicas e urbanísticas por forma a criar uma imagem uniforme característica do regime. Os desenhos dos planos de urbanização e dos projetos de arquitetura eram produzidos na metrópole para serem aplicados à posteriori nas colónias. Em 1944, Marcelo Caetano, então Ministro das Colónias, funda o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), mais tarde chamado de Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), para assegurar a produção urbanístico-arquitetónica em solo africano, cujo investimento aumentara nas décadas de 40 e 50. O processo de exportação dos projetos para as colónias manteve-se com o novo gabinete sediado em Lisboa, sob a direção do arquiteto João António de Aguiar.⁴³

O desenho urbanístico realizado pelo Gabinete procurava monumentalidade, cruzava referências do urbanismo formal francês – ruas largas e retilíneas articuladas por monumentos ou edifícios importantes, associadas aos conceitos de regularidade, de simetria e de “culto do eixo”⁴⁴ – com os modelos da cidade-jardim – uma junção das vantagens da vivência no campo com as da cidade, que resulta em terrenos urbanos de baixa densidade com espaços verdes nos intervalos das construções, sustentados pelos princípios sociais e de autossuficiência⁴⁵.

No entanto, a aplicação simplificada da utópica cidade-jardim, teve como resultado agre-

39 FERNANDES, J.; JANEIRO, M.; NEVES, O. – Moçambique 1875/1975: 53

40 BRUSHI, S.; LAGE, L. – O desenho das cidades, 2005: 26

41 BRUSHI, S.; CARRILHO, J.; LAGE, L. – Pemba: as duas cidades, 2005: 9

42 FERNANDES; JANEIRO; NEVES – Moçambique 1875/1975: 9

43 Ibidem: 9/10

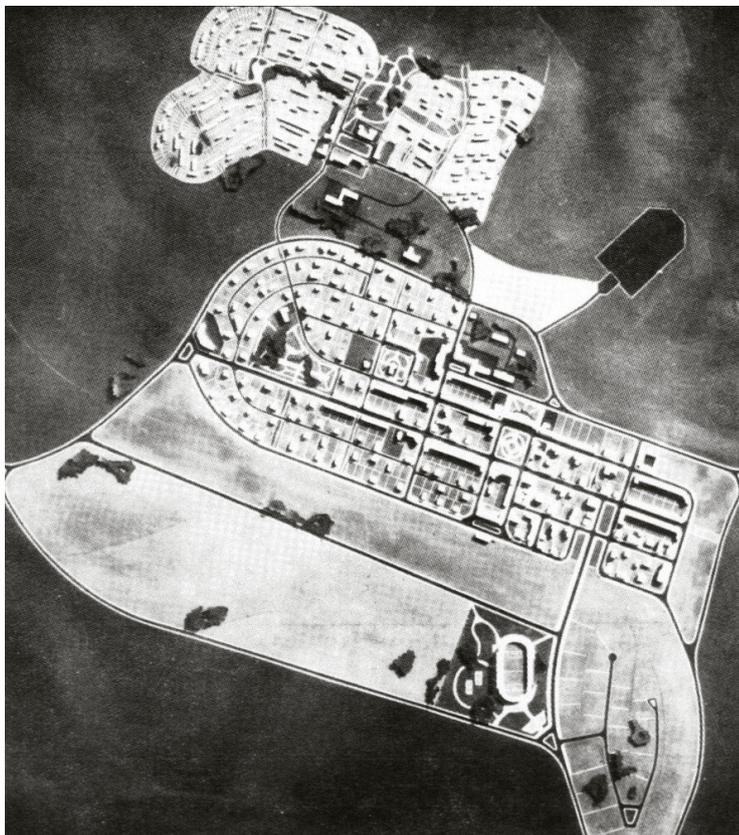
44 BENEVOLO, L. – Storia dell'Architettura Moderna, 1960: 100-106. Apud. CAPELA, J. – Aula 11

45 BENEVOLO, L. – Storia dell'Architettura Moderna, 1960: 398-399. Apud. CAPELA – Aula 12



PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DA BEIRA, 1944/46

Ribeiro Alegre e José Porto BRUSCHI; LAGE - O desenho das cidades, 2005: 41



PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE VILA PERY, 1950

João Antônio de Aguiar FERNANDES; JANEIRO; NEVES - Moçambique 1875/1975: 134

gados urbanos baseados na segregação social, em que a baixa densidade habitacional só estava disponível para as classes economicamente privilegiadas⁴⁶. Nas cidades estavam representados dois núcleos bem distintos: a área central, composta pelo centro administrativo e comercial e pela zona residencial onde habitava a população branca acompanhada pelos seus serventes; e a periferia, onde habitava a maioria da população que trabalhava nas cidades, grande parte indígena⁴⁷.

As zonas residenciais periféricas constituíam as zonas mais problemáticas da cidade, com complicações no que respeita ao ordenamento de território e às condições de salubridade⁴⁸. Na sequência do Congresso Nacional de Habitação e Urbanismo, no ano de 1952, é publicado o livro *L'Habitation Dans Les Pays Tropicaux*, escrito por João António de Aguiar, onde esta problemática é abordada. A monografia apresenta-se como um “manual de instruções” para a projeção de unidades residenciais indígenas, de acordo com os princípios ideológicos do governo, o que permite a interpretação destes espaços com um outro ponto de vista.

Importa primeiramente esclarecer que o objetivo das unidades residenciais não era o de alojar toda a população indígena, elas eram estudadas e dimensionadas de acordo com os indígenas que mantêm um modo de existência nas cidades. Normalmente, estes nativos apresentam um grau de assimilação superior, que resulta do contacto com a população mais desenvolvida. No entanto, João de Aguiar esclarece que a separação social entre indígenas e não-indígenas é necessária para o bem-estar do próprio nativo, porque apesar de já se encontrarem num estágio de desenvolvimento mais avançado ainda mantinham princípios e costumes não compatíveis com os dos europeus⁴⁹.

As unidades residenciais indígenas deveriam ser localizadas próximas do núcleo urbano para facilitar acesso ao local de trabalho, a preocupação não era, no entanto, o bem-estar do indivíduo, mas antes a sua produtividade. Contudo, a separação entre os dois agregados deveria ser explícita e foi sugerido o recurso a acidentes geográficos ou a vastas áreas de vegetação. O local de implantação era escolhido de acordo com as opções do Plano Geral de Urbanização, que era o resultado de diversos estudos urbanos a fim de garantir que não

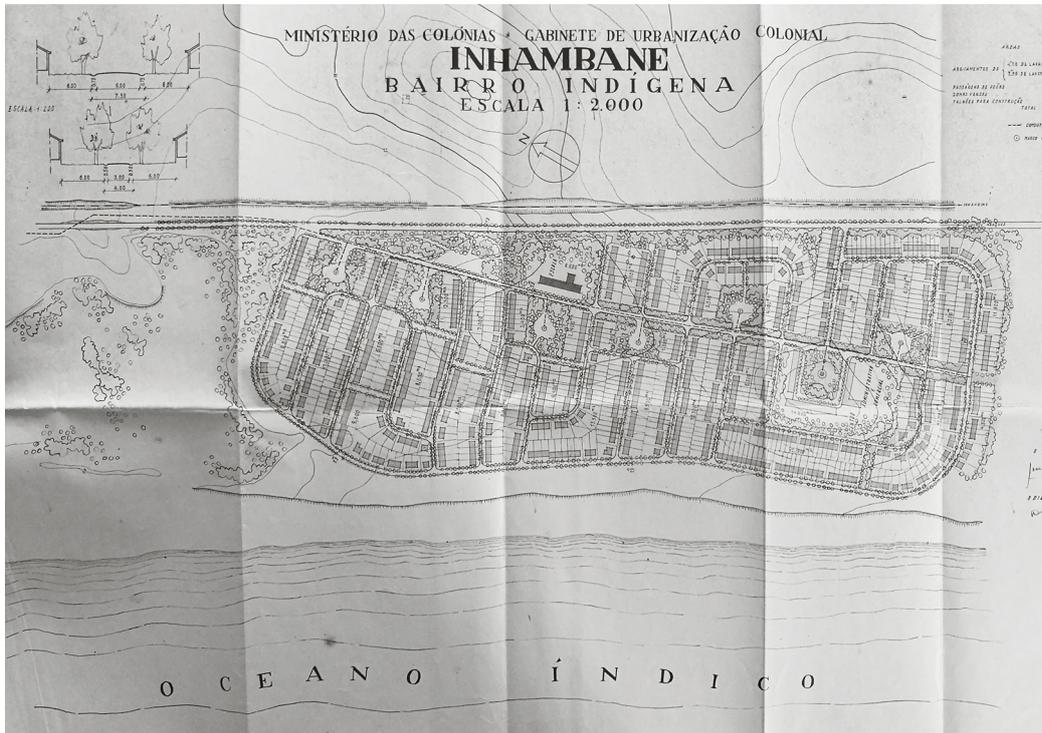
46 BRUSHI, S.; SONDEIA, B. – Inhambane: Elementos de história urbana, 2003: 27

47 FERNANDES; JANEIRO; NEVES – Moçambique 1875/1975: 21

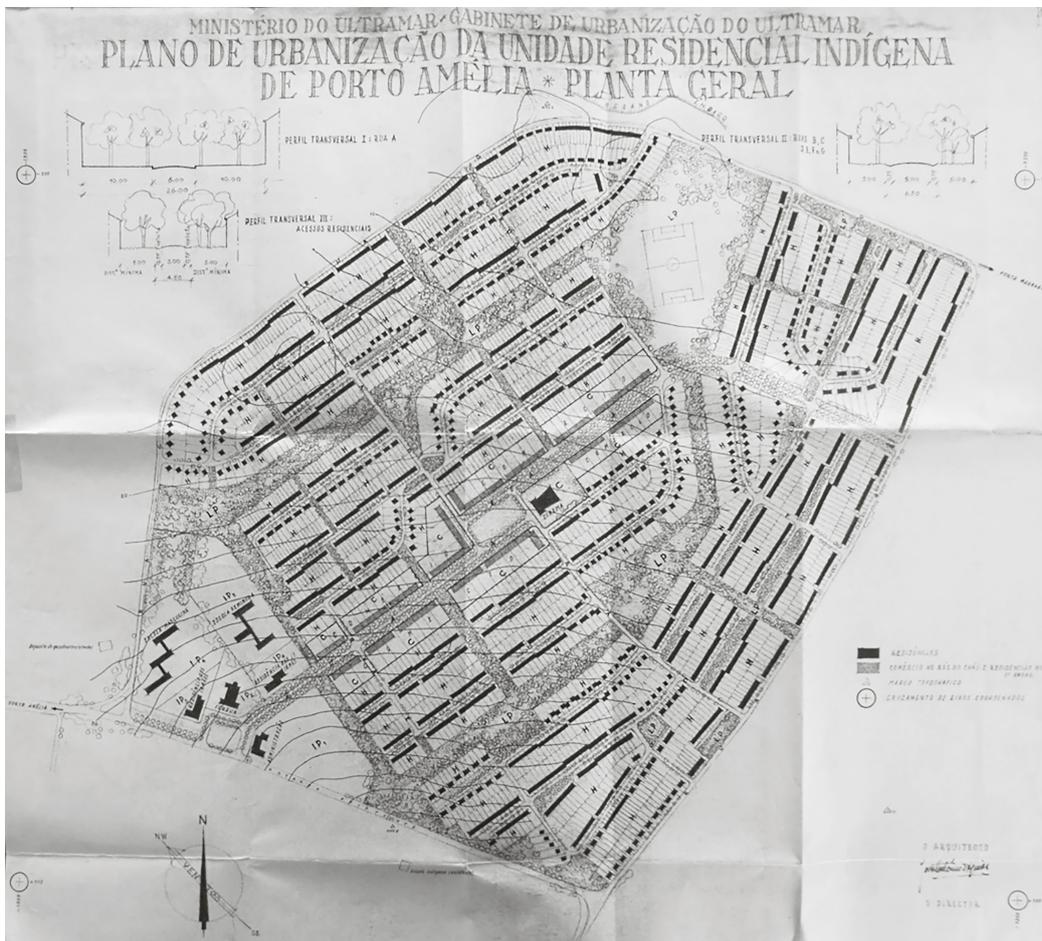
48 “Ces agrégats sont totalement condamnables au point de vue de l’urbanisme, de l’hygiène et de la morale. Les constructions y sont faites en matériaux précaires : murs en terre battue, en planches, en roseaux ou en lattes ; toits en chaume, en bois ou en tôles. On y trouve également les traditionnelles huttes indigènes et de rares maisons en maçonnerie de pierre ou de brique. Les alignements n’existent pas et les rues sont en terre battue, d’une surface très irrégulière.

À la saison sèche, le vent soulève des nuages de poussière ; à l’époque des pluies, les rues sont transformées en bourbiers qui rendent la circulation impossible. Les moustiques prolifèrent facilement à n’importe quelle époque, soit dans les flaques d’eau, soit dans les immondices. La manque d’eau et l’absence d’égouts s’opposent aux notions les plus élémentaires d’hygiène et de confort. Dans ces conditions, la morale de l’individu est gravement atteinte.” in AGUIAR, J. – *L’habitation dans les pays tropicaux*, 1952: 4

49 “Bien que collaborant intimement avec la société européenne, l’indigène offre cependant des caractéristiques très variables suivant son degré d’assimilation et même suivant son origine...Ces diversités psychiques exigent parfois la séparation d’individus d’un groupe ethnique à l’intérieur de la propre communauté indigène. Aussi, ne faut-il pas s’étonner que, pour propre sa commodité, celle-ci soit également séparée de la société plus avancée, qui est la société européenne , où l’on pourrait difficilement admettre la cohabitation des individus aux coutumes et aux principes les plus exotiques qui caractérisent la société indigène...” in AGUIAR, J. – *L’habitation dans les pays tropicaux*, 1952: 7



BAIRRO INDÍGENA DE INHAMBANE, 1950
 PT/IPAD/UM/DGOPC/
 DSUH/2089/12996



PLANO DE URBANIZAÇÃO DA RESIDENCIAL INDÍGENAS DE PORTO AMÉLIA, 1951
 PT/IPAD/UM/DGOPC/
 DSUH/2096/12855

comprometia o crescimento da cidade.

Os bairros indígenas eram organizados como pequenas cidades independentes. Num espaço central, de fácil acesso a todos os habitantes, estava localizado o programa comum: os serviços oficiais, como por exemplo a polícia e o correio, e os espaços de lazer, como o campo de futebol e o cinema. Dispersas pela zona residencial, facilitando o abastecimento da população, existiam pequenas lojas dos mais variados ramos de comércio. Uma superfície comercial maior, o mercado, era localizado na periferia, uma solução para evitar a concentração de grandes massas no interior do bairro. As escolas estão resguardadas das zonas de tráfego intenso, localizadas de modo a que o percurso casa-escola das crianças não fosse superior a 500 metros. As zonas verdes assumem um papel importante na organização e higienização do espaço, estão em volta de todos os espaços comuns e também pelas zonas residenciais. Quanto à dimensão e organização dos arruamentos, devido ao baixo nível económico dos habitantes, os acessos de veículos foram considerados casuais e, como tal, os arruamentos desenvolvidos essencialmente para o uso pedonal.

No próximo subcapítulo o estudo irá incidir sobre a cidade de Lourenço Marques por ser a colónia Moçambicana da qual é possível obter maior informação. Sabe-se que os princípios que estiveram na base do desenvolvimento desta cidade, foram os mesmos que orientaram o crescimento das restantes cidades coloniais. Como tal, esta abordagem pretende que com uma análise específica se compreendam realidades universais.

LOURENÇO MARQUES

A exploração de Lourenço Marques pelos portugueses tem início no século XV com a viagem da armada de Vasco da Gama à Índia. Permaneceu como um dos pontos de paragem para abastecimento de comida e água potável. Nos finais do século XVIII inicia-se verdadeiramente o processo de desenvolvimento. É construída a primeira fortaleza no ano de 1782 e em 1825 implanta-se a Companhia Comercial de Lourenço Marques, demonstrando já ser um local apto para o comércio⁵⁰.

O desenvolvimento do comércio local e o conseqüente aumento da população, faz com que em Dezembro de 1876 Lourenço Marques seja elevada a vila⁵¹. Segundo a planta desse ano⁵², o núcleo urbano correspondia à zona Baixa da cidade dos dias de hoje.

O continuado desenvolvimento económico e social no decorrer da década seguinte e o grande crescimento que se previa com a construção do caminho-de-ferro que ligava Lourenço Marques ao Transval, motivaram a sua elevação à categoria de cidade passados onze anos⁵³. Na planta correspondente a este período, nota-se a regularização dos traçados viários e, também, a definição da Praça da Picota.

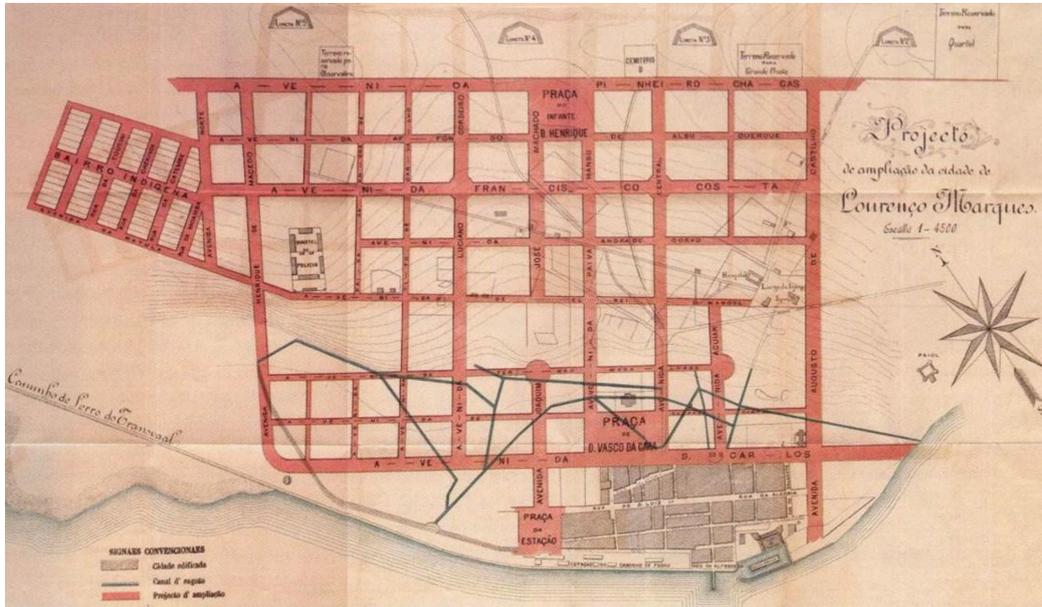
Para responder à previsão de grande crescimento económico e populacional foi realizado o seu primeiro plano de urbanização, o projeto de ampliação da cidade de Lourenço Marques de 1887, da autoria de António José de Araújo. O plano contemplava a expansão do núcleo urbano segundo os princípios racionalistas da malha ortogonal, eram privilegiados arruamentos

50 FERNANDES; JANEIRO; NEVES – Moçambique 1875/1975: 57

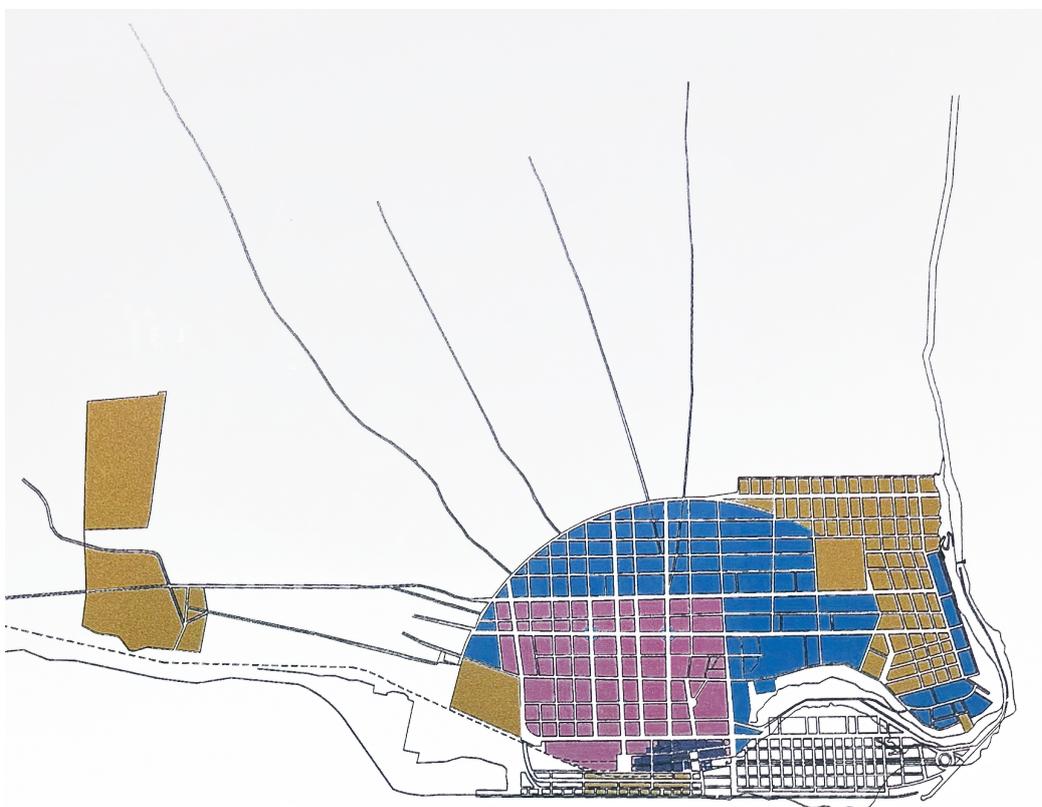
51 AGUIAR, J. – Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: 13

52 FERNANDES; JANEIRO; NEVES – Moçambique 1875/1975: 58

53 AGUIAR – Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: 13



PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES, 1887
 António José de Araújo
 MORAIS - Património da estrutura e forma urbana, 2001: 87



ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE TRAÇADOS, 1912/1915
 MORAIS - Património da estrutura e forma urbana, 2001: 197

largos com as praças a surgirem em pontos importantes nos negativos das quadriculas. Fora dos novos limites da cidade foram pensados o cemitério, o observatório, a prisão e o quartel. Foi, também, projetado um bairro indígena que se apresentava como um apêndice da cidade. À semelhança do núcleo urbano principal organiza-se segundo uma malha ortogonal, porém com uma orientação distinta e com a quadricula mais apertada.

A cidade desenvolveu-se mais do que o esperado aquando a realização do plano e começou a expandir-se para além dos limites determinados. Fizeram a ligação com a Ponta Vermelha e cancelaram a construção do bairro indígena para que a cidade se pudesse estender também naquele sentido⁵⁴. Lourenço Marques era já uma das cidades mais desenvolvidas, se não a mais desenvolvida, de Moçambique, com forte influência em todo o território e com excelentes ligações com os países vizinhos. Deste modo, não foi com surpresa que em Dezembro de 1898 foi decretada capital da colónia.

Durante o primeiro quartel de Novecentos a nova capital cresceu exponencialmente, para além dos limites do Plano de Araújo, já se tinham consolidado os bairros do Alto Maé, da Ponta Vermelha e da Polana. Passou dos 2 400 habitantes em 1898, para os 20 600 em 1930⁵⁵.

No entanto, com a instauração do regime ditatorial do Estado Novo, assente na utópica missão civilizacional na África portuguesa, aumentaram fortemente os incentivos migratórios para os colonatos agrícolas. As colónias, especialmente Angola e Moçambique, eram propagandeadas pelo estado como uma nova terra prometida, onde facilmente se melhorariam as condições de vida sem sair de território português⁵⁶. Estas políticas de apoio à emigração fizeram disparar o número de habitantes europeus nas colónias portuguesas em África. Em resposta a este rápido aumento populacional, na década de 40, o arquiteto Cristino da Silva foi convidado a renovar o plano de urbanização de Lourenço Marques. Apesar do plano não ter sido concluído devido ao período de grande tensão que estava a ser vivido no decorrer da II Guerra Mundial, é desta época que datam os novos e monumentais eixos de circulação⁵⁷.

Após a Segunda Guerra Mundial, foi realizada uma análise à cidade para a estruturação de um novo plano de urbanização, que confirmou a incapacidade de Lourenço Marques responder a um crescimento populacional tão repentino. A cidade estava sobrelotada, o tráfego viário era intenso e o estacionamento insuficiente, os estabelecimentos comerciais estavam concentrados na baixa e as novas zonas residenciais da cidade não tinham como se abaste-

54 AGUIAR – Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: 14

55 FERNANDES; JANEIRO; NEVES – Moçambique 1875/1975: 63-65

56 "...se alguém pretende deixar a sua terra para melhorar as condições de vida de que desfruta, porque não procura tornar-se COLONO em vez de EMIGRANTE? Porque não lança primeiro as vistas para as nossas províncias ultramarinas, especialmente ANGOLA e MOÇAMBIQUE? Quantos, deste modo, tem alcançado o bem estar e, até, fortuna, sem, para isso, precisarem de sair do território português!" in JUNTA DE EMIGRAÇÃO, Informações uteis para quem pretende emigrar, 1958: 2 Apud. Heloísa, P. – O Estado Novo e a emigração, 1998: 295

57 FERNANDES; JANEIRO; NEVES – Moçambique 1875/1975: 79-81



OCUPAÇÃO DO SOLO -
 PGULM, 1947
 João António de Aguiar
 AGUIAR - Plano Geral de Urba-
 nização de Lourenço Marques:
 174

cer e os bairros indígenas desregrados constituíam um obstáculo ao crescimento das zonas industriais⁵⁸. Foi com base nestas problemáticas que iniciaram, em 1947, o Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, da autoria de João António de Aguiar, diretor do Gabinete de Urbanização Colonial/do Ultramar.

Com o foco na distribuição programática e populacional, para a compreensão da institucionalização da segregação social e racial que interessa para a presente dissertação, temos no primeiro tópico da memória descritiva e justificativa do plano, intitulado “população”, uma divisão categórica entre “não-indígenas” e “indígenas”. Neste foram apresentados os números de habitantes previstos para 1980, data de validade deste novo plano. Esta estimativa foi realizada com o intuito de conhecer o número de indivíduos que necessitavam de acomodação, no entanto, enquanto que no cálculo foram considerados todos os não-indígenas, no caso dos indígenas só os que eram necessários ao desenvolvimento e manutenção da cidade é que foram contabilizados⁵⁹.

Os não-indígenas constituíam a população citadina, habitavam em moradias de um ou dois pisos ou, com menos frequência, em blocos habitacionais. As construções eram económicas e de acordo com os regulamentos possuíam: “...instalações sanitárias, fossas sépticas e redes mosqueiras nas portas e janelas...canalização para o abastecimento de água, e canos de esgoto para a fossa séptica...”⁶⁰, os anexos dos criados eram localizados no quintal ou, quando integrados nas habitações não-indígenas, nas coberturas dos edifícios.

A classe dos indígenas era a mais desfavorecida em toda a organização hierárquica social e dentro desta classe eram ainda subdivididos de acordo com o seu grau de assimilação. A grande maioria dos que apresentava um nível de civilização superior eram serviços domésticos e, como tal, a acomodação destes indivíduos era da responsabilidade do patrão. Por norma, viviam nos anexos das habitações europeias, compostos por um quarto com chuveiro e sanita turca, e apesar das relações entre indígenas e não-indígenas serem “francamente cordiais” não era permitida a utilização das cozinhas europeias para a elaboração da comida indígena⁶¹.

Os indígenas com menor capacidade financeira e que mantinham costumes e princípios ainda muito distantes da cultura europeia viviam na periferia da cidade. Os que não tinham família constituída e trabalhavam sobretudo na indústria, viviam em acampamentos fora da cidade, com barracões mais ou menos organizados, normalmente construídos pela entida-

58 AGUIAR – Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: 37-45

59 “Sabe-se que nem toda a população aglomerada nos subúrbios é solicitada pelas atividades de Lourenço Marques e que a sua economia está assente em trabalhos agrícolas e outros. A acomodação desses indivíduos é um problema cuja resolução não pertence ao município.” in AGUIAR – Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: 54

60 Ibidem: 104

61 As relações entre indígenas e não-indígenas são francamente cordiais. Estes últimos admitem, sem receio, na sua residência, o indígena para os vários serviços domésticos...Quando lhes é fornecida a alimentação...A comida é feita por eles no quintal em fogareiro de carvão (“bruxa”). Utilizam louças privativas que não entram na cozinha da residência. Comem no quintal ou nas dependências da habitação...” Ibidem: 109



UNIDADE RESIDENCIAL INDIGENA - PGULM, 1947
João António de Aguiar
AGUIAR - Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques:
115

de empregadora. As famílias normalmente habitavam palhotas, sem condições higiénicas e construídas com materiais precários, segundo técnicas tradicionais indígenas. Estas habitações iam surgindo em terrenos desocupados, dispersas e sem seguir qualquer fundamento urbanístico.

Os indígenas considerados civilizados e necessários para o funcionamento da cidade, viviam nos bairros da periferia. Os bairros indígenas poderiam ser de iniciativa privada ou oficial, localizados de acordo com as exigências dos planos de urbanização. Pensados para serem autónomos em relação à cidade, continham para além das habitações algum programa coletivo, como escolas, serviços administrativos, posto policial, centro médico, espaços lúdicos, comércio, entre outros. As habitações eram construídas em materiais duráveis, com todas as instalações necessárias para uma boa higienização do espaço. Os bairros estavam limitados a 15.000 habitantes, incluindo alguns não-indígenas que formavam a camada mais pobre dos colonos. Na memória descritiva e justificativa de João Aguiar foi abordado o Bairro da Munhuana, como uma superação de tentativas anteriores de organização residencial indígena, como por exemplo o bairro de Xipamanine, o primeiro bairro indígena de iniciativa oficial⁶². No plano foi considerada a ampliação do bairro da Munhuana, assim como uma proposta para o arranjo urbanístico do mesmo, foi prevista a criação de uma praça ao centro, com edifícios coletivos na envolvente, e que funciona como ponto de fuga para as ruas principais que definem o bairro.

Existem ainda um conjunto de indígenas a considerar, que são os chamados “eventuais” e que apenas são chamados à cidade para colmatar a falta de pessoal quando existem volumes de trabalho superiores ao normal. A maioria destes indivíduos nunca esteve em contacto com a civilização europeia, apresentando, sob o ponto de vista estatal, um estágio de civilização muito atrasado. Contudo, apesar da sua presença ser de curta duração era necessário acomodá-los e, para tal, foram criadas áreas isoladas no interior das unidades de vizinhança indígenas.

No que se refere ao zonamento de Lourenço Marques, o diretor do Gabinete de Urbanização do Ultramar defendia que a distribuição programática estava obsoleta e que já não correspondia às necessidades da cidade⁶³. A reestruturação teve em conta o zonamento já existente, reorganizando-o. O crescimento da cidade era uma das maiores problemáticas a ter em conta na reorganização dos solos, o grande desenvolvimento previsto até 1980 implicava o aumento das áreas residenciais, uma melhor distribuição do comércio, mais e maiores instituições oficiais e, como consequência do aumento populacional, eram também necessárias mais acomodações para os serventes indígenas.

Para as zonas residenciais não-indígenas previa-se a expansão a norte da Avenida Caldas

62 Referência ao Bairro de Xipamanine in Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: 110

63 Ibidem: 172



PORMENOR COSTA DO SOL -
PGULM, 1947

João António de Aguiar
AGUIAR - Plano Geral de Urba-
nização de Lourenço Marques:
106

Xavier e também a construção de um novo núcleo, a nordeste, junto à linha de costa, conhecido como “Costa do Sol”, que viria quebrar a estrutura de quadricula que define Lourenço Marques desde a sua criação. No desenho deste núcleo estão refletidos os princípios ideológicos que formam o “gosto do regime”: uma praça circular que marca o centro cívico e que ao mesmo tempo forma o ponto de convergência das circulações principais e a baixa densidade construtiva acompanhada por espaços verdes.

O comércio foi também reestruturado para abastecer toda a população de modo confortável e eficaz. Para além da zona comercial já existente, que foi ampliada e redesenhada para formar um centro cívico coerente, foram ainda dispersos pela cidade pequenos espaços de comércio que respondem às necessidades locais.

Para além do já existente Bairro da Munhuana, foram assinalados no mapa de ocupação do solo mais duas zonas de implantação para bairros indígenas. A representação destas zonas nos planos urbanísticos evita o posicionamento desregrado que poderia em algum momento entrar em conflito com o crescimento da cidade europeia. As unidades de vizinhança indígena são dimensionadas para 15.000 habitantes com densidade média de 100 habitantes por hectare⁶⁴.

Quando aborda a descrição e distribuição das zonas de Lourenço Marques, João António de Aguiar põe termo à distinção das zonas residenciais interna e suburbana, por considerar que essa divisão de zonas já não era perceptível. De facto, as unidades residenciais não-indígenas periféricas foram sendo absorvidas com o crescer da cidade e começaram a fazer parte do novo centro. A análise do Plano Geral de Urbanização revela que a cidade cresce tendencialmente junto à Baía de Lourenço Marques. A nova periferia parecia estar a ser delimitada do lado norte da cidade, com as avenidas Comandante Sarmiento Rodrigues e D. Maria José Mouzinho de Albuquerque e também o arruamento que delimita a noroeste a unidade residencial da Costa do Sol a marcar os novos limites citadinos. A norte destes arruamentos estão localizadas as indústrias, o cemitério, o aeroporto, as unidades residenciais indígenas e alguns terrenos livres para expansão, o que corrobora esta teoria.

As conceções apresentadas na Memória Descritiva e Justificativa do Plano de Urbanização de Lourenço Marques são o reflexo do gosto, mas essencialmente, dos princípios e valores do regime do Estado Novo. Foram estas as linhas de pensamento que orientaram o Gabinete de Urbanização do Ultramar no desenvolvimento das várias cidades.

As cidades realizadas à imagem do regime definem-se essencialmente pela junção de dois princípios urbanos: o urbanismo formal, que se manifestava na zona central da cidade através de grandes eixos estruturais que convergem para edifícios representativos, e uma

64 Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: 109-116

versão simplificada da cidade-jardim de Ebenezer Howard, expressa nas áreas residenciais onde o traçado viário já não era tão rígido, a densidade construtiva era baixa e a arborização recorrente. A aplicação destes conceitos é facilmente reconhecível, por exemplo, nos planos de Inhambane e Porto Amélia (Pemba), ambos do ano de 1950.

Outra característica dos desenhos urbanos desta época é o rigoroso zonamento que impunha a separação das diferentes classes sociais. A segregação social estava enraizada nos princípios do regime e quando aplicada às colónias tornava-se ainda mais evidente com a separação entre indígenas e não-indígenas, civilizados e não-civilizados. A rigorosa distribuição programática colocava no núcleo da cidade os edifícios oficiais, o comércio e as unidades residenciais para os não-indígenas, que quanto mais próximas do centro cívico mais nobres seriam. Na periferia estavam localizadas a indústria e as unidades residenciais indígenas. A admissão de indígenas a estas unidades não era de todo geral, a permissão era limitada à necessidade de mão-de-obra da cidade e com preferência dos que de alguma forma já apresentavam um grau de desenvolvimento superior⁶⁵.

O posicionamento da unidade residencial indígena em relação à cidade civilizada também era motivo de regulamentação e o plano geral de urbanização de Vila Pery (Chimoio), de 1950, constitui um ótimo exemplo. A unidade residencial está posicionada a norte do núcleo urbano de Vila Pery, isolada por uma ampla zona verde. As comunicações entre os dois núcleos são fáceis e não muito longas pois, apesar da proximidade ser percebida como um ponto negativo, foi considerado o facto de os indivíduos indígenas não terem possibilidades para a utilização dos transportes públicos e de que um longo trajeto a pé reduziria a produtividade dos mesmos⁶⁶.

A organização interior da unidade residencial indígena remete para a versão simplista do modelo de cidade-jardim tão adorada pelo regime. O programa compositivo da unidade vai desde a função habitacional até ao programa coletivo administrativo e lúdico, com o intuito de tornar este núcleo autónomo da cidade civilizada. Os lotes são amplos, o que permite a associação de logradouros às várias habitações e a criação de espaços verdes, contribuindo para a higienização do espaço.

65 "As habitações destinadas a indígenas que interessam à cidade deverão ser, portanto, ocupadas por indivíduos civilizados que frequentaram escolas ou que, de qualquer modo, atingiram aquele grau de preparação." in Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: 113

66 "Quando distantes das referidas zonas, apresentam como principal inconveniente a necessidade de transporte coletivo, cuja utilização se torna difícil para o indígena, atendendo ao seu baixo nível de vida. Assim, ele terá de percorrer a pé a distância que o separa do local de trabalho sob a influência da chuva ou dos raios solares. O cansaço proveniente do esforço físico despendido influirá altamente da sua produção." in Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: 112

INFRAESTRUTURAS HABITACIONAIS

O regime do Estado Novo decretou a criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) com essencialmente dois objetivos: o primeiro era o de responder ao aumento significativo da produção urbanístico-arquitetónica, resultante do impulsionamento governamental à migração e ao investimento nas colónias portuguesas em África, cujo sistema do arquiteto-itinerante implementado até então mostrava não ter capacidade de resposta; e por último, mas não menos intencional, tem que ver com a representatividade do poder estatal através da arquitetura, com a criação de uma linguagem própria “representativa da comunidade de gostos, maneiras, hábitos, aspirações e ideais de uma coletividade”⁶⁷.

As criações da nova dependência do Ministério das Colónias eram realizadas na metrópole para posteriormente serem exportadas para as colónias e João António de Aguiar, como responsável máximo, concentrava nele todas as viagens aos locais, acompanhado dos projetos em desenvolvimento pelos restantes técnicos do Gabinete⁶⁸. O desconhecimento das especificidades climatéricas dos territórios colonias é um dos principais entraves deste sistema centralizado.

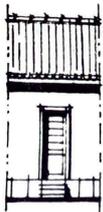
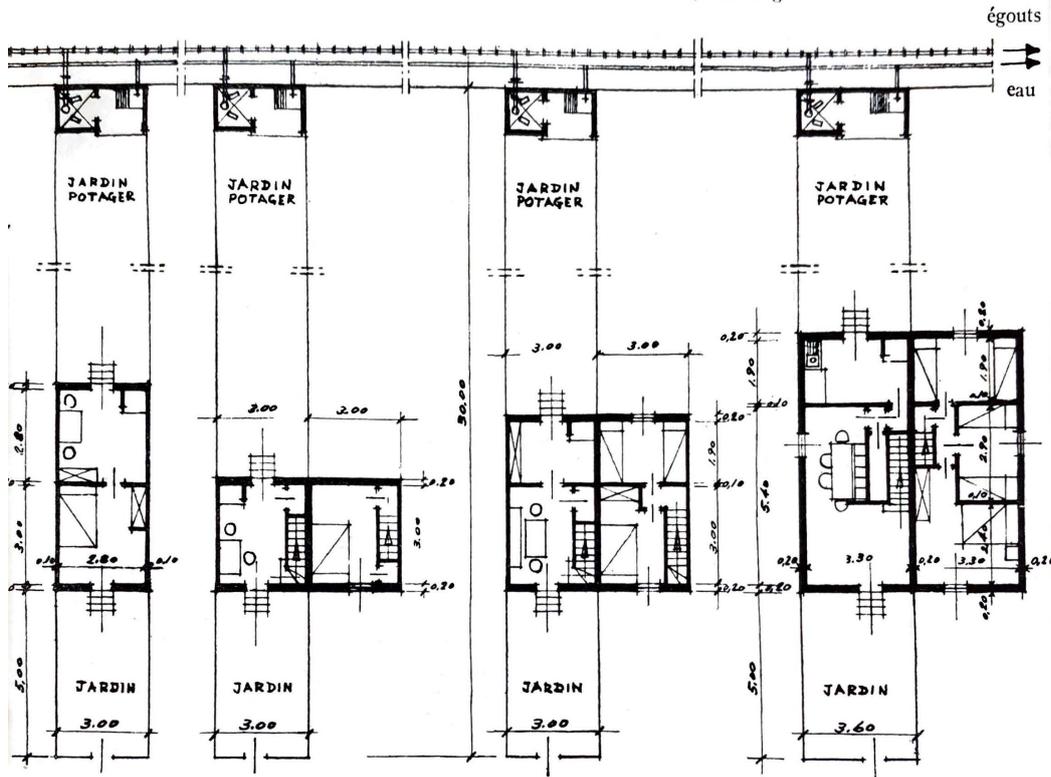
A partir do Segundo Pós-guerra, os movimentos democratizantes e independentistas intensificaram-se e em resposta às pressões externas anticolonialistas é promulgada a Revisão Constitucional de 1951, que teve como resultado a alteração toponímica de “Colónia” para “Províncias Ultramarinas”. Estas alterações pretendiam uma aparente aproximação aos

67 CAETANO, M. – O Gabinete de Urbanização Colonial. Diário de Notícias, Lisboa, 15 Junho 1948. Apud. TOSTÕES, A. – *Arquitetura Moderna em África*. 2013: 82

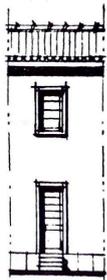
68 FERNANDES; JANEIRO; NEVES – *Moçambique 1875/1975*: 10

HABITATION INDIGÈNE

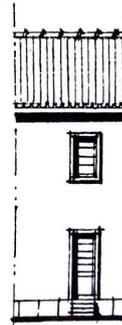
Solution à deux plans habitable: rez-de-chaussée et un étage



Type I



Type II



Type III

TIPOLOGIAS HABITACIONAIS
INDÍGENAS

João António de Aguiar
AGUIAR - L'Habitation dans
les pays tropicaux

ideais internacionais, contudo, a tese desenvolvida pelo arquiteto João António de Aguiar, a propósito do Congresso Nacional de Habitação e Urbanismo em 1952, revela a semelhança ideológica do Gabinete de Urbanização do Ultramar com o antigo GUC.

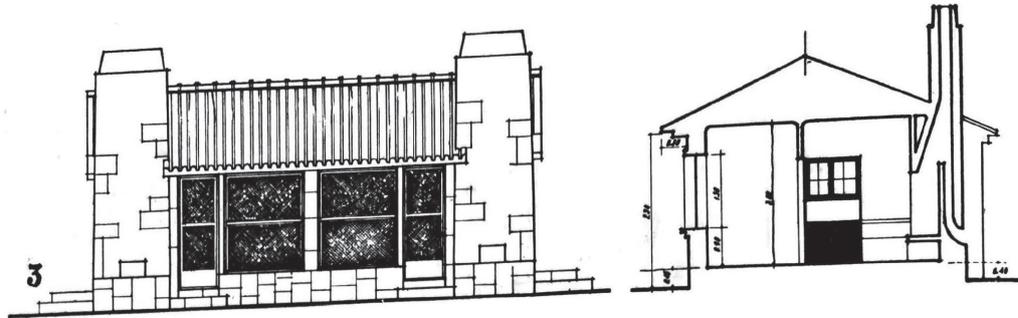
A teorização sobre o zonamento nos planos urbanísticos, estudada anteriormente, revela a organização hierárquica da sociedade moçambicana baseada em contextos económicos e raciais. A aproximação de escala às infraestruturas, principalmente às que envolvem programa habitacional, revelam a continuação do legado segregacionista.

Em *L'Habitation dans les pays tropicaux*, João António de Aguiar aborda o problema da habitação, que se deve sobretudo ao número insuficiente de acomodações em resposta ao grande crescimento populacional e ao estado precário e insalubre das já existentes. Nesta monografia estão representadas considerações gerais para a construção em massa de habitações para a população indígena e para a população europeia. Com base no conhecimento adquirido em experiências construtivas anteriores, pretendiam a edificação de agregados habitacionais economicamente viáveis sem abdicar das boas condições de conforto e de habitabilidade. No entanto, como é característico dos projetos do Gabinete de Urbanização do Ultramar, as condições de habitabilidade são variáveis de acordo com a categoria social, o nível económico e o desenvolvimento intelectual dos futuros habitantes⁶⁹.

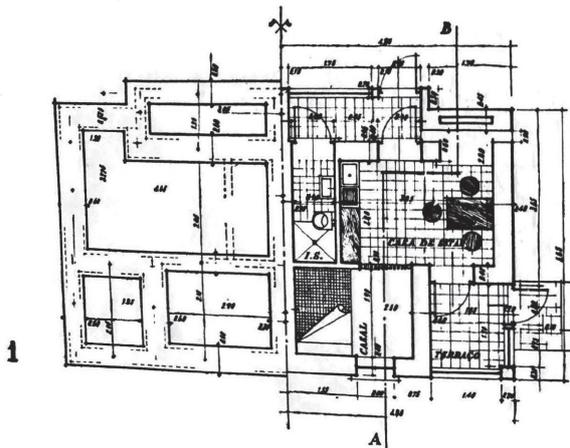
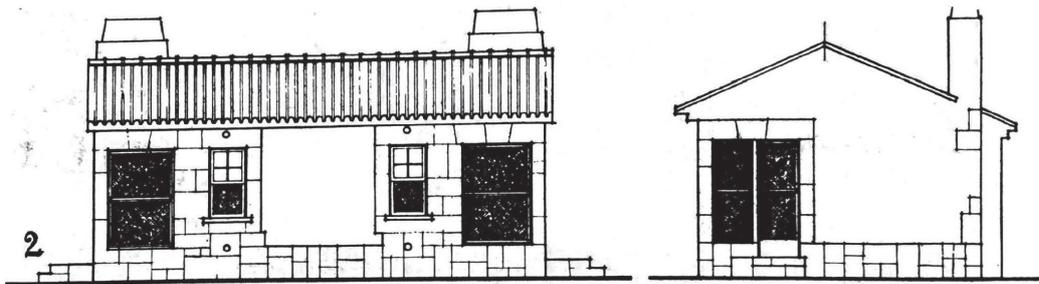
O fator económico e as características do agregado familiar constituíam as principais premissas no desenvolvimento dos projetos para as habitações. De um modo geral, era estruturada a divisão programática, para cada um dos grupos sociais, a partir da qual eram criadas três tipologias consoante o número de quartos, variáveis entre um e três: um quarto para casais sem filhos, dois quartos para casais com filhos do mesmo género ou três quartos para casais com filhos de géneros diferentes.

Para os serventes indígenas foram desenvolvidos dois modelos de moradias, com organização e dimensionamento do programa muito semelhantes, variáveis em três tipologias: as moradias de tipo I eram constituídas por sala e cozinha comuns e um quarto; a tipologia II incluía cozinha independente com dispensa, sala de estar e de jantar e dois quartos; e por fim a terceira tipologia com programa semelhante ao da segunda com mais um quarto. As instalações sanitárias, compostas por sanita turca e duche, localizavam-se na extremidade do logradouro servidas por uma linha comum de instalações de abastecimento de água e canalização de esgotos, contribuindo para a economia da construção. As várias moradias eram dispostas em banda e conforme os modelos poderiam organizar-se em um ou dois andares.

69 "Il convient de tenir compte de la catégorie sociale, du niveau économique et du développement intellectuel des futurs locataires. Les exigences, à différents point de vue, d'un travailleur rural ou d'un petit agriculteur, d'un pêcheur, d'un ouvrier de construction civile, d'un fonctionnaire, d'un médecin sont très différentes, comme on l'imagine facilement. En vérité, le plan de l'habitation doit être étudié compte tenu du mode de vie du chef de famille et des habitudes de l'agrégat familial qui vont l'occuper. Cette considération aura une influence décisive sur la conception générale du projet et sur l'économie de la construction." in AGUIAR – *L'habitation dans les pays tropicaux*, 1952: 12



TIPOLOGIA HABITACIONAL
 COLONOS (1 quarto)
 João António de Aguiar
 AGUIAR - L'Habitation dans
 les pays tropicaux



- 1 — Plans des fondations et
- 2 — Façades principale et laterale.
- 3 — Façade postérieure et coupe.

Para a instalação de casais de indígenas sem filhos foi projetado um edifício com quartos duplos distribuídos por dois andares, perfazem um total de trinta e quatro quartos auxiliados por uma zona comum com refeitório, sala e cozinha. As instalações sanitárias eram independentes e localizadas no exterior do edifício. Num edifício com programa muito semelhante eram alojados os indígenas solteiros, sendo que os quartos de casal eram substituídos por dormitórios de cinco indivíduos.

No que respeita á atribuição de habitação aos europeus distinguem-se facilmente dois grupos: os trabalhadores-colonos que normalmente obtinham sustento da exploração agrícola, habitavam em núcleos subdesenvolvidos e correspondiam, certamente, à população mais desfavorecida; e os funcionários estatais, pertencentes a um grupo social elevado, residentes nos grandes centros urbanos.

Para os trabalhadores-colonos, João Aguiar evidencia a intenção de lhes atribuir habitações com condições superiores às que teriam em Portugal Continental e devidamente protegidas das advertências das condições climatéricas para que a adaptação ao novo local fosse facilitada⁷⁰. Foram-lhes atribuídas moradias térreas com sala e cozinha comuns, quarto de banho acessível pelo exterior e o número de quartos era conforme a tipologia.

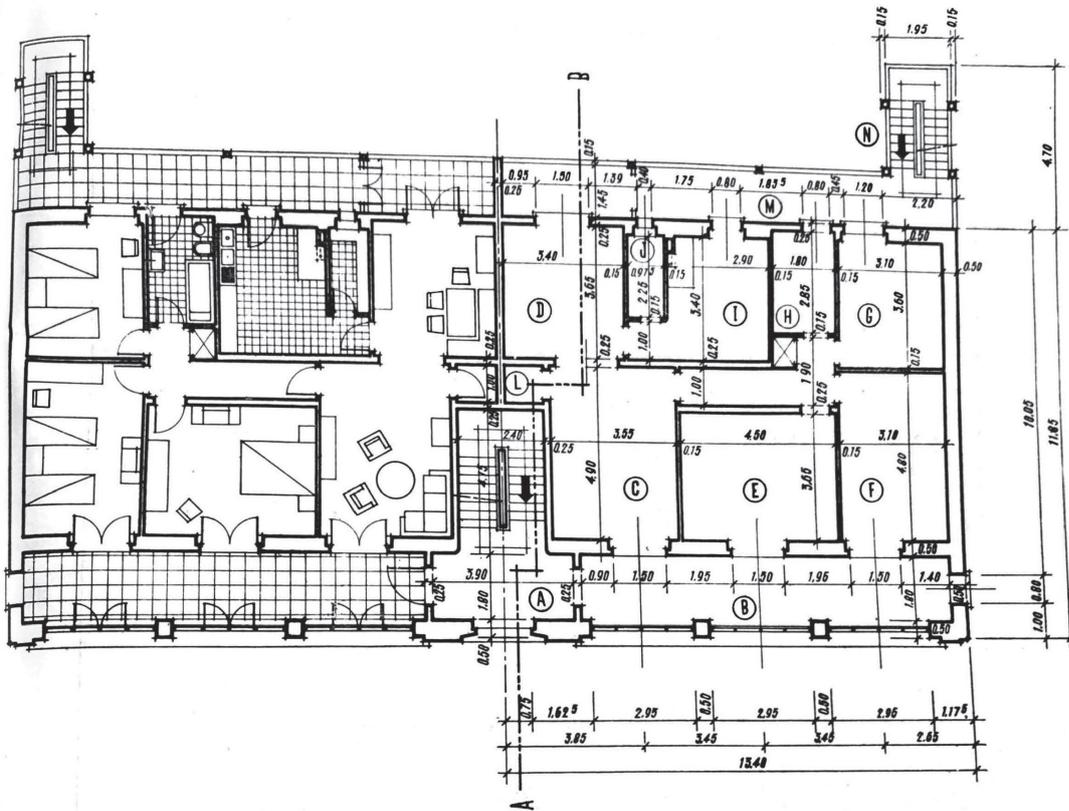
Um fator crucial na economia das construções nos grandes centros urbanos tem que ver com a gestão da ocupação do solo devido ao custo elevado do mesmo. Deste modo, as habitações para os oficiais constituíam um grande desafio para o Gabinete de Urbanização do Ultramar na concretização de projetos economicamente viáveis.

Foram desenvolvidos dois modelos de moradias, com a organização e o dimensionamento do programa habitacional muito semelhante, com cozinha independente, despensa, sala de estar e de jantar, quarto de banho interior e quartos de dormir, cujo número variava consoante a tipologia. As moradias eram dispostas em banda e conforme o modelo variavam entre um e dois andares. O segundo modelo era o mais económico devido ao desenvolvimento vertical que resultava numa melhor gestão do solo.

Um outro modelo de acomodação utilizado era o bloco de habitação, apresentava-se como a solução que melhor geria a ocupação do solo o que possibilitava aumentar a área útil das habitações. O bloco era de quatro andares com uma escada a cada dois apartamentos, que fazia a distribuição segundo o esquema esquerdo/direito. Cada apartamento era composto por cozinha, despensa, sala de estar e de jantar, quarto de banho e três quartos, tinha ainda a galeria exterior coberta no alçado frontal que protegia o interior da habitação da incidência solar.

Era comum que os habitantes das cidades tivessem os seus próprios serventes indígenas, por norma em cada habitação estavam empregues três serviçais: o “moleque”, que era res-

70 AGUIAR – L'habitation dans les pays tropicaux, 1952: 23



BLOCO HABITACIONAL PARA
 FUNCIONÁRIOS ESTATAIS
 João António de Aguiar
 AGUIAR - L'Habitation dans
 les pays tropicaux

BLOC D'HABITATIONS POUR FONCTIONNAIRES

- A — Escalier principal.
- B — Galerie de protection.
- C — Salon.
- D — Salle à manger.
- E — Chambre de conjoints.
- F — Chambre de garçons.
- G — Chambre de files.
- H — W. C. et salle de bain.
- I — Cuisine.
- J — Dépense.
- L — Débarras.
- M — Galerie de service.
- N — Escalier de service.

ponsável pela limpeza da casa e pelo serviço de mesa; o cozinheiro, que estava encarregue de cozinhar e de fazer as compras; e o “mainato”, que lavava a roupa e passava-a a ferro⁷¹. Como consequência, as tipologias habitacionais desenvolvidas para os funcionários estatais refletem a coexistência de duas classes sociais, quer com a evidência de dois sistemas de circulação, o principal e o de serviço, quer com a introdução de pequenos anexos, com um quarto com duche e sanita turca, em locais específicos.

No modelo de moradias apresentado, enquanto os europeus têm acesso à habitação pelo alçado principal, a entrada para os serventes indígenas é realizada pelas traseiras, voltada para o logradouro e com acesso direto à cozinha. Nos blocos de apartamentos existem duas galerias de circulação, uma localizada na fachada anterior para uso dos europeus e a de serviço, na fachada posterior, com entrada pela cozinha. Quanto à localização dos anexos, no documento em análise não foi encontrada nenhuma referência, no entanto, segundo a memória descritiva e justificativa do Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, elaborada pelo mesmo autor apenas três anos mais tarde, os anexos deveriam ser localizados nas traseiras das habitações dos europeus, quando essa localização não era possível poderiam ser colocados no mesmo edifício da “habitação principal, em caves, ou então no último piso”⁷².

É com base nestas teorizações que serão interpretados os dois casos de estudo que a seguir se apresentam. A seleção destes dois edifícios foi realizada com base na quantidade de informação disponível.

71 Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: 109

72 Ibidem: 109

COMPLEXO COMERCIAL, TURÍSTICO E HABITACIONAL MONTEIRO & GIRO

O complexo comercial, turístico e habitacional Monteiro & Giro foi projetado por Arménio Losa e Cassiano Barbosa, dois arquitetos portuenses com notáveis ligações com os princípios ideológicos do Movimento Moderno⁷³. O projeto para o complexo foi realizado a pedido da empresa Monteiro & Giro, uma empresa sediada no Porto, que tinha interesses múltiplos em Moçambique, desde a “exploração de matéria-prima à criação de gado e ao cultivo de algodão e chá”⁷⁴. A sede da empresa iria ser deslocada para Quelimane e era pretendida a construção de um edifício que para além de acolher as novas instalações, permitisse investir noutras atividades comerciais, designadamente no mercado imobiliário e hoteleiro.

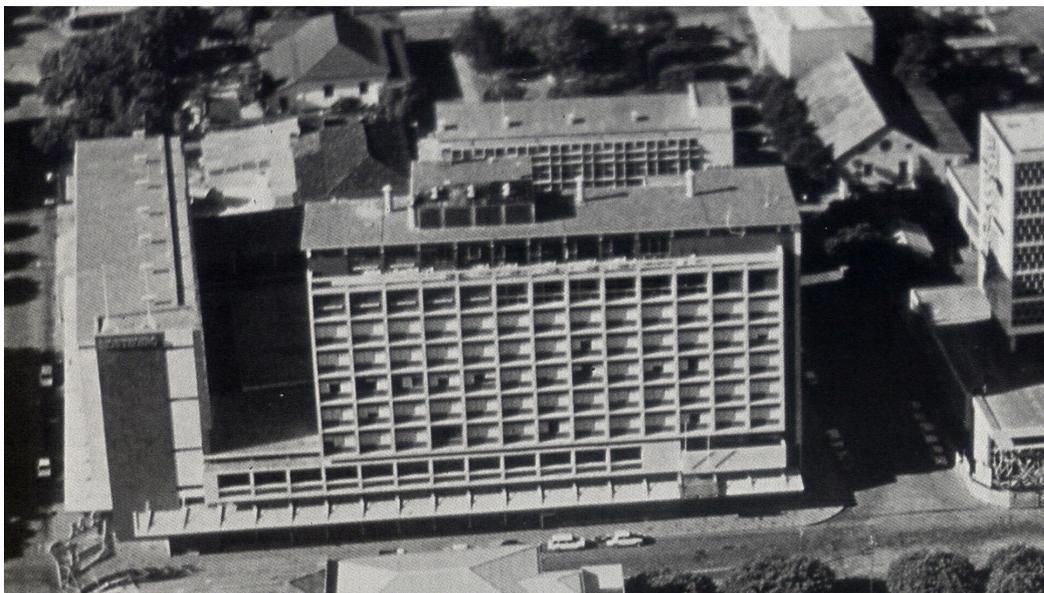
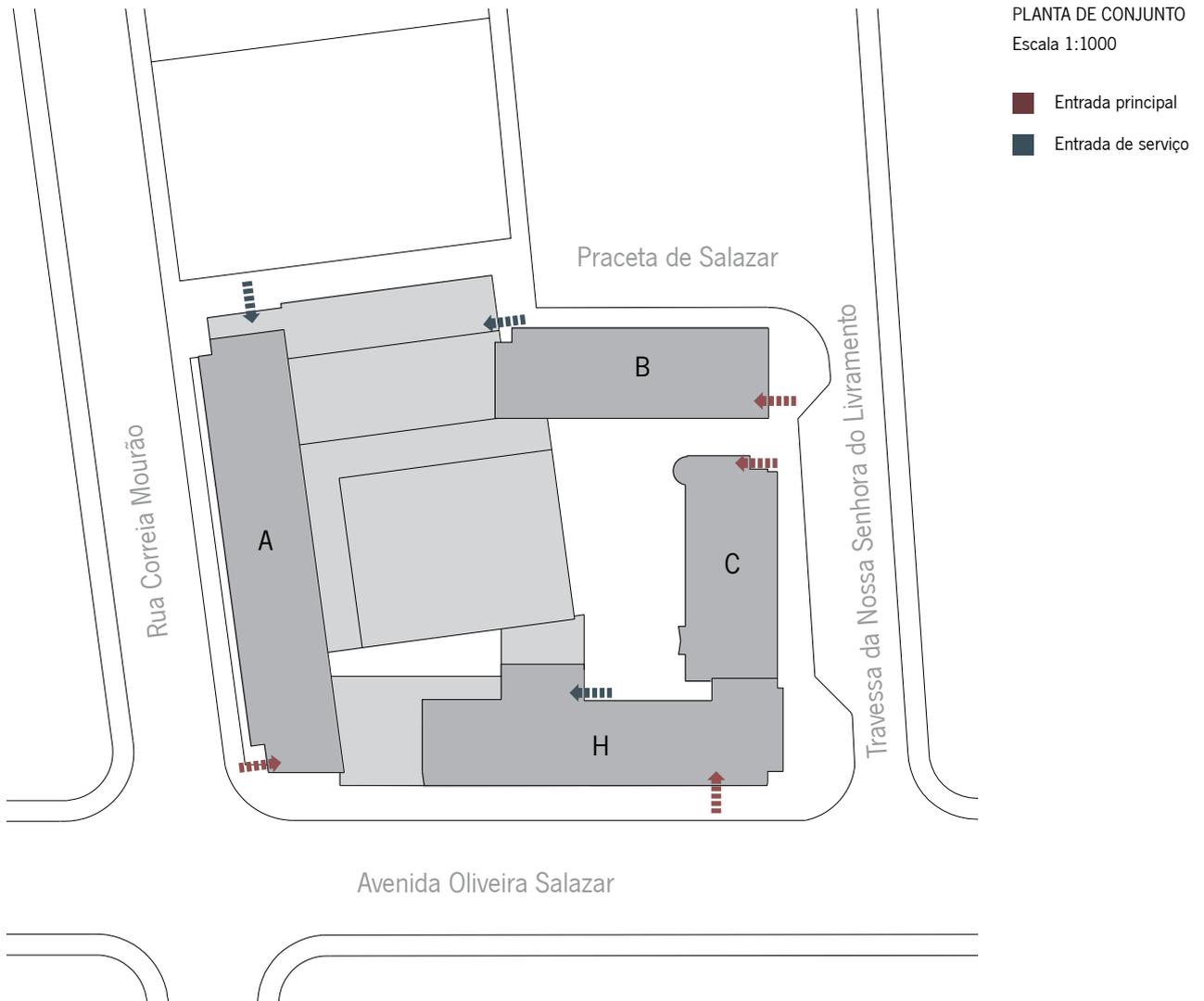
Quelimane era uma cidade ainda pouco desenvolvida e como tal, não apresentava meios materiais ou humanos suficientes para dar resposta à construção de um edifício com semelhante envergadura. A exigência técnica levou à necessidade de recorrer à mão-de-obra especializada da metrópole que foi responsável por formar os trabalhadores locais sobre novas técnicas e materiais. Nos restantes trabalhos priorizaram a escolha de materiais vernaculares, sobre os quais o povo local tinha conhecimento profundo, o que lhes permitiu de forma fácil e económica manipular e aplicar os materiais na construção⁷⁵.

Nos arredores de Quelimane foi descoberta argila de elevada qualidade que ainda não havia sido explorada. Este achado contribuiu para a solução construtiva do projeto, ao mesmo tempo que surge como mais uma hipótese de investimento da empresa Monteiro&Giro. Deste

73 TOSTÕES, A. – *Arquitetura Moderna em África*. 2013: 254

74 *Ibidem*: 256

75 *Ibidem*: 256



COMPLEXO COMERCIAL,
TURÍSTICO E HABITACIONAL
MONTEIRO & GIRO
Fotografia: Francisco de Castro
FERNANDES;JANEIRO;NEVES -
Moçambique 1875/1975: 210

modo, o projeto para o complexo passa a integrar uma fábrica de cerâmica, auxiliar à construção do projeto inicial, nos arredores da cidade.

O projeto para o complexo comercial, turístico e habitacional Monteiro & Giro foi desenvolvido durante as décadas de 50 e 60. O primeiro esboço data de Junho de 1954 e o projeto sabe-se que foi apresentado na câmara em Março de 1956, algumas discrepâncias com os princípios urbanísticos e de segregação social defendidos pela instituição pública fizeram com que o processo fosse mais moroso⁷⁶. Consta que no ano de 1956 a obra já teria iniciado e que em Março de 1966 apenas restavam algumas obras no bloco do Hotel⁷⁷.

O conjunto insere-se num quarteirão com frentes: a sudoeste para a Avenida Oliveira Salazar (atual Eduardo Mondlane), via principal de Quelimane; a sudeste para a Travessa de Nossa Senhora do Livramento (atual Travessa 1º de Julho); a nordeste para a Praceta de Salazar (atual Praça Travessia do Zambeze) e a noroeste para a Rua Correia Mourão (atual Rua Filipe Samuel Magaia)⁷⁸. O centro da cidade de Quelimane era um núcleo ainda em fase de desenvolvimento⁷⁹. O complexo Monteiro & Giro assumiu uma nova escala, cuja desproporcionalidade face à restante massa construída da cidade o destacava, exprimindo o desejo de monumentalidade.

O complexo Monteiro & Giro compreendia estabelecimentos comerciais e os respetivos armazéns de apoio, escritórios para a firma Monteiro & Giro e empresas associadas, um stand de automóveis, uma estação de serviço automóvel, habitações para arrendamento e um “hotel de primeira classe”⁸⁰. O programa está dividido entre quatro volumes independentes – os Blocos A, B, C e H (hotel) – elevados por um embasamento de dois pisos que encerra o quarteirão conferindo integridade ao conjunto⁸¹. O embasamento molda-se de acordo com as direções das ruas que delimitam o quarteirão, é pontualmente interrompido pelos pátios do armazém e do hotel acessíveis através da Travessa de Nossa Senhora do Livramento, por passagens entre os blocos B e C e B e H⁸².

A estruturação do complexo Monteiro & Giro segundo os princípios da arquitetura do Movimento Moderno, seguindo a máxima a forma segue a função⁸³, resultou em volumes formalmente distintos devido às variações programáticas. Contudo, nota-se um padrão nas escolhas formais que devolvem ao complexo uma certa unidade⁸⁴. O bloco do Hotel destaca-se do conjunto pela localização privilegiada, com frente para a Avenida Oliveira Salazar que lhe permite

76 MIRANDA – Liberdade & Ortodoxia. 2013: 385-386

77 Ibidem

78 Ibidem: 387

79 LOSA, A. – memória descritiva do hotel. Porto, Janeiro de 1962

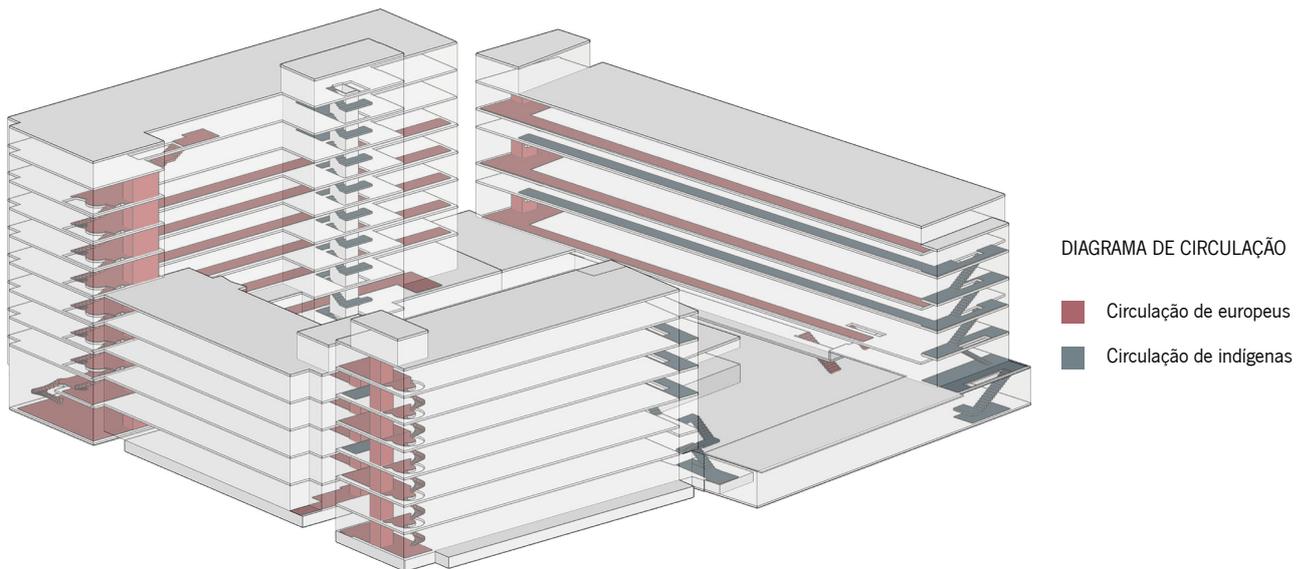
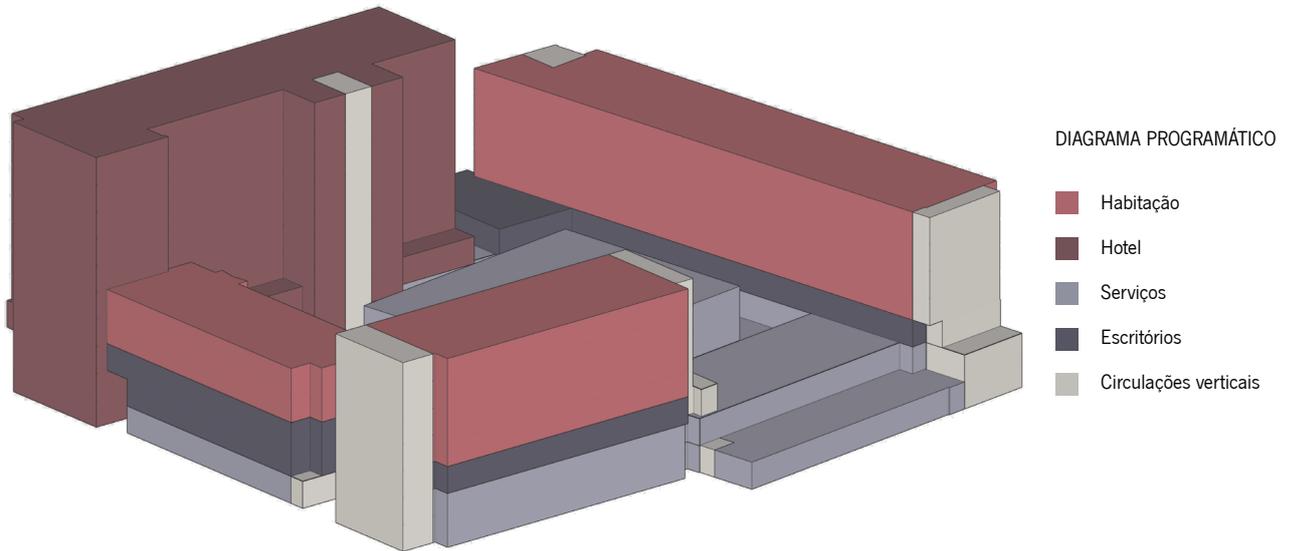
80 LOSA – Anteprojecto de um conjunto de edificios a construir em Quelimane. Porto, Março de 1955 –Doc.86

81 Ibidem

82 MIRANDA – Liberdade & Ortodoxia. 2013: 388

83 Original “Form follows function” – Louis Sullivan

84 MIRANDA – Liberdade & Ortodoxia. 2013: 391



ter as melhores vistas sobre o Rio Bons Sinais, e pelos seus dez andares, em oposição aos sete dos blocos A e B e aos cinco do bloco C.

A distribuição programática faz corresponder o nível de exposição e/ou privacidade ideal de cada programa à sua localização. O esquema de organização programática assume os estabelecimentos comerciais no piso térreo, os escritórios no nível seguinte e as habitações ou, no caso do hotel, os quartos nos restantes estratos.

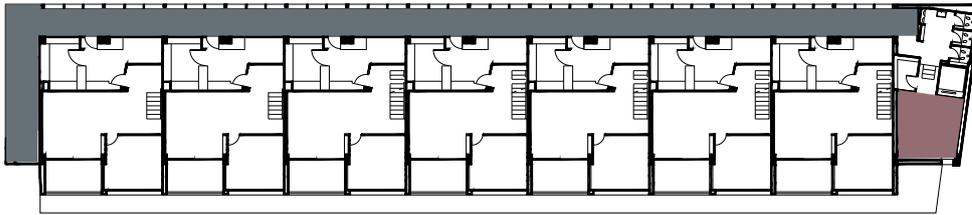
Os estabelecimentos comerciais localizam-se no piso em contacto com a rua, dispostos pelas quatro frentes do conjunto, em que só lhes foi reduzida a área necessária para os acessos aos níveis superiores. Foram pensados como espaços versáteis, desenvolvidos em plan livre e com pé-direito elevado, que facilitava a divisão do espaço horizontalmente e permitia a criação de um patamar intermédio que poderia aumentar o espaço útil. Os espaços comerciais eram contínuos – à exceção da secção de eletrodomésticos do bloco C, que foi criada à posteriori – e comunicavam diretamente com o armazém, situado a uma cota equivalente no centro do quarteirão. As análises realizadas às plantas do piso térreo sugerem que o acesso dos indígenas ao armazém e aos espaços comerciais é realizado pelas passagens entre blocos na frente para a Travessa de Nossa Senhora do Livramento e que os comerciantes europeus acedem pela porta principal usada em conjunto com os clientes.

Os escritórios, à semelhança dos espaços comerciais, foram desenhados em plan livre sendo que as divisórias foram estabelecidas à posteriori⁸⁵. Os escritórios do primeiro andar do bloco C foram divididos em quatro compartimentos de dois módulos. A parede que medeia os blocos C e H tem uma abertura num dos tramos que permite a ligação entre este piso e o mezanino do hotel, o que possibilita o acesso através dos dois blocos: pelo hotel através da escada helicoidal que liga o átrio ao patamar intermédio ou através do bloco C pela escada helicoidal no topo nordeste, o acesso de serviço é realizado através de uma escada circunscrita num volume retangular adossado à fachada posterior do Hotel. Os sanitários de serviço situam-se nesse mesmo volume ou então, no bloco C, num volume irregular encostado à fachada posterior. No segundo andar do bloco C a divisão modular dos vários escritórios mantém-se, o acesso é único pela escada helicoidal, no entanto os sanitários indígenas continuam a existir, o que sugere que os indígenas têm acesso ao andar e que as escadas helicoidais são de uso comum a indígenas e europeus.

Os escritórios do primeiro andar do bloco B foram divididos em quatro compartimentos de dois módulos. O acesso principal dá-se pela escada helicoidal e elevador que se encontram no tramo sudeste e o acesso de serviço pela escada exterior de tiro no topo oposto.

Os escritórios do primeiro piso do bloco A correspondem aos escritórios da gerência da empresa Monteiro & Giro, ocupam todo o andar e prolongam-se até o momento de ligação

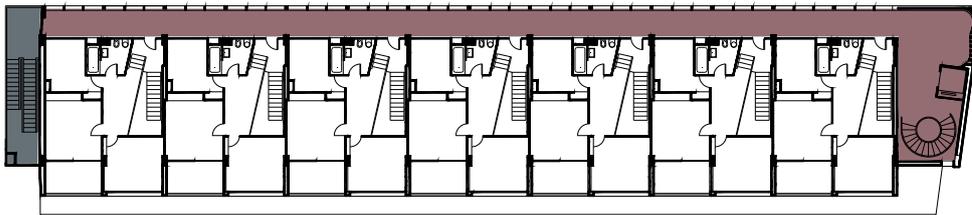
85 MIRANDA – Liberdade & Ortodoxia. 2013: 393



BLOCO A

Planta dos 3° e 5° andares
Escala 1:500

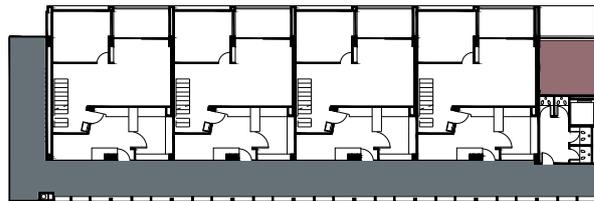
- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas



BLOCO A

Planta dos 4° e 6° andares
Escala 1:500

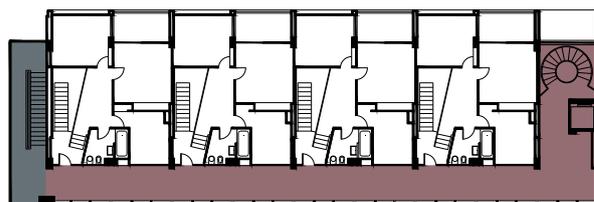
- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas



BLOCO B

Planta dos 3° e 5° andares
Escala 1:500

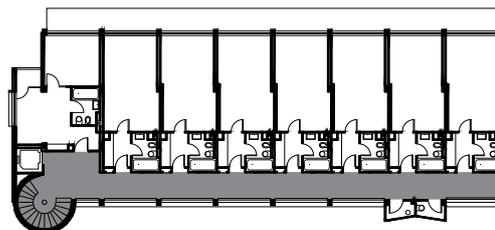
- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas



BLOCO B

Planta dos 4° e 6° andares
Escala 1:500

- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas



BLOCO C

Planta dos 4° e 5° andares
Escala 1:500

- Circulação comum

com o volume do Hotel. O acesso principal dá-se pela escada helicoidal e elevadores que ocupam o tramo do cunhal entre o bloco A e o Hotel. O acesso de serviço é realizado por uma escada exterior de tiro, situado no extremo oposto do bloco.

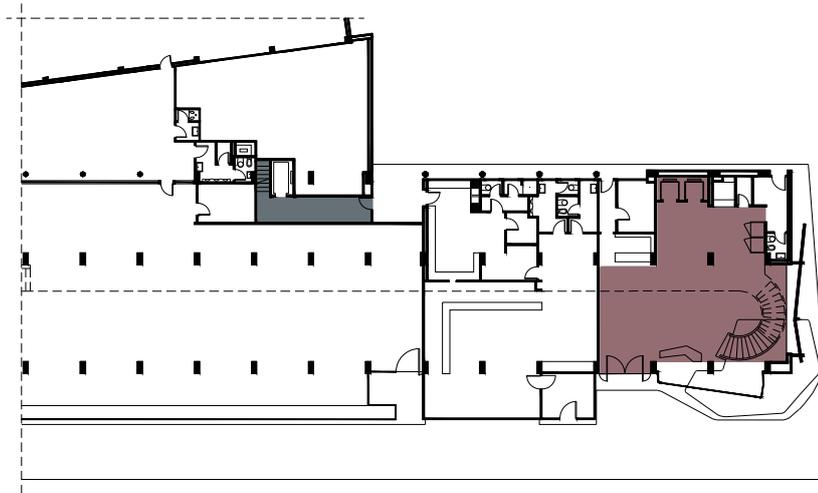
As habitações ocupam os quatro pavimentos superiores dos blocos A e B e os dois pavimentos superiores do bloco C – este último foi projetado numa fase já adiantada de todo o processo justificando as diferenças compositivas. O programa habitacional está pensado para funcionar autonomamente em relação às restantes variantes programáticas, com a exceção dos escritórios com os quais partilham as comunicações verticais.

Os quatro pisos habitacionais dos blocos A e B estão divididos em duas linhas de apartamentos de tipologia T3 duplex. A cada linha de apartamentos correspondem duas galerias de circulação – a principal e a de serviço – que se integram em sistemas de circulação completamente independentes. Os europeus acediam aos blocos pelas entradas principais nas quais tinham início amplas escadas interiores servidas por elevador que articulavam exclusivamente com as galerias principais, no primeiro andar de escritórios e nos terceiro e quinto andares das habitações. Estas galerias eram de pé-direito elevado e davam acesso aos vestíbulos das habitações numa cota intermédia, a partir dos quais subiam para o piso de noite ou desciam para o piso de dia. O piso de noite era composto por dois quartos com varanda voltados para a frente urbana e um quarto e um quarto de banho para a galeria principal. O piso de dia era composto por sala de estar e jantar e varanda voltadas para a frente urbana e cozinha e lavandaria para a galeria de serviço. As circulações dos serviços indígenas iniciavam-se nas entradas secundárias, situadas no topo oposto ao da entrada principal, e através de escadas de tiro exteriores que comunicavam com as galerias de serviço. Estas galerias davam acesso direto ao espaço de cozinha e lavandaria do piso de dia, eram exteriores, de pé-direito reduzido e compreendiam os sanitários dos serventes e os arrumos.

O bloco C era o mais recente do conjunto e a sua componente habitacional apresentava uma organização espacial distinta dos restantes. Era constituído por um total de dezasseis estúdios, com casa de banho, cozinha e quarto/sala, distribuídos por dois pisos habitacionais cuja distribuição era realizada através de galerias exteriores, acessíveis pelo elevador e pela escada helicoidal que, como explicado anteriormente, partilhavam com os escritórios. Os sistemas de circulação eram comuns entre indígenas e não-indígenas e nos estúdios não existia nenhuma divisória específica para os serventes. Os sanitários para serventes indígenas, junto à galeria de acesso às habitações, foram a única forma de segregação encontrada no projeto deste bloco.

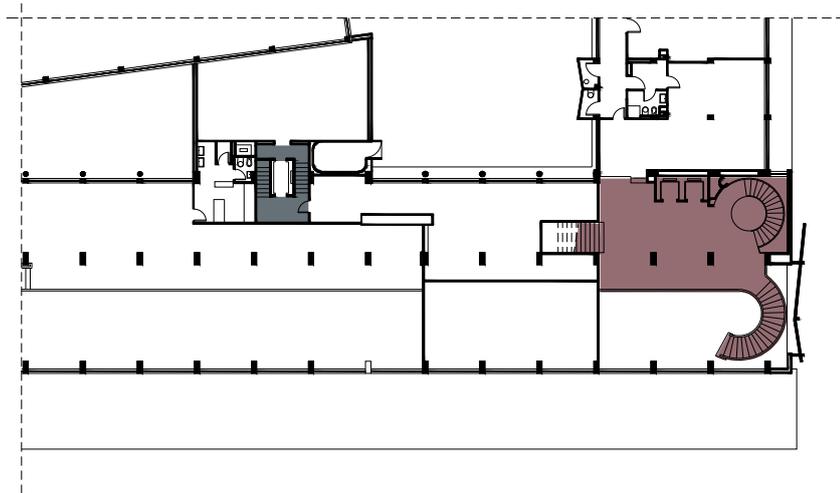
Responsável pela afirmação representativa⁸⁶ do complexo Monteiro & Giro, o bloco de maiores dimensões com frente para a Avenida Oliveira Salazar, acolhe as instalações do hotel.

86 MIRANDA – Liberdade & Ortodoxia. 2013: 396



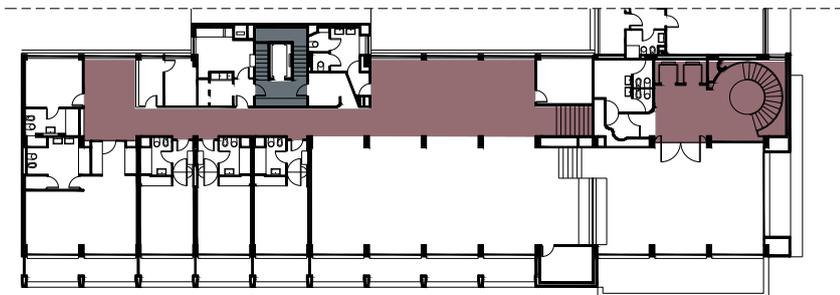
BLOCO H
Planta do rés-do-chão
Receção e Snack-bar
Escala 1:500

- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas



BLOCO H
Planta do 1º andar
Acesso à sala de estar e ao
escritório no Bloco C
Escala 1:500

- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas



BLOCO H
Planta do 2º andar
Sala de estar e quartos
Escala 1:500

- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas

Ao nível da avenida, o programa hoteleiro foi limitado ao essencial para que os estabelecimentos comerciais não ficassem demasiado reduzidos. O átrio do hotel está situado no gaveto com a Travessa Nossa Senhora do Livramento, com entrada principal pela avenida. Apenas apresenta os serviços indispensáveis, como os serviços de receção e os acessos verticais – a escada principal helicoidal e os elevadores. Os trabalhadores europeus e indígenas acedem às instalações do hotel pelas traseiras do edifício, a porta de entrada do pessoal europeu localiza-se logo no início do percurso enquanto que a entrada de serviço indígena se situa ao fundo do pátio do hotel, facilitando o controlo dos serventes pelos funcionários de escritório. Existe ainda outra porta, de comunicação entre o átrio e a zona de serviço, para a entrega e arrumação das bagagens dos hóspedes.

O átrio era secundado por um mezanino que fazia ligação com o primeiro andar de escritórios do bloco C e com o primeiro andar do hotel. A partir deste patamar intermédio desenvolve-se uma escada helicoidal que, juntamente com os elevadores, forma o sistema principal de circulação vertical.

Para o andar nobre do hotel – o primeiro andar – foi projetada uma sala de estar em dois níveis e um conjunto de quartos para hóspedes privilegiados.

Os cinco andares seguintes estavam destinados aos quartos de hóspedes. Eram no total sessenta quartos, onze quartos-tipo e uma suite por piso, que se desenvolviam junto à fachada principal, usufruindo das vistas para o Rio Bons Sinais. Na fachada oposta encontravam-se os corredores de acesso aos quartos, sem visibilidade para o exterior, e os compartimentos de apoio aos serviços de andar – “pequena copa, depósito de roupa limpa, arrumos para utensílios de limpeza e quarto do vigilante”⁸⁷. Estes compartimentos estavam inseridos, juntamente com as escadas de serviço, num volume adossado à fachada tardoz, que acompanha o bloco desde o rés-do-chão até à cobertura.

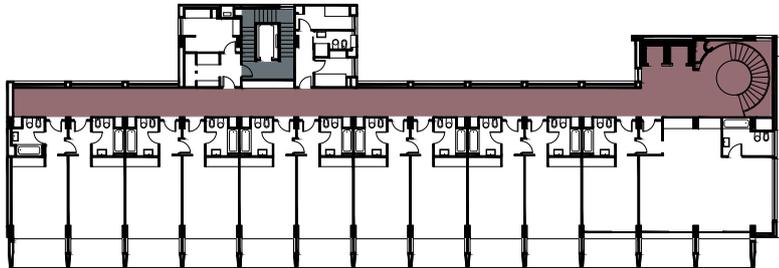
Os dois últimos andares voltam a adquirir um carácter social. No penúltimo piso situa-se o restaurante, assim como todos os compartimentos necessários ao funcionamento do mesmo. Junto aos acessos verticais principais situam-se o bengaleiro e os sanitários para europeus e junto ao volume de serviço situam-se a cozinha e as respetivas dependências de serviço⁸⁸. A cozinha está devidamente isolada da sala devido à torção criada na parede divisória, complementada pela inserção de duas portas. Neste andar, o sistema de circulação principal, constituído pela escada e pelos dois elevadores, é interrompido e substituído por uma escada de tiro larga que conduz ao último piso, a boíte. A boíte estava dividida em duas zonas: o espaço do café-bar, com uma pequena cozinha de apoio, e a sala de baile.

Repartidas por estes dois últimos pisos estavam as instalações do pessoal. Existiam trabalhadores europeus e indígenas e os arquitetos reforçaram a existência das duas classes com a

87 LOSA – Anteprojecto de um conjunto de edifícios a construir em Quelimane. Porto, Março de 1955

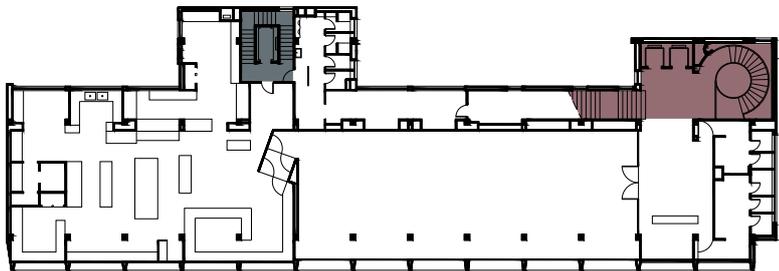
88 LOSA – Memória descritiva (que acompanha o processo apresentado ao S.N.I. Porto, Janeiro de 1962

BLOCO H
 Planta dos 3º,4º,5º,6º e 7º andares
 Quartos
 Escala 1:500



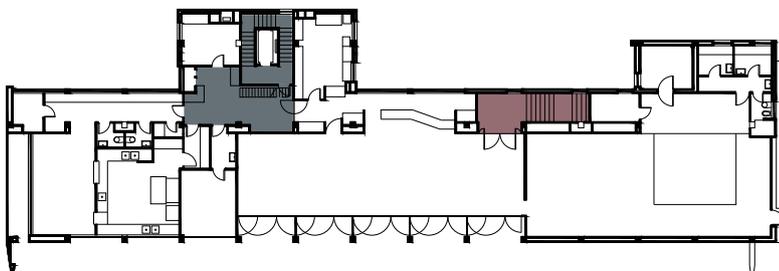
- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas

BLOCO H
 Planta do 8º andar
 Restaurante
 Escala 1:500



- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas

BLOCO H
 Planta do 9º andar
 Boîte
 Escala 1:500



- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas

diferenciação espacial. O penúltimo piso apenas compreendia os sanitários, posicionados no mesmo volume das escadas de serviço. No último piso localizavam-se os vestiários comuns – servidos de dois lavabos para europeus e um para indígenas –, uma cozinha partilhada e dois refeitórios – o refeitório para indígenas, com mesas e bancos corridos, e o refeitório para europeus, fisicamente isolado dos restantes espaços e mobilado com mesas e cadeiras para maior conforto.

No complexo comercial, turístico e habitacional da empresa Monteiro & Giro é evidente a aplicação do princípio de zonamento funcional para efetivar a segregação entre europeus e serventes indígenas. Nos blocos A, B e H (hotel) foram utilizados sistemas de circulação estanques, divergentes na qualidade espacial e material, que conectavam diretamente com os espaços programados para cada uma das classes. No bloco C detetam-se diferenças evidentes no tratamento espacial, ao contrário dos restantes edifícios do conjunto, não existem sistemas de circulação independentes, indígenas e europeus partilham as mesmas caixas-de-escada e galerias exteriores, no entanto, continuam a existir as instalações sanitárias reservadas a serventes indígenas ao fundo das galerias.

Sabe-se que o bloco C só teve o seu desígnio fixado no ano de 1962, após a abolição do estatuto do indigenato em 1961, o que poderá ter influenciado a uma abordagem mais liberal no tratamento das duas classes. Porém, também é observável que os apartamentos projetados para este bloco não compreendem o mesmo grau de sofisticação dos restantes apartamentos do conjunto, são estúdios pensados para indivíduos solteiros ou para casais sem filhos, o que remete para outra questão: a flexibilidade espacial entre as duas classes é sinal de progresso ou é apenas uma demonstração de relações espaciais entre estratos sociais menos privilegiados?



BLOCO H (esquerda)
BLOCO A (direita)
Fotografia:
Elisiário Miranda, 2009



BLOCO B (esquerda)
BLOCO C (direita)
Fotografia:
Elisiário Miranda, 2009

ACESSO PRINCIPAL(esquerda)
ACESSO DE SERVIÇO (direita)

Fotografia:
Elisiário Miranda,2009



GALERIA PRINCIPAL(esquerda)
GALERIA DE SERVIÇO (direita)

Fotografia:
Elisiário Miranda,2009



BANCO NACIONAL ULTRAMARINO – VILA PERY

A Dependência do Banco Nacional Ultramarino de Vila Pery, atual Chimoio, foi projetada pelo arquiteto Paulo de Melo Sampaio, residente na cidade da Beira, em Moçambique⁸⁹. No ano de 1955 foi apresentado o anteprojeto e em 1956 o projeto⁹⁰. A obra foi realizada pela Empresa de Construções Civas e Industriais com abertura ao público a 2 de Dezembro de 1959⁹¹.

As instalações foram inseridas num terreno retangular de duas frentes, com a lateral maior voltada para a Avenida da República (atual Avenida 25 de Setembro), principal via de Vila Pery, e com a lateral mais pequena voltada para um arruamento secundário⁹², a atual Rua Patrice Lumumba⁹³. Destacavam-se dos restantes edifícios da avenida devido à imponente fachada do edifício da delegação, que ocupava a totalidade da frente do terreno e cujos quatro andares foram propositadamente pensados de modo a que o edifício não ficasse diminuído em relação às construções vizinhas⁹⁴.

Eram parte integrante do programa da Dependência os serviços do banco e as habitações dos funcionários, as quais se dividiam em três grupos: a residência da gerência, os apartamentos para os funcionários inferiores e os anexos para os serventes indígenas. O programa

89 TOSTÕES – Arquitetura Moderna em África.2013: 242

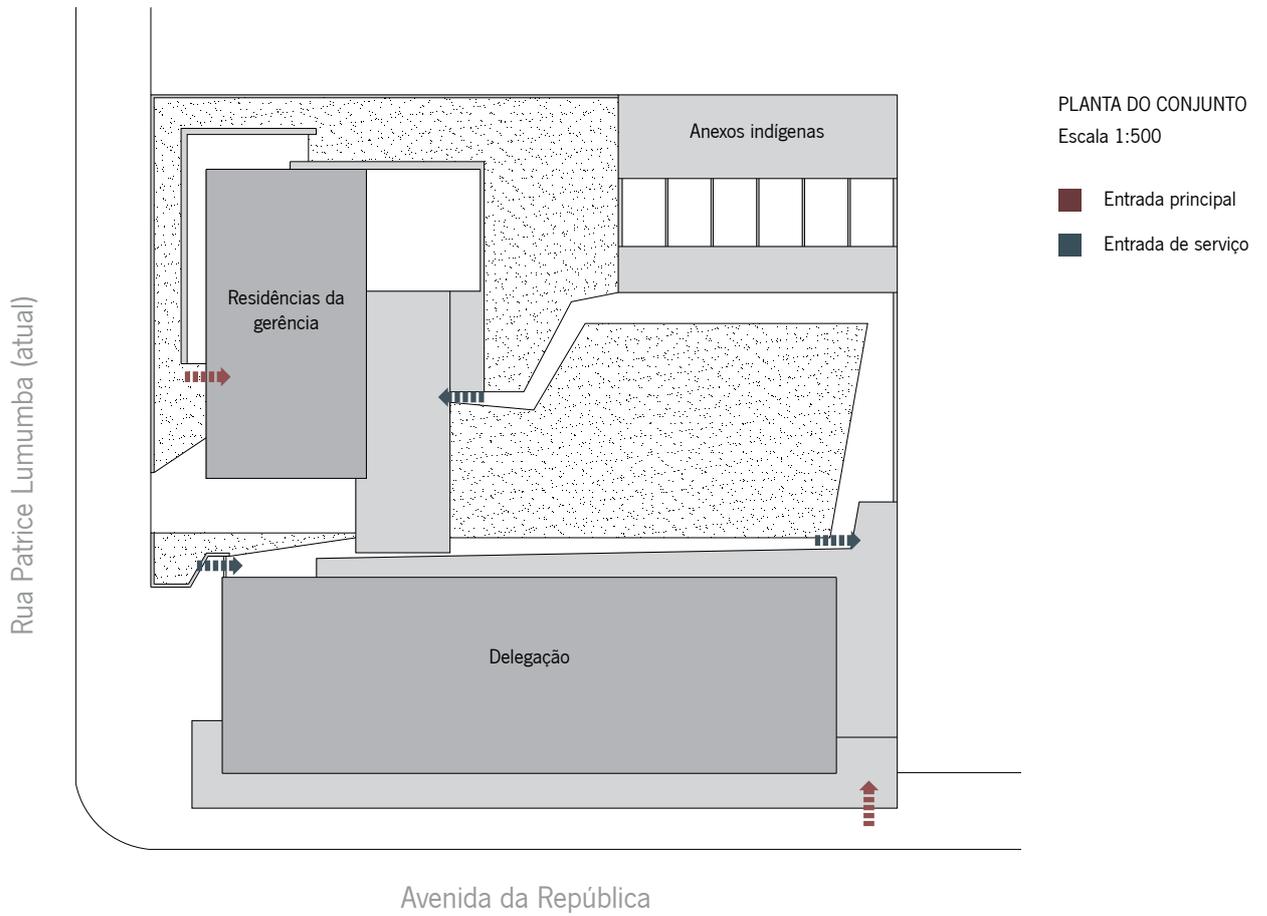
90 MIRANDA – Liberdade & Ortodoxia. 2013: 149

91 Ibidem

92 Paulo de Melo Sampaio In Projeto da Delegação do B.N.U. - Vila Pery. Beira, 2 de Novembro de 1956: 2

93 TOSTÕES – Arquitetura Moderna em África.2013: 244

94 “Inicialmente o edifício principal era para só ter um 1º andar. Mas como verificou-se que no mesmo arrolamento de Vila Pery, onde fica a delegação do B.N.U., estão em via de construção dois edifícios com 2º andar, achou-se conveniente que o edifício do B.N.U. não ficasse diminuindo no seu volume e dignidade relativamente aos outros edifícios.” Paulo de Melo Sampaio In Ante-projeto da Delegação do B. N. U. - Vila Pery. Beira, 29 de Dezembro de 1955: 2



BANCO NACIONAL ULTRAMARINO, VILA PERY
(sem autor), 1962
AH ex-BNU

estava distribuído por três edifícios que se organizavam em torno de um espaço central ajardinado, tendo em conta a hierarquia programática e a direção dos ventos.

O edifício de maiores dimensões continha os serviços do banco distribuídos pela cave, rés-do-chão e primeiro andar e as habitações para os funcionários inferiores nos dois últimos pisos. Exteriormente a divisão programática é evidenciada pela composição da fachada, a rigidez dos elementos estruturais verticais que dividem e marcam as habitações⁹⁵ em oposição ao ritmo de grades e envidraçados que marcam a delegação⁹⁶. Uma vez que o programa deste bloco englobava funções de carácter público foi posicionado de frente para a Avenida da República, que corresponde ao arruamento mais movimentado.

A residência da Gerência, que corresponde à habitação do gerente e à habitação do inspetor, tem frente para a Rua Patrice Lumumba usufruindo, à semelhança do edifício da Delegação, dos ventos nascentes, contudo num local mais recôndito. Encontra-se separada do edifício principal de forma a evidenciar a posição dominante e privilegiada destes funcionários. Esteticamente segue os princípios do bloco principal, na materialidade e no sombreamento, no entanto de uma forma mais modesta de modo a não se sobrepor.

Os anexos dos serventes indígenas localizam-se no canto oeste do terreno, sem fachada para o exterior do lote, afastados dos outros blocos de forma a que os cheiros das comidas indígenas não fossem incomodativos para os europeus⁹⁷.

No bloco principal, as duas tipologias funcionais que o constituem estão organizadas por forma a resultar em dois sistemas estanques, que zelam pela privacidade imposta pelo programa habitacional. O programa correspondente aos serviços do banco está organizado em três pisos e de acordo com quatro categorias distintas de pessoal: o público, os funcionários da gerência, os funcionários inferiores e os serventes indígenas.

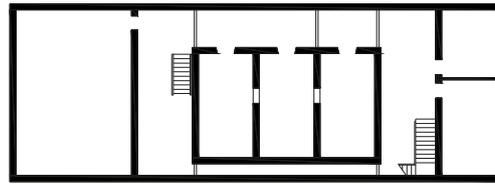
Pela Avenida da República realiza-se a entrada do público pela qual se acede ao átrio – um espaço amplo delimitado pelo balcão de atendimento e com uma sala de espera reservada aos que se pretendem reunir com a gerência. Uma caixa-de-escada comunica com a cave, onde estão as caixas de aluguer e com o piso superior, à sala do inspetor.

Os funcionários do banco, os da gerência inclusive, têm uma entrada própria pela avenida principal. O vestíbulo de entrada é em comum com a caixa-de-escada de acesso às habitações. Na entrada, do lado direito, encontram-se o vestiário dos funcionários e o sanitário exclusivo da gerência, segue-se o gabinete do gerente e a zona de trabalho dos funcionários inferiores. Estes dois espaços comunicam entre si através de uma divisória em vidro que filtra o ruído proveniente da zona de trabalho ao mesmo tempo que permite que o gerente controle

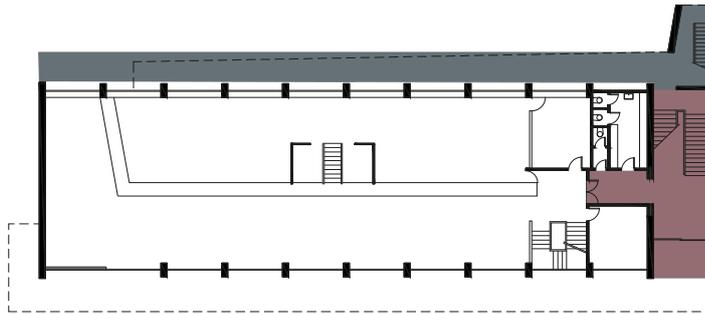
95 Paulo de Melo Sampaio In Projeto da Delegação do B.N.U. - Vila Pery. Beira, 2 de Novembro de 1956: 11

96 Ibidem

97 “No fundo do terreno ficarão os anexos para os serventes indígenas, separando os anexos dos serventes do gerente dos anexos restantes, evitando desse modo que os cheiros da comida indígena vão prejudicar os restantes edifícios da delegação.” Paulo de Melo Sampaio In Ante-projeto da Delegação do B. N. U. - Vila Pery. Beira, 29 de Dezembro de 1955: 3

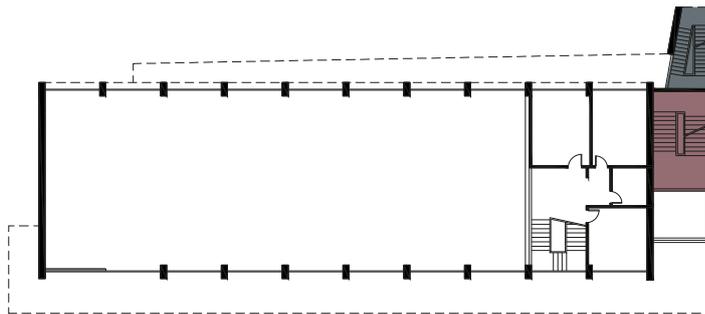


BLOCO DA DELEGAÇÃO
Planta da cave
Escala 1:500



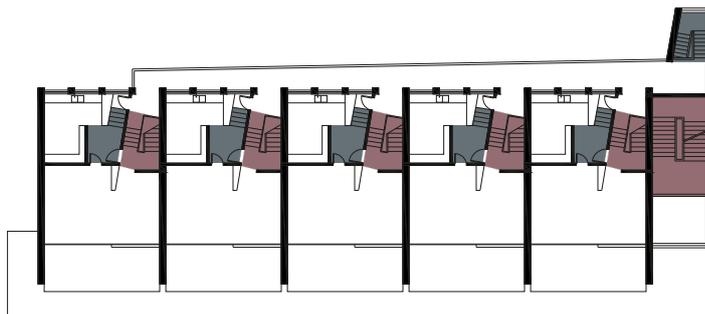
BLOCO DA DELEGAÇÃO
Planta do rés-do-chão
Escala 1:500

- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas



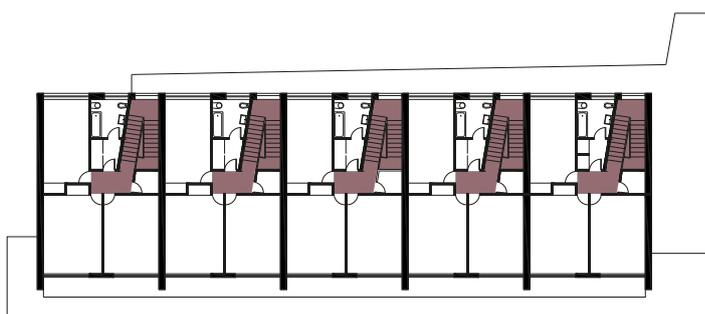
BLOCO DA DELEGAÇÃO
Planta do 1º andar
Escala 1:500

- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas



BLOCO DA DELEGAÇÃO
Planta do 1º andar habitacional
Escala 1:500

- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas



BLOCO DA DELEGAÇÃO
Planta do 2º andar habitacional
Escala 1:500

- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas

os movimentos dos restantes funcionários sem a necessidade de se deslocar. O mesmo se sucede no gabinete do inspetor, no piso superior, que tem uma janela voltada para o vão da delegação. Na zona de trabalho existe uma caixa-de-escada de uso exclusivo aos funcionários que faz a ligação à casa-forte, na cave.

Nas traseiras do edifício, em espelho com entrada dos funcionários, situa-se o vestíbulo de entrada dos serventes indígenas onde se inicia a escada de serviço que dá acesso às habitações.

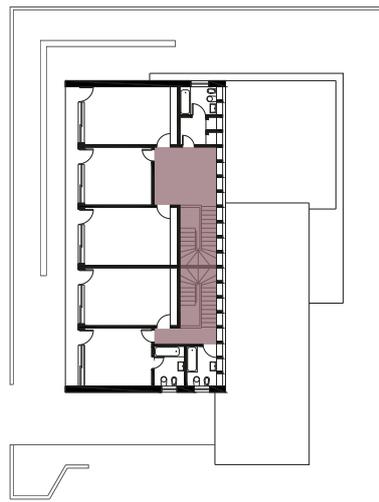
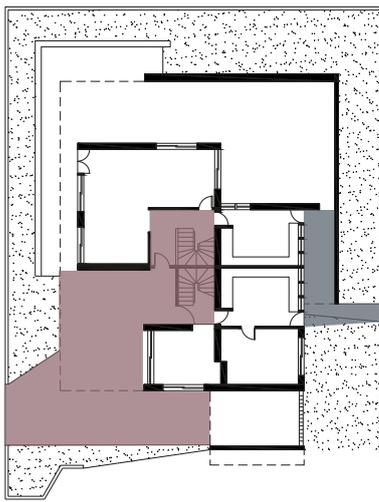
As diferentes escolhas dos materiais e/ou soluções construtivas também refletem a organização e hierarquização programática e social. A entrada do público constitui a entrada principal do edifício, como tal no topo da grande pala que circunda o edifício tem o nome do banco alinhado com a entrada, que a faz sobressair. Também o ritmo de grades e envidraçados que compõe a fachada principal é quebrado neste ponto evidenciando-o. A entrada dos funcionários é mais discreta, localiza-se num volume adossado ao volume principal e recuada face ao alinhamento da fachada. Por outro lado, a entrada de serviço é realizada pelo pátio formado pela disposição dos volumes do conjunto.

O conjunto habitacional do bloco da Delegação é constituído por cinco habitações duplex destinadas aos funcionários inferiores. O sistema de circulação vertical principal inicia-se no vestíbulo de entrada do pessoal do banco, junto à fachada principal. O sistema de circulação vertical de serviço ocupa um volume adossado à fachada tardoz. Ambos desembocam numa galeria exterior comum a uma cota inferior à cota do interior da habitação, resguardando o interior dos olhares de quem circula na galeria. Cada apartamento é antecedido por um alpendre no qual é formalizada novamente a segregação, com uma entrada reservada aos europeus e outra aos serventes indígenas. A entrada principal dá acesso à sala de estar e jantar que comunica com o andar superior, onde estão os quartos e o quarto de banho. A entrada de serviço dá acesso à cozinha e à copa, que comunicam com a sala dos europeus para o serviço de mesa.

As portas de entrada para os apartamentos, consoante são para utilização dos colonos ou dos serventes indígenas têm configurações distintas. As portas para uso dos europeus têm cerca de 1,00 metro de largura e estão marcadas horizontalmente devido à disposição das tábuas que as constituem. As portas de serviço são mais estreitas, com 0,85 metros de largura, e as tábuas de enchimento estão dispostas na vertical.

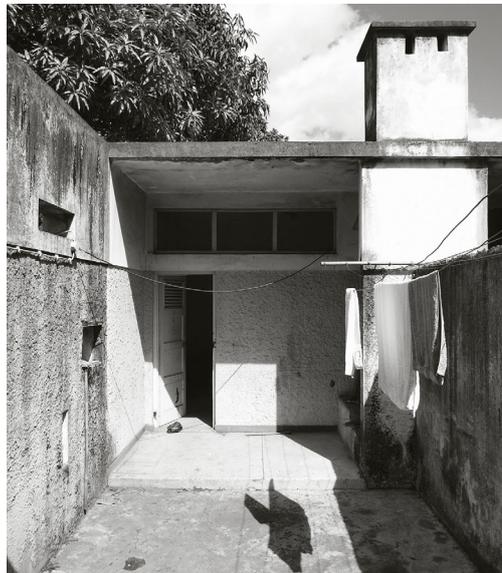
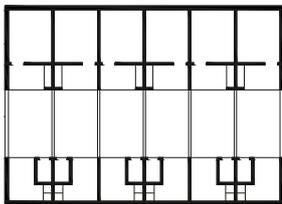
O edifício de habitação da gerência corresponde a duas casas geminadas de dois andares. As habitações partilham o alpendre a partir do qual se realiza a distribuição, uma solução que contribui para a maior unidade do conjunto⁹⁸. A organização programática de ambas é muito semelhante: no rés-do-chão situam-se a sala de estar e a sala de jantar com ligação à zona

98 Paulo de Melo Sampaio In Projeto da Delegação do B.N.U. - Vila Pery. Beira, 2 de Novembro de 1956: 7



RESIDÊNCIA DA GERÊNCIA
Planta do 1º andar (esquerda)
Planta do 2º andar (direita)
Escala 1:500

- Circulação de europeus
- Circulação de indígenas



ANEXOS INDÍGENAS
Planta (esquerda)
Escala: 1:500
Pátio (direita)
Fotografia:
Elisiário Miranda, 2010

de serviço e no piso superior a habitação do gerente dispõem de três quartos e um quarto de banho, enquanto que a habitação do inspetor dispõe de dois quartos, um deles com quarto de banho privativo, e um quarto de banho comum. As entradas para as zonas de serviço, compostas por cozinha e copa, são realizadas pelas traseiras das habitações e, à semelhança das entradas principais, são antecedidas por um alpendre comum rematado por um muro que oculta estes acessos⁹⁹.

À semelhança do que acontece nas habitações dos funcionários inferiores, as portas destinadas ao uso dos europeus ou dos indígenas são diferentes, em configuração e em dimensionamento.

Os anexos são um total de seis habitações constituídas por quarto, cozinha exterior coberta, pátio, lavadouro coberto e casa de banho com retrete e chuveiro. O uso do programa exterior coberto remete para o modelo de habitação indígena defendido pelo Gabinete de Urbanização Colonial, abordado no subcapítulo “Infraestruturas habitacionais”. As habitações indígenas foram localizadas num canto do terreno, sem nenhuma fachada voltada para o exterior, e camufladas pela vegetação do pátio da dependência. A entrada e saída dos indígenas era realizada por uma reentrância entre o edifício principal e a residência da gerência.

No projeto do Banco Nacional Ultramarino de Vila Pery é evidente o confronto hierárquico entre indígenas e europeus, no entanto também é clara a segregação social entre os funcionários da gerência e os funcionários inferiores. A segregação dentro da classe europeia é clara no projeto das habitações. As habitações dos funcionários inferiores, assim mencionadas pelo arquiteto na memória descritiva do projeto, localizam-se no topo do edifício da delegação contribuindo para a aparente grandiosidade do banco e, uma vez voltadas para a avenida mais movimentada da cidade, o conforto acústico e a privacidade são reduzidos, também as áreas dos vários cômodos das habitações dos funcionários inferiores são bastante mais pequenas.

Os serventes indígenas ocupam o lugar mais baixo da estrutura hierárquica do conjunto. Nas entradas, para o terreno ou para as zonas de serviço dos edifícios, é notório um desenho cuidado por forma a tornar estes acessos pouco evidentes. Nos edifícios facilmente se distinguem os espaços confinados aos indígenas: as portas de entrada são mais estreitas; os acessos são realizados pela fachada tardoz; as escadas são exteriores; e não existem preocupações estéticas nas zonas não visíveis aos europeus – as habitações indígenas são construídas com bloco, sem revestimento e no pavimento é utilizada granulite enquanto que nas restantes habitações é utilizada madeira.

99 Paulo de Melo Sampaio In Projeto da Delegação do B.N.U. - Vila Pery. Beira, 2 de Novembro de 1956: 8



DELEGAÇÃO
Fotografia: Sousa (sem data)
AH ex-BNU



INTERIOR DA DELEGAÇÃO
Fotografia: Sousa (sem data)
AH ex-BNU

RESIDÊNCIA DA GERÊNCIA
Fotografia: Sousa (sem data)
AH ex-BNU



RESIDÊNCIA DA GERÊNCIA
Frente (esquerda)
Traseira (direita)
Fotografia:
Elisiário Miranta, 2010



CONCLUSÃO

A produção de arquitetura do Movimento Moderno na África portuguesa intensificou-se a partir dos finais da década de 40, após a realização do Primeiro Congresso Nacional de Arquitetura (1948). A maior liberdade na aplicação dos conceitos modernos atraiu para África uma nova geração de arquitetos responsável por um legado arquitetónico de elevadíssima qualidade.

A arquitetura moderna estava profundamente relacionada com revolução industrial e com a sua contribuição para a arquitetura, através da utilização de elementos pré-fabricados e a respetiva aplicação sistemática. Este modo de fazer arquitetura era pouco sensível à cultura e história locais, o principal objetivo era apresentar soluções para as demais problemáticas levantadas, uma resposta mais científica do que criativa.

Este facto aliado à supremacia da cultura europeia, resulta na completa desconsideração da cultura e dos povos africanos. Desta forma, os cidadãos indígenas necessitariam de passar por um processo de assimilação para se adaptarem ao “território europeu” que iria ser implementado de raiz nas suas próprias terras. Com base em princípios básicos e de desenvolvimento social, de um modo geral, a sociedade africana encontrava-se dividida em três categorias – indígenas, assimilados e europeus – que se refletiam na organização das cidades e das respetivas infraestruturas.

Relativamente ao desenho urbano são facilmente identificáveis dois núcleos: a cidade formal, definida por um traçado regrado que corresponde à zona europeia, e a cidade informal, resultante de um crescimento espontâneo e desregado onde habitam a maioria dos indíge-

nas. Na zona informal da cidade foram criadas unidades residenciais para alojar os indígenas necessários ao funcionamento da cidade. Estes aglomerados estavam formalmente divididos da cidade europeia com recurso a acidentes topográficos ou vastas áreas de vegetação. Eram organizados como pequenas cidades autossuficientes para que os indígenas não necessitassem de recorrer aos serviços da cidade. Para além da componente habitacional dispunham de serviços oficiais, espaços de lazer e desporto, escolas e pequenos espaços comerciais.

Nas infraestruturas de programa misto, nas quais europeus e indígenas trabalham e/ou habitavam em simultâneo, assiste-se a um zonamento funcional extremo que impede que as duas classes se cruzem. A segregação surge de forma muito evidente nos sistemas de circulação, nos espaços de trabalho e nas acomodações. Este propósito é claramente expresso nas memórias descritivas e na legendagem dos projetos de arquitetura.

Os espaços de circulação nos mais variados edifícios integravam sempre dois sistemas – o principal e o de serviço. Os sistemas de circulação principal tinham início na fachada frontal do edifício e conectavam diretamente com os espaços principais do programa. Para além da caixa-de-escadas eram servidos por elevadores. Por outro lado, os sistemas de circulação de serviço iniciavam-se em pontos discretos nas fachadas laterais ou traseiras dos edifícios. Através de percursos exteriores conectavam-se com as caixas-de-escadas de serviço que, através de uma galeria própria, direcionava os serventes para as zonas de serviço das habitações europeias – cozinha, copa e lavandaria.

A grande maioria dos serviços indígenas era alojada pelos patrões, acomodados em pequenas dependências compostas por quarto, cozinha e instalações sanitárias, com duche e sanita turca, preferencialmente situados em anexos nas traseiras das habitações europeias ou então, devido ao terreno insuficiente, na cave ou no último piso dos edifícios residenciais plurifamiliares.

A arquitetura do Movimento Moderno desenvolvida no continente africano caracteriza-se pela presença simultânea de duas realidades paradoxais, no confronto entre os princípios liberais e democratizantes do Movimento Moderno com a ideologia segregacionista própria do período colonial. Esta coexistência ideológica é uma das condições mais inquietantes desta arquitetura e como observa Udo Kultermann, só foi possível “na medida em que serviu exclusivamente a minoria branca”¹⁰⁰.

A presente investigação procura compreender o panorama geral de segregação social, racial e espacial na arquitetura das antigas colónias africanas através de um processo interpretativo que vai da escala urbana – Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques – até

100 TOSTÕES, A. – *Arquitetura Moderna em África*. 2013: 65

à escala do edificado – Complexo Comercial, Turístico e Habitacional Monteiro & Giro em Quelimane e Dependência do Banco Nacional Ultramarino em Vila Pery. A investigação sobre uma característica tão particular deste modelo arquitetónico implica a existência de informação específica sobre o objeto de estudo, nomeadamente os desenhos técnicos e as respetivas memórias descritivas. Deste modo, acredita-se que, com o desenvolver das investigações no campo da arquitetura moderna em África, existirão possibilidades de alargar este estudo e torná-lo mais coeso.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, João António de

L'habitation dans les pays tropicaux. Ministère des Provinces d'outre-mer. Lisboa [s.n.], 1952

Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques: Memória descritiva e Justificativa

ALBUQUERQUE, António Manuel da Silva e Sousa

Arquitetura Moderna em Moçambique: Inquérito à produção arquitetónica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português. 1949-1974. Coimbra, 1998. Prova final da licenciatura em Arquitetura

BONITO, Jéssica Marques

Arquitetura Moderna na África Lusófona: Receção e difusão das ideias modernas em Angola e Moçambique. Universidade Técnica de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado

BRUSCHI, Sandro; CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís

Pemba: as duas cidades. Maputo: FAPF, 2005

BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís

O desenho das cidades: Moçambique até ao século XXI. Maputo: FAPF, 2005

BRUSHI, Sandro; SONDEIA, Benjamim Alfredo

Inhambane: Elementos de história urbana. Maputo: FAPF, 2003

FERNANDES, José Manuel

Geração Africana: Arquitetura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975. 2ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2009. ISBN: 978-972-24-1220-9

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; NEVES, Olga Iglésias

Moçambique 1875/1975: Cidades, Território e Arquiteturas. [s. l.],[s. n.],[s. d.] ISBN: 978-972-99633-9-1

FERREIRA, André

Obras públicas em Moçambique: Inventário da produção arquitetónica executada entre 1933 e 1961. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2008

FISHMAN, Robert

Urban Utopias in the Twentieth Century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier. London, England: The MIT Press, 1977. ISBN 0-262-56023-2

Heloísa, Paulo

O Estado Novo e a emigração: alternativas e propostas. *Máthesis* [online]. Vol.7 (1998): 291-326. [consultado a 26 de Março 2018]. Disponível em https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23832/1/mathesis7_artigo14.pdf?ln=pt-pt

Le Corbusier; Scherer, Rebeca (trad.)

A Carta de Atenas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. ISBN: 85-314-0187-9

Loureiro, João

Memórias de Lourenço Marques: uma visão do passado da cidade de Maputo. Lisboa: Maisimagem, 2003. ISBN: 972-98898-1-1

Losa, Arménio, Barbosa, Cassiano

Anteprojecto de um conjunto de edifícios a construir em Quelimane. Memória descritiva. Março de 1955. FAUP/CDUA/ALCB/ARQ/115, Doc. 86

Projecto de um conjunto de edifícios a construir em Quelimane. Memória descritiva. Março de 1956. FAUP/CDUA/ALCB/ARQ/115, Doc. 87

Esclarecimentos ao Projecto apresentado por Monteiro & Giro, Lda. 19 de Junho de 1956. FAUP/CDUA/ALCB/ARQ/115, Doc. 26)

Memória descritiva que acompanha o processo apresentado ao S.N.I. Janeiro de 1962. FAUP/CDUA/ALCB/ APROF/ARQ/115, Doc. 89

MAGALHÃES, Ana

Moderno Tropical: A arquitetura portuguesa em Angola e Moçambique. 1ª edição. Lisboa: Tinta da china, 2009. ISBN: 978-989-671-017-0

MAGRI, Lucio; TAVARES, José Luís

Arménio Losa e Cassiano Barbosa. Vila do Conde: Quidnovi, 2011. ISBN: 978-989-554-901-6

MARTINEZ, Esmeralda S.

Do geral ao particular: direito e justiça nas colónias portuguesas em África (1822-1894). *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* [online]. Vol.9, n.16 (2016), pág. 8-36. [consultado a 28 de Setembro 2017]. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/sankofa/issue/view/issue/8384/563>. ISSN: 1983-6023

MENESES, Maria Paula

O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais. *E-cadernos. Centro de estudo sociais da Universidade de Coimbra* [online]. N°7 (2009), pág. 68-93. [consultado a 7 de Outubro 2017]. Disponível em http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos7/ecadernos_7.pdf

MILHEIRO, Ana Vaz

Africanidade e Arquitetura Colonial: A casa projetada pelo Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974). *Cadernos de Estudos Africanos* [online]. 25 (2013), 121-139.

Atual. 28 Jan. 2013 [consultado a 10 de Outubro de 2017]. Disponível em <http://journals.openedition.org/cea/866>

O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. *Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana* [online]. Vol.4, n.2 (2012), pág. 215-232. Atual. 15 Out. 2012 [consultado a 5 de Maio 2017]. Disponível em dx.doi.org/10.7213/urbe.7397. ISSN 2175-3369

MIRANDA, Elisiário José Vital

Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique (1951-1964). Universidade do Minho, 2013. Tese de Doutoramento

MORAIS, João Sousa

Maputo: Património da Estrutura e Forma Urbana. Livros Horizonte, 2001. ISBN: 972-24-1134-9

MORAIS, João Sousa; LAGE, Luís; MALHEIRO, Joana Bastos; ANDRADE, Mónica Varese (trad.)

Maputo: Património Arquitectónico. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. ISBN: 978-989-658-162-6

NEWITT, Malyn

História de Moçambique. Mem Martins: Europa-América, 2012.

PEREIRA, Carlos; PARDAL, Francisco

A construção e a crise do “Estado Novo”: Mudanças Religiosas e Imperiais na Lei da Revisão Constitucional de 1951 face à Constituição de 1933 (Ato Colonial). (2015) [consultado a 18 de Outubro de 2017]. Disponível em http://www.academia.edu/27074022/Lei_da_Revis%C3%A3o_Constitucional_1951_

RAMOS, R. (coord.); SOUSA, B. V.; MONTEIRO, N. G.

História de Portugal. 4.^a edição. Lisboa: A esfera dos Livros, 2010. ISBN 978-989-626-139-0

ROSAS, Fernando

O Estado Novo (1926-1974): Sétimo Volume. In MATTOSO, José (Dir.) – “*História de Portugal*”. Lisboa: Editorial estampa, 1994. ISBN: 972-33-1086-4

SAMPAIO, Paulo de Melo

Projeto da Delegação do Banco Nacional Ultramarino de Vila Pery. Memória Descritiva e Justificativa. Beira, 2 de Novembro de 1956

Ante-projeto da Delegação do Banco Nacional Ultramarino de Vila Pery. Memória Descritiva e Justificativa. Beira, 29 de Dezembro de 1955

TOSTÕES, Ana [et. al.]

Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique. 1.^a edição. Lisboa: Caleidoscópio, 2013. ISBN 978-989-658-239-5

TOSTÕES, Ana

Os verdes anos na arquitectura Portuguesa dos anos 50. 2.^a edição. Porto: FAUP publicações, 1997. ISBN 972-9483-30-2

LEGISLAÇÃO

Parlamento

Diário do Governo nº45, 27 de Fevereiro de 1869. [consultado a 12 de Outubro de 2017]. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/44/89/p84>

Regulamento para os contratos de serviços e colonos nas províncias da Africa Portuguesa. In Diário do Governo nº267, 25 de Novembro de 1978. [consultado a 12 de Outubro de 2017]. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/52/83/p394>

Regulamento do trabalho dos Indígenas. In Diário do Governo nº202, 18 de Novembro de 1899. [consultado a 12 de Outubro de 2017]. Disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/84/128/p678>

Decreto-lei nº22:465, 11 de Abril de 1933. [consultado a 17 de Outubro de 2017]. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf

ONU

Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU. [consultado a 17 de Outubro 2017]. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>
Charter of the United Nations, ONU. [consultado a 17 de Outubro 2017]. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/un-charter-full-text/index.html>

SITES

Guerra Colonial

<http://www.guerracolonial.org/home>

Ensina RTP

<http://ensina.rtp.pt/>

Hpip - Património de Influência Portuguesa

<http://hpip.org>

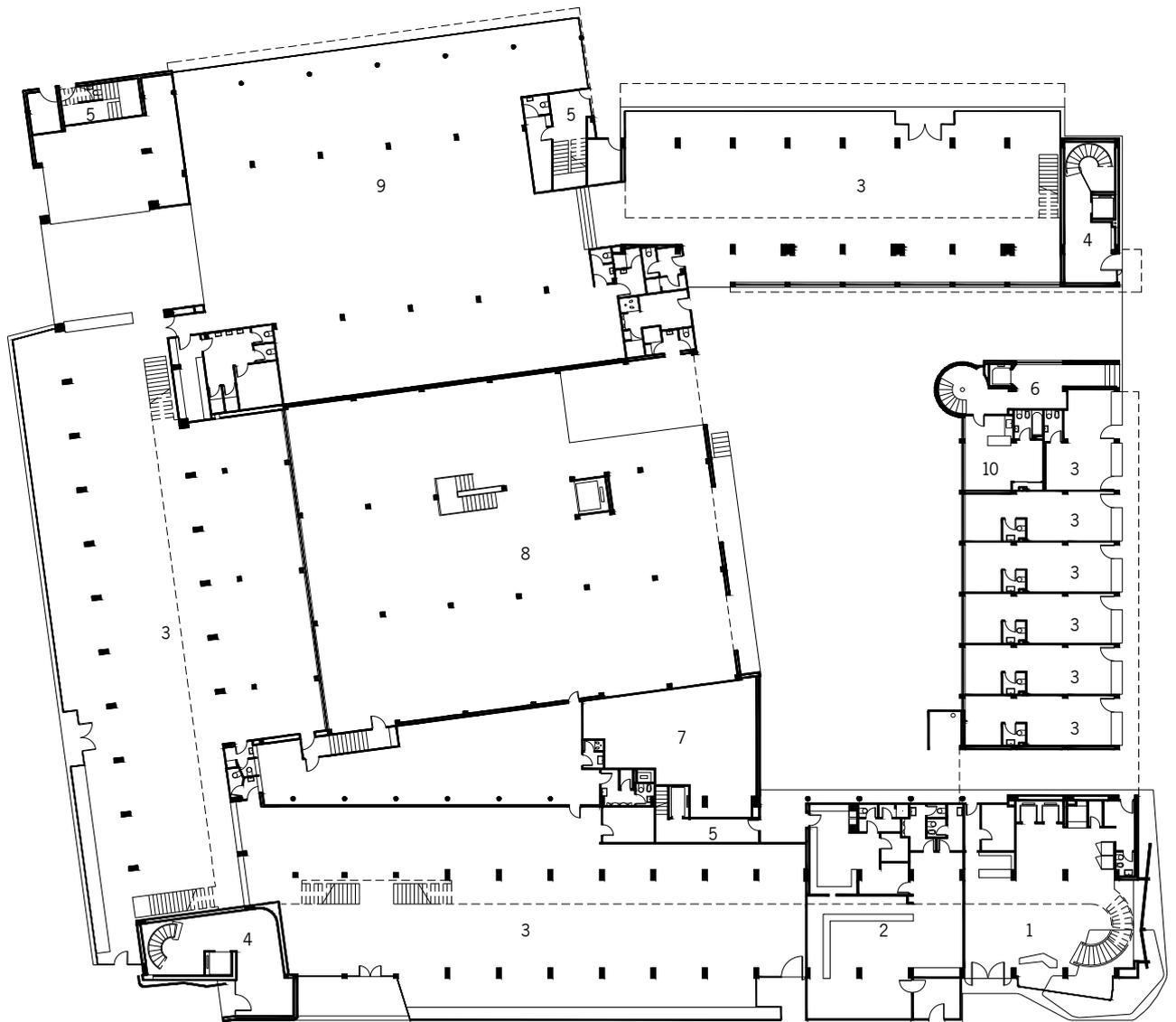
Arquivo Científico Tropical

<http://actd.iict.pt>

Portal Memórias de África e do Oriente

<http://memoria-africa.ua.pt>

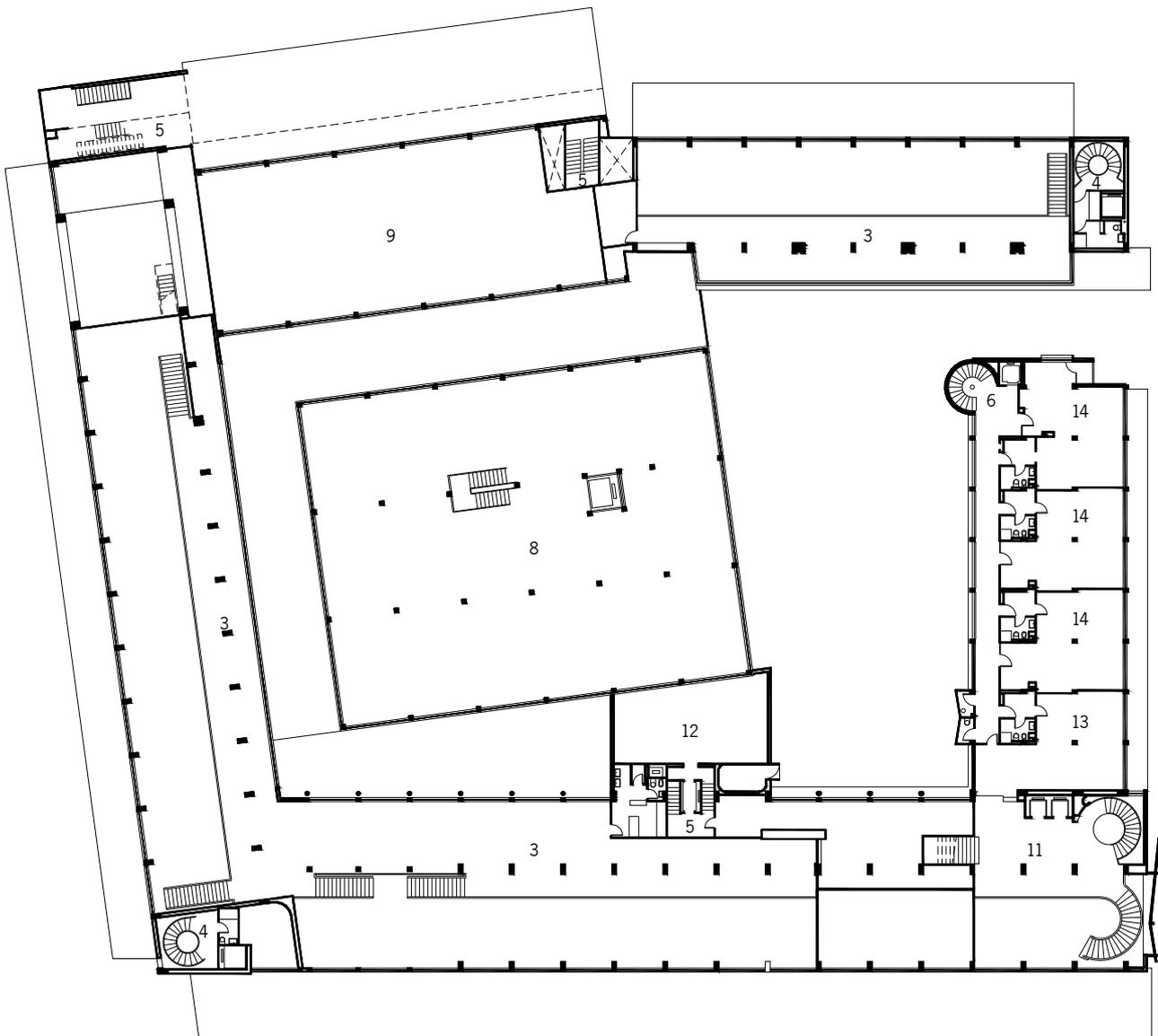
ANEXOS



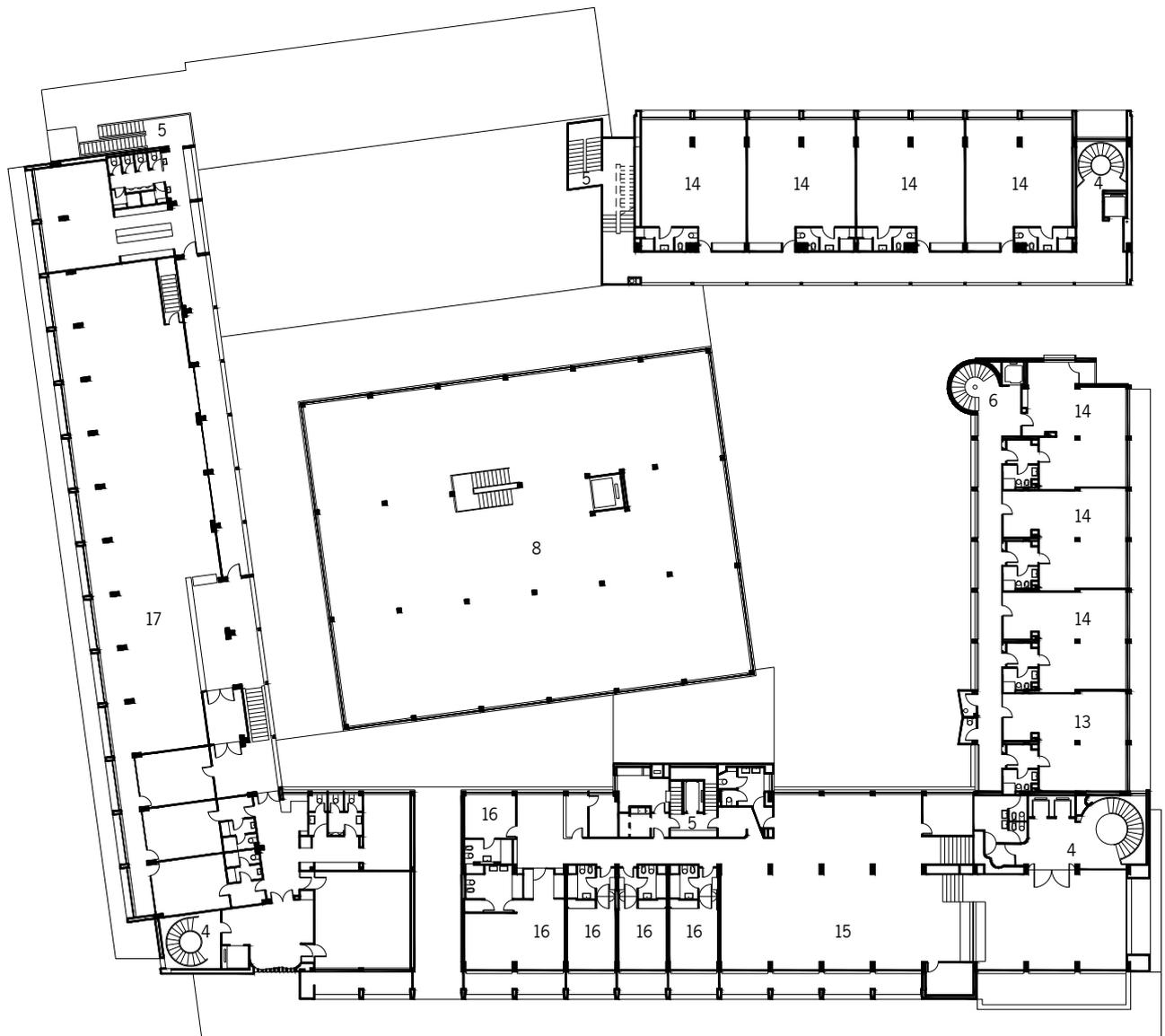
PISO 0

LEGENDA:

- | | | |
|----------------------|---------------------------|-------------------------------|
| 1- Recepção | 9- Estação de serviço | 17- Escritórios Monteiro&Giro |
| 2- Snack-bar | 10- Habitação do porteiro | 18- Suite |
| 3- Lojas | 11- Mezanino | 19- Duplex - Piso de dia |
| 4- Acesso principal | 12- Lavandaria | 20- Duplex - Piso de noite |
| 5- Acesso de serviço | 13- Escritório do hotel | 21- Estúdio |
| 6- Acesso comum | 14- Escritórios | 22- Restaurante |
| 7- Central Técnica | 15- Sala de estar | 23- Cozinha |
| 8- Armazém | 16- Quartos | 24- Sala de Baile |
| | | 25- Café-bar |



PISO 1



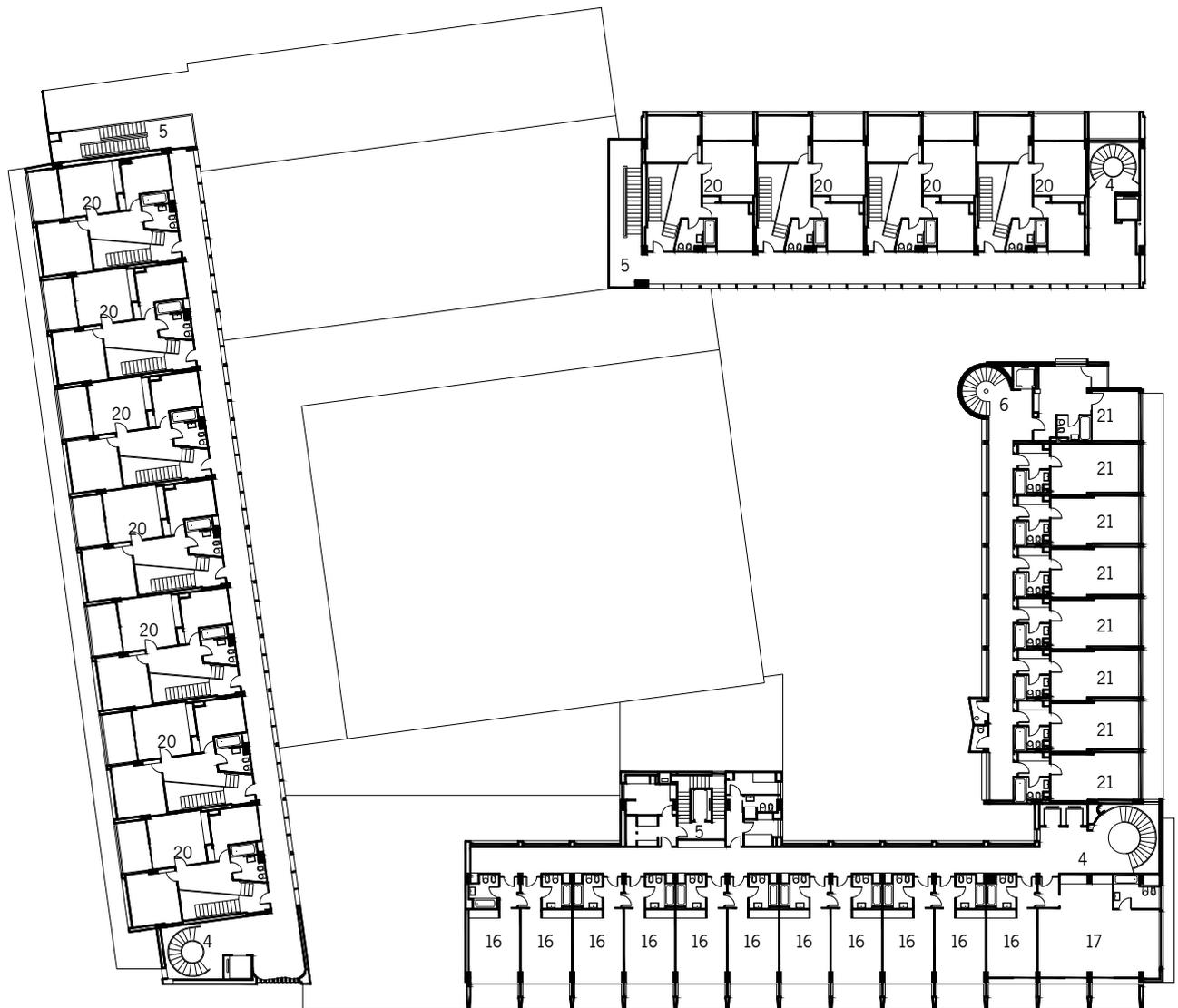
PISO 2

LEGENDA:

- | | | |
|----------------------|---------------------------|-------------------------------|
| 1- Recepção | 9- Estação de serviço | 17- Escritórios Monteiro&Giro |
| 2- Snack-bar | 10- Habitação do porteiro | 18- Suite |
| 3- Lojas | 11- Mezanino | 19- Duplex - Piso de dia |
| 4- Acesso principal | 12- Lavandaria | 20- Duplex - Piso de noite |
| 5- Acesso de serviço | 13- Escritório do hotel | 21- Estúdio |
| 6- Acesso comum | 14- Escritórios | 22- Restaurante |
| 7- Central Técnica | 15- Sala de estar | 23- Cozinha |
| 8- Armazém | 16- Quartos | 24- Sala de Baile |
| | | 25- Café-bar |



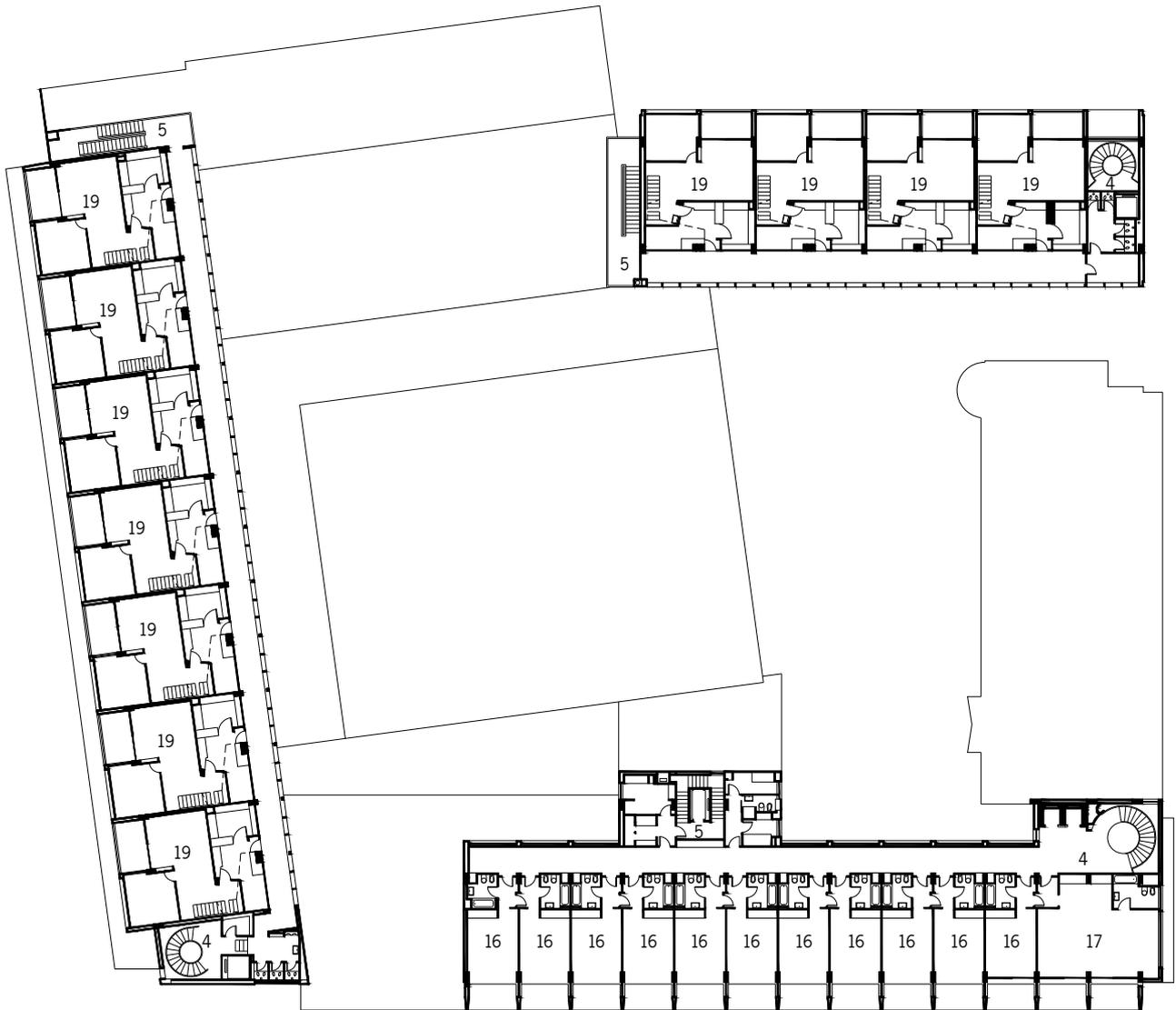
PISO 3



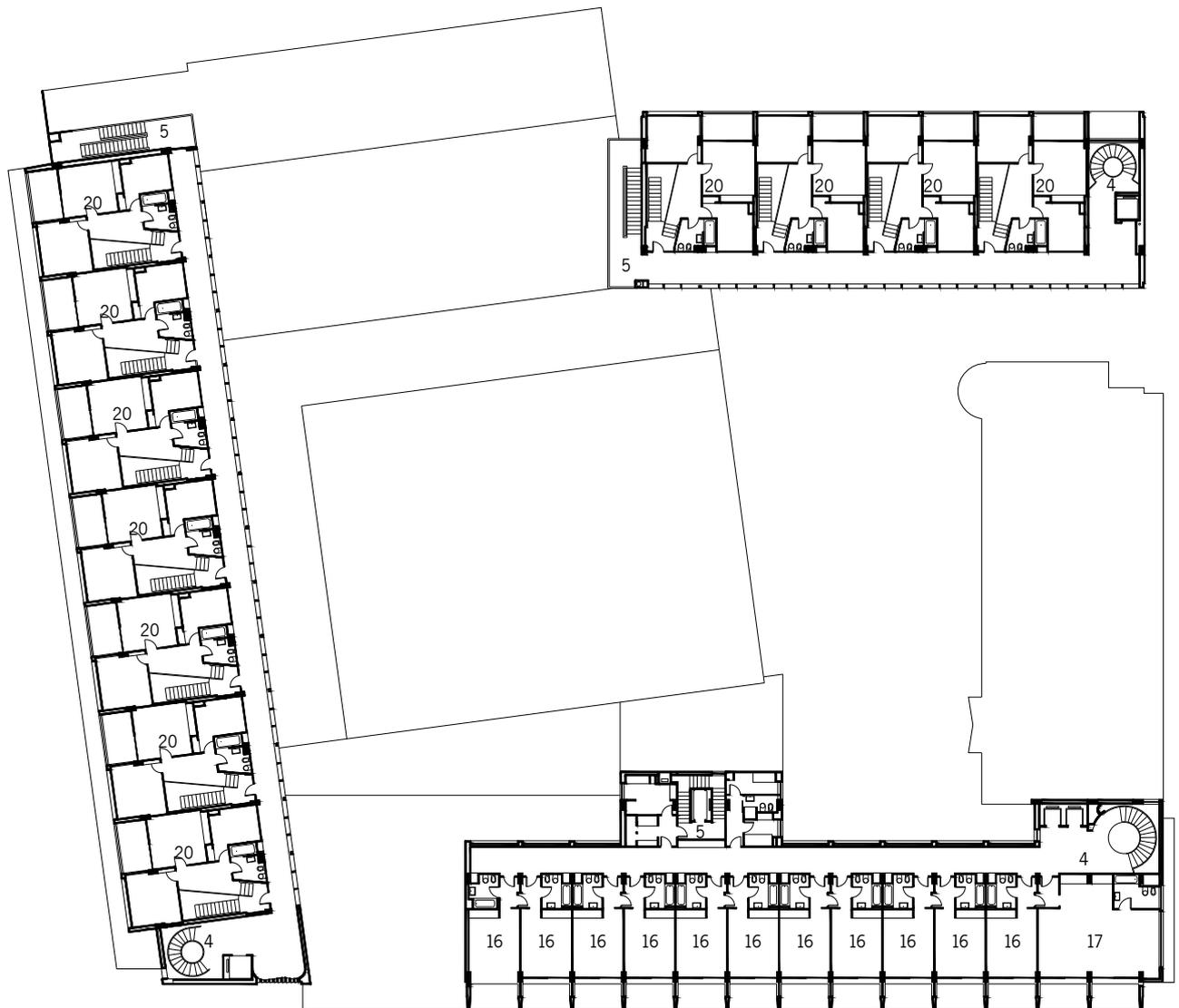
PISO 4

LEGENDA:

- | | | |
|----------------------|---------------------------|-------------------------------|
| 1- Recepção | 9- Estação de serviço | 17- Escritórios Monteiro&Giro |
| 2- Snack-bar | 10- Habitação do porteiro | 18- Suite |
| 3- Lojas | 11- Mezanino | 19- Duplex - Piso de dia |
| 4- Acesso principal | 12- Lavandaria | 20- Duplex - Piso de noite |
| 5- Acesso de serviço | 13- Escritório do hotel | 21- Estúdio |
| 6- Acesso comum | 14- Escritórios | 22- Restaurante |
| 7- Central Técnica | 15- Sala de estar | 23- Cozinha |
| 8- Armazém | 16- Quartos | 24- Sala de Baile |
| | | 25- Café-bar |



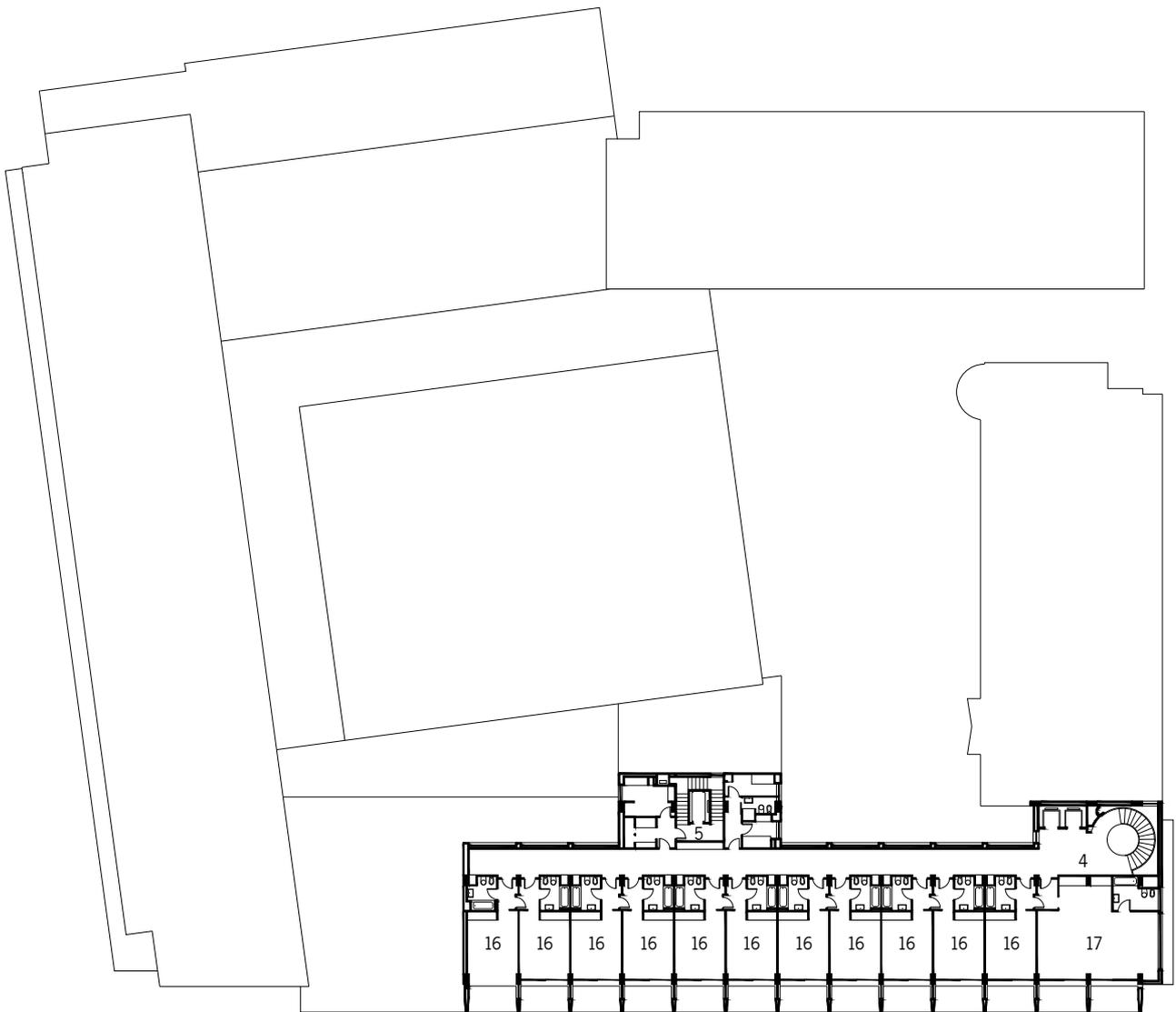
PISO 5



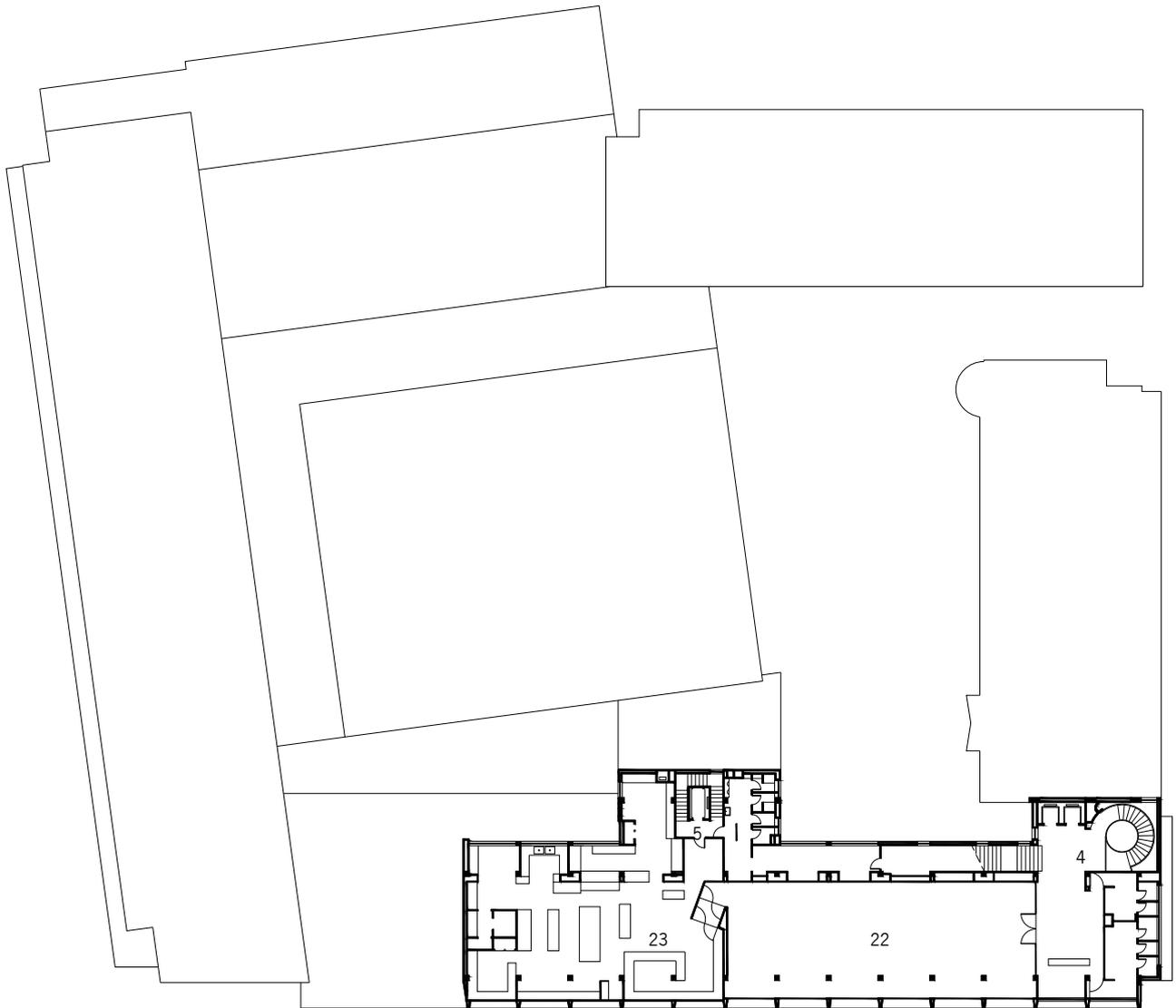
PISO 6

LEGENDA:

- | | | |
|----------------------|---------------------------|-------------------------------|
| 1- Recepção | 9- Estação de serviço | 17- Escritórios Monteiro&Giro |
| 2- Snack-bar | 10- Habitação do porteiro | 18- Suite |
| 3- Lojas | 11- Mezanino | 19- Duplex - Piso de dia |
| 4- Acesso principal | 12- Lavandaria | 20- Duplex - Piso de noite |
| 5- Acesso de serviço | 13- Escritório do hotel | 21- Estúdio |
| 6- Acesso comum | 14- Escritórios | 22- Restaurante |
| 7- Central Técnica | 15- Sala de estar | 23- Cozinha |
| 8- Armazém | 16- Quartos | 24- Sala de Baile |
| | | 25- Café-bar |



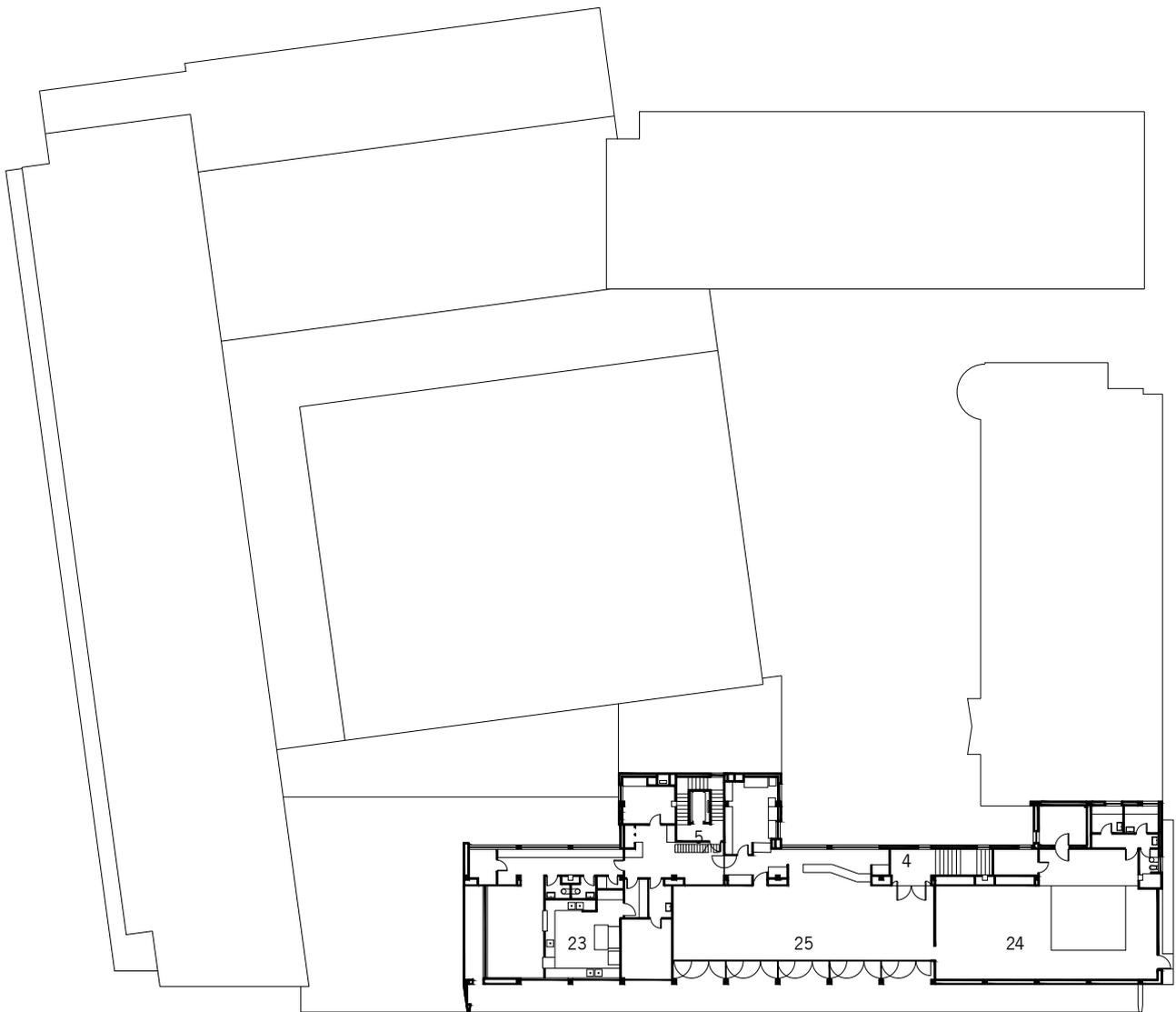
PISO 7



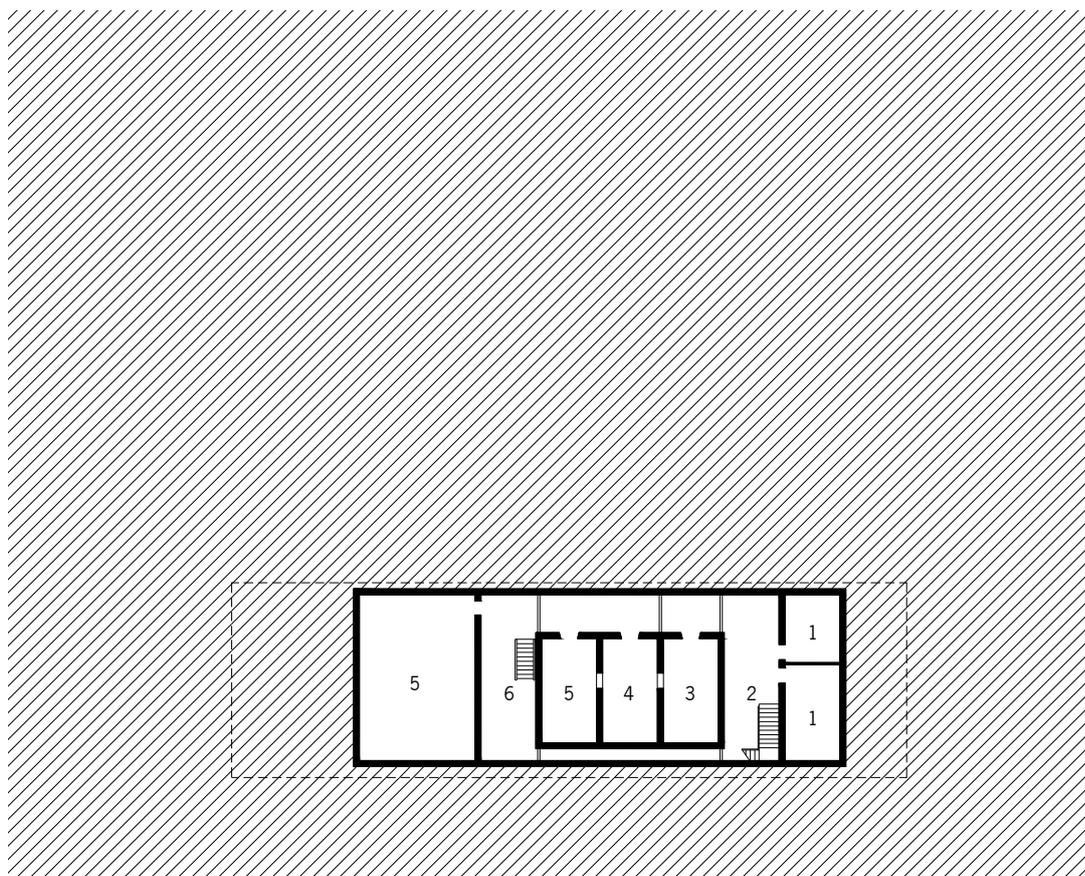
PISO 8

LEGENDA:

- | | | |
|----------------------|---------------------------|-------------------------------|
| 1- Recepção | 9- Estação de serviço | 17- Escritórios Monteiro&Giro |
| 2- Snack-bar | 10- Habitação do porteiro | 18- Suite |
| 3- Lojas | 11- Mezanino | 19- Duplex - Piso de dia |
| 4- Acesso principal | 12- Lavandaria | 20- Duplex - Piso de noite |
| 5- Acesso de serviço | 13- Escritório do hotel | 21- Estúdio |
| 6- Acesso comum | 14- Escritórios | 22- Restaurante |
| 7- Central Técnica | 15- Sala de estar | 23- Cozinha |
| 8- Armazém | 16- Quartos | 24- Sala de Baile |
| | | 25- Café-bar |



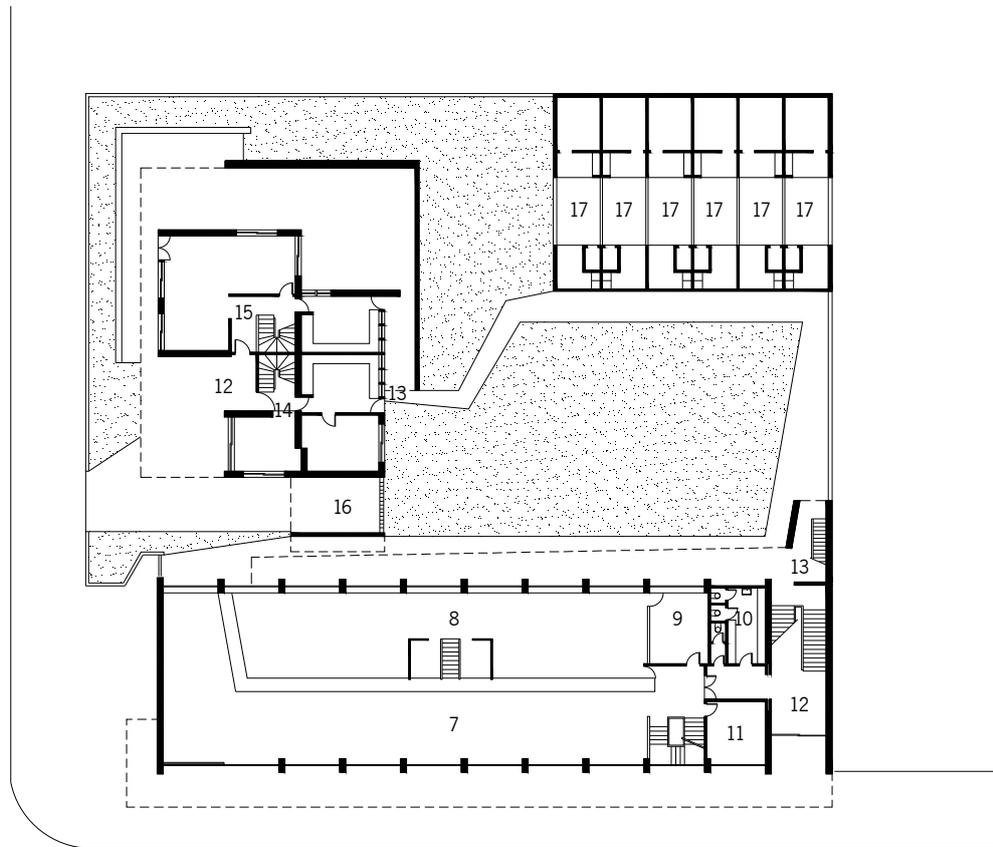
PISO 9



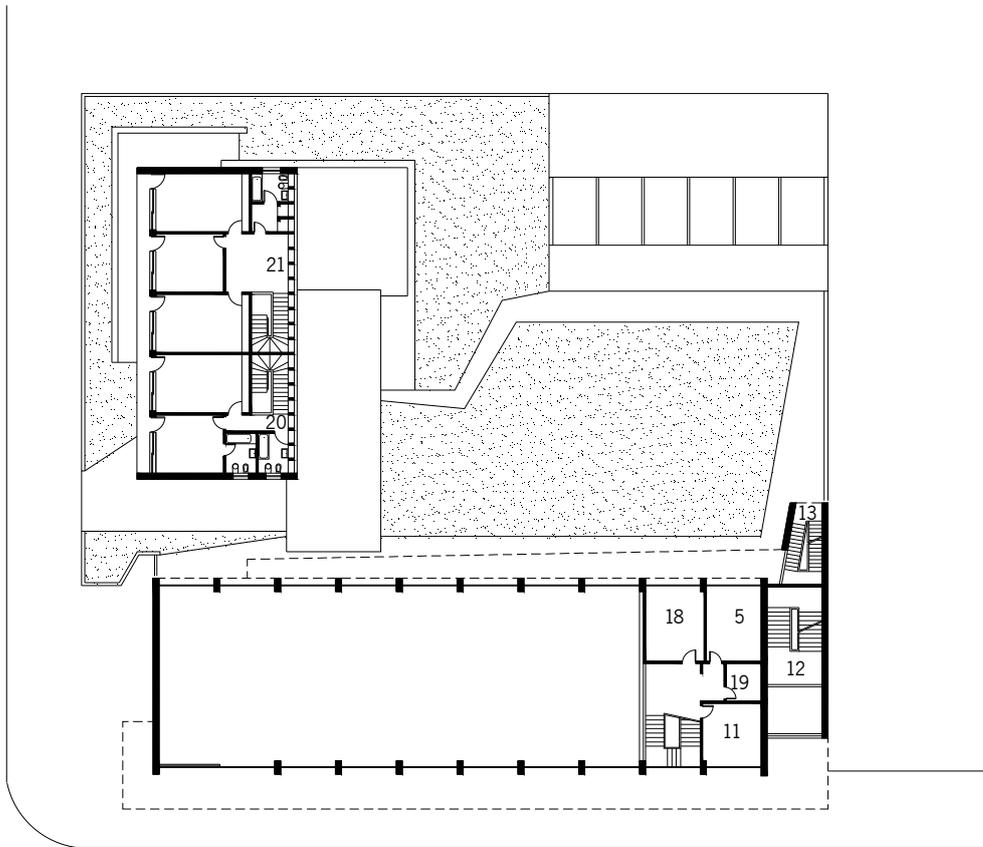
PISO -1

LEGENDA:

- | | | |
|----------------------|----------------------------------|---------------------------------------|
| 1- Maquinaria | 9- Gabinete do gerente | 17- Anexos indígenas |
| 2- Átrio do público | 10- Vestiário | 18- Gabinete do inspetor |
| 3- Caixas de aluguer | 11- Sala de espera | 19- P.B.X. |
| 4- Tesouro do banco | 12- Acesso principal | 20- Hab. inspetor - Piso de noite |
| 5- Arquivo | 13- Acesso de serviço | 21- Hab. gerente - Piso de noite |
| 6- Átrio do pessoal | 14- Hab. inspetor - Piso de dia | 22- Galeria comum |
| 7- Público | 15- Hab. gerente - Piso de noite | 23- Hab. funcionários - Piso de dia |
| 8- Delegação | 16- Garagem | 24- Hab. funcionários - Piso de noite |



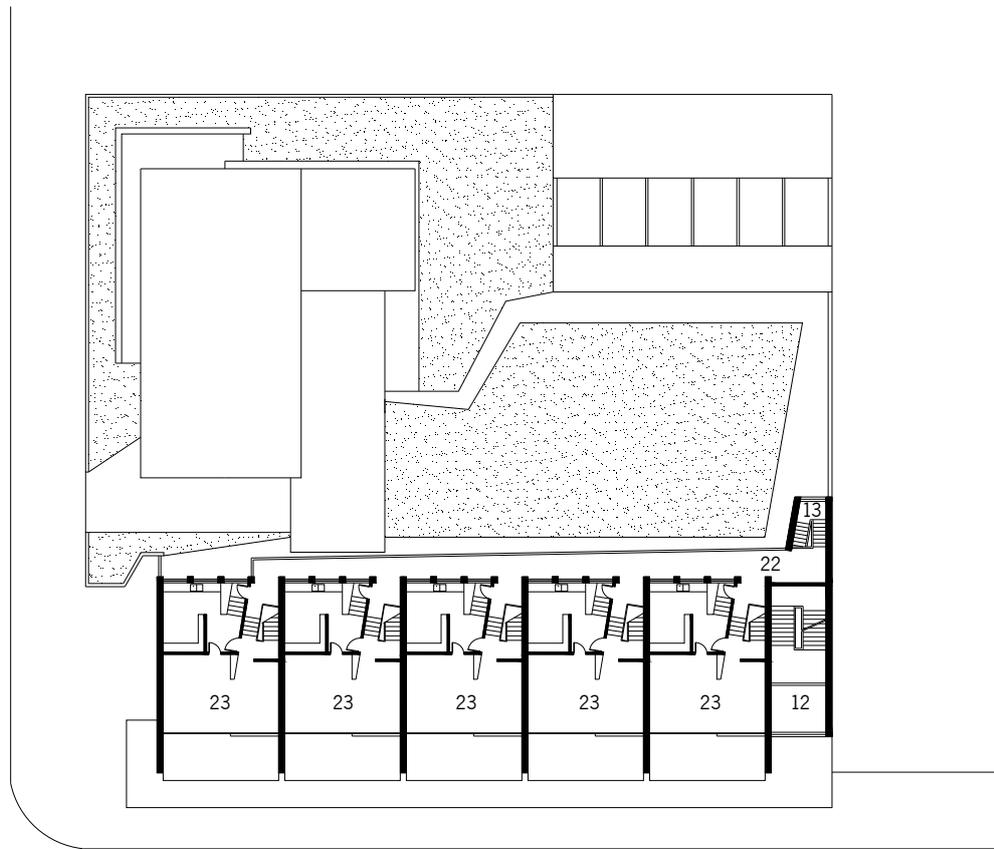
PISO 0



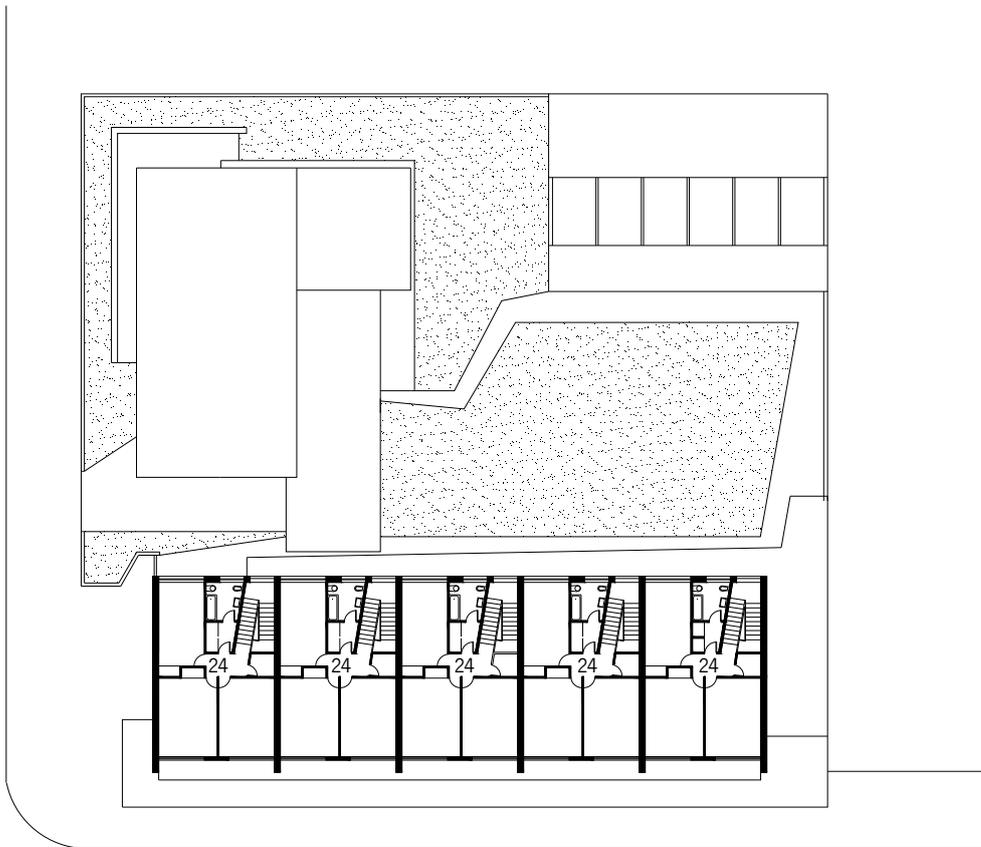
PISO 1

LEGENDA:

- | | | |
|----------------------|----------------------------------|---------------------------------------|
| 1- Maquinaria | 9- Gabinete do gerente | 17- Anexos indígenas |
| 2- Átrio do público | 10- Vestiário | 18- Gabinete do inspetor |
| 3- Caixas de aluguer | 11- Sala de espera | 19- P.B.X. |
| 4- Tesouro do banco | 12- Acesso principal | 20- Hab. inspetor - Piso de noite |
| 5- Arquivo | 13- Acesso de serviço | 21- Hab. gerente - Piso de noite |
| 6- Átrio do pessoal | 14- Hab. inspetor - Piso de dia | 22- Galeria comum |
| 7- Público | 15- Hab. gerente - Piso de noite | 23- Hab. funcionários - Piso de dia |
| 8- Delegação | 16- Garagem | 24- Hab. funcionários - Piso de noite |



PISO 2

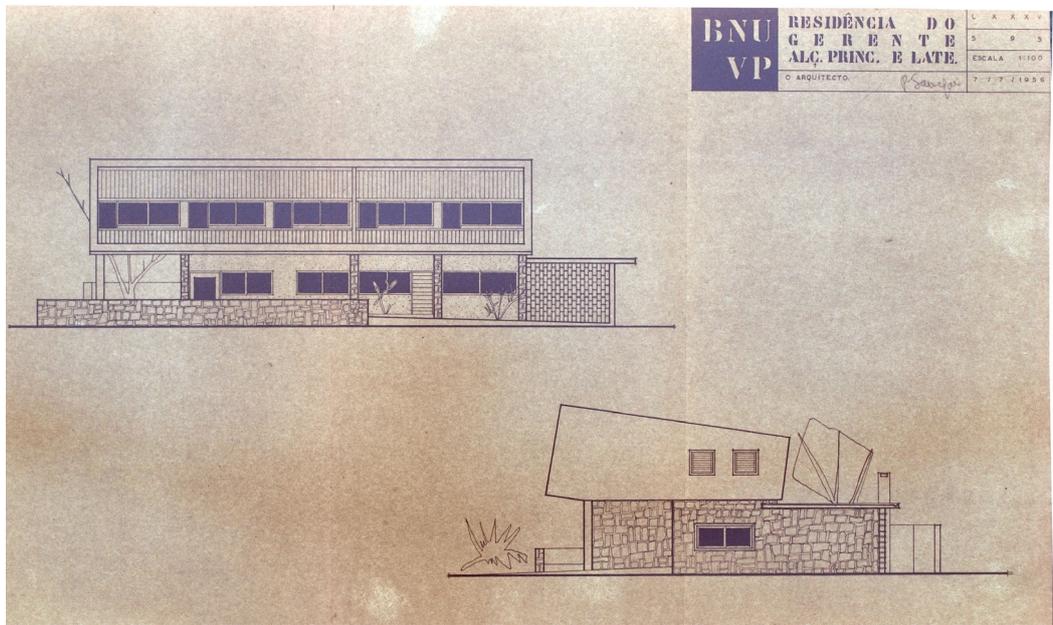


PISO 3

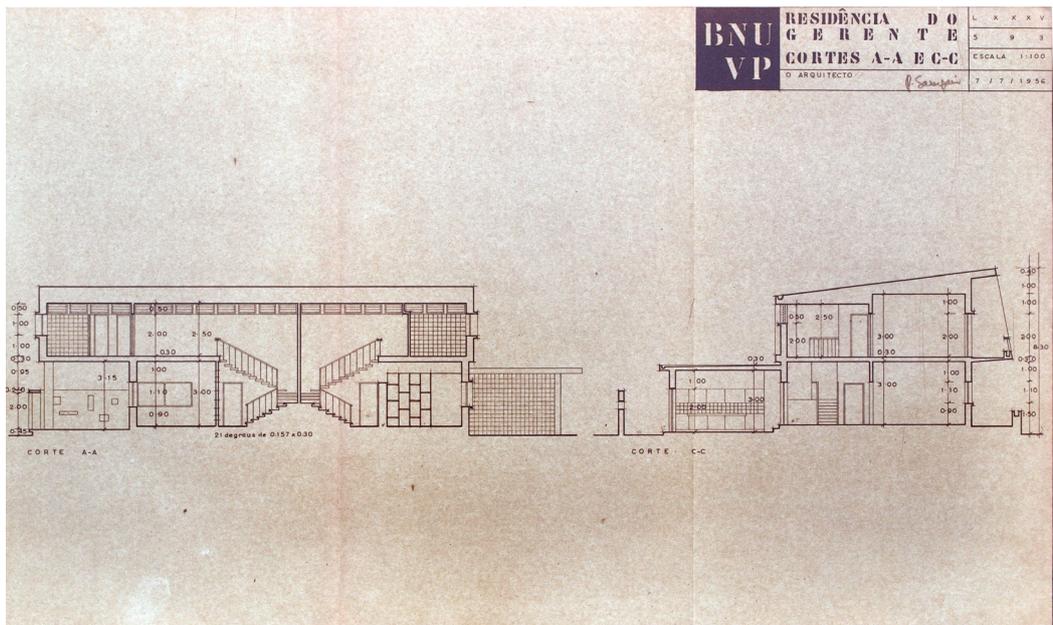
LEGENDA:

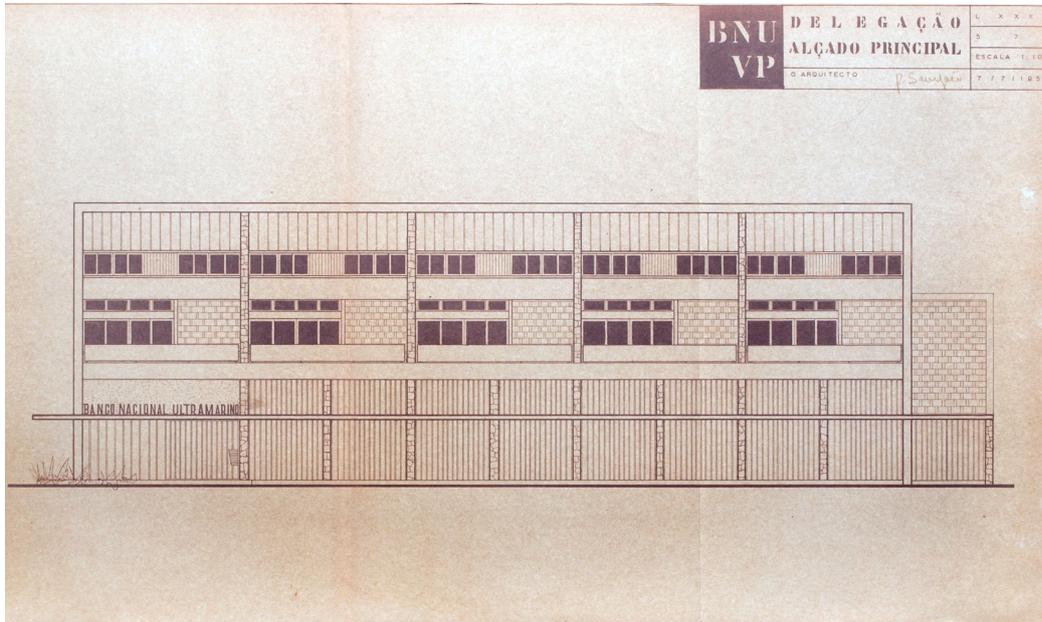
- | | | |
|----------------------|----------------------------------|---------------------------------------|
| 1- Maquinaria | 9- Gabinete do gerente | 17- Anexos indígenas |
| 2- Átrio do público | 10- Vestiário | 18- Gabinete do inspetor |
| 3- Caixas de aluguer | 11- Sala de espera | 19- P.B.X. |
| 4- Tesouro do banco | 12- Acesso principal | 20- Hab. inspetor - Piso de noite |
| 5- Arquivo | 13- Acesso de serviço | 21- Hab. gerente - Piso de noite |
| 6- Átrio do pessoal | 14- Hab. inspetor - Piso de dia | 22- Galeria comum |
| 7- Público | 15- Hab. gerente - Piso de noite | 23- Hab. funcionários - Piso de dia |
| 8- Delegação | 16- Garagem | 24- Hab. funcionários - Piso de noite |

RESIDÊNCIA DA
GERÊNCIA
Alçados
07/07/56
AH ex-BNU

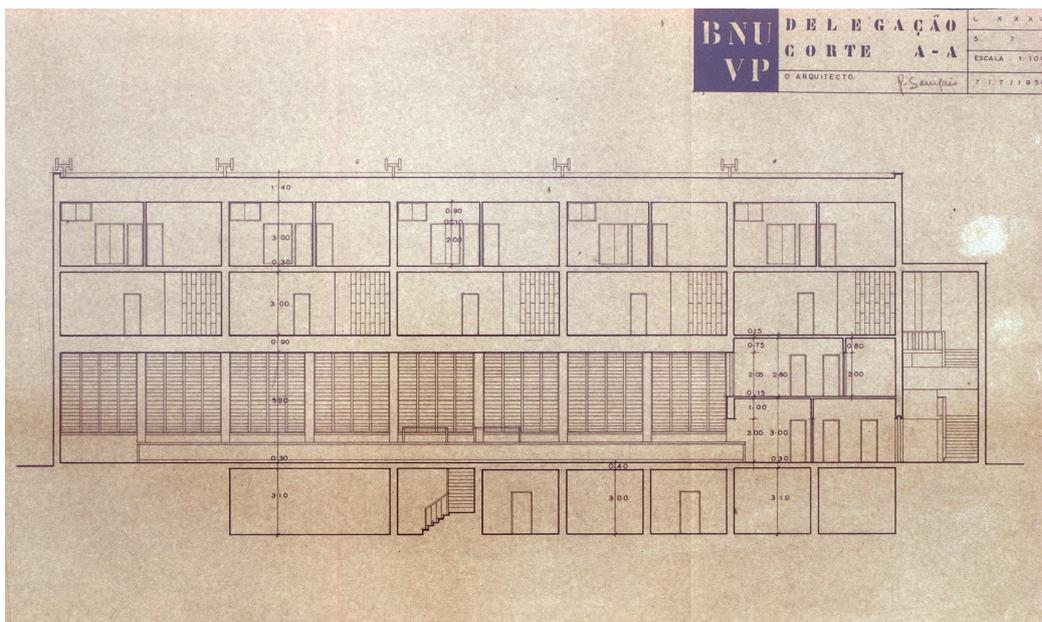


RESIDÊNCIA DA
GERÊNCIA
Cortes
07/07/56
AH ex-BNU



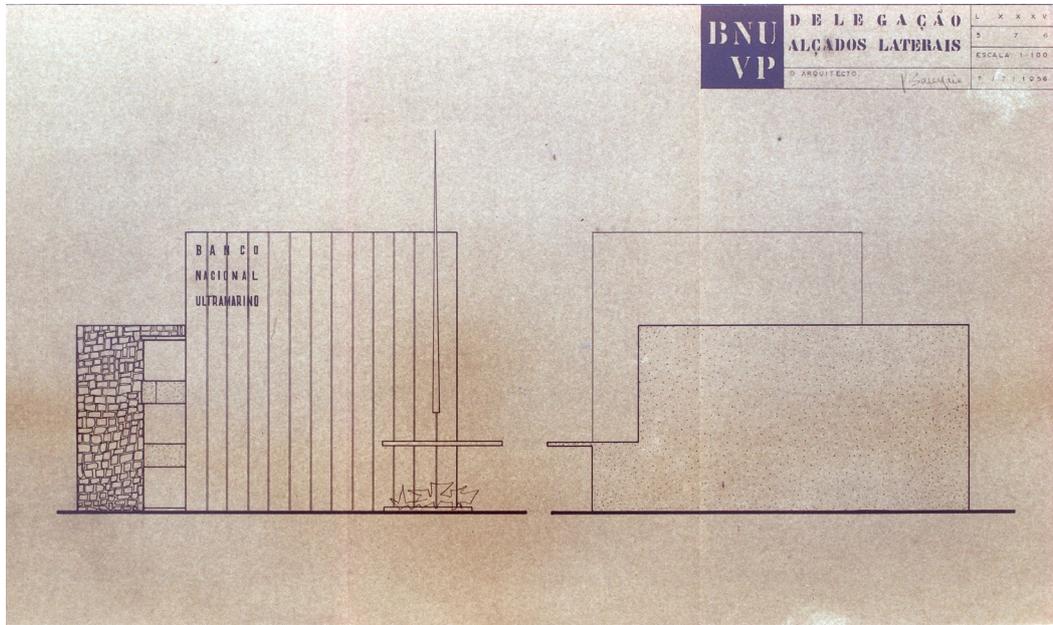


DELEGAÇÃO
Alçado
07/07/56
AH ex-BNU



DELEGAÇÃO
Corte longitudinal
07/07/56
AH ex-BNU

DELEGAÇÃO
Alçado
07/07/56
AH ex-BNU



DELEGAÇÃO
Cortes transversais
07/07/56
AH ex-BNU

